

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Dissertação

**Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do
Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da ditadura civil -
militar (1979 a 1984)**

LISIANE BELTRÃO PEREIRA

Pelotas, 2020.

LISIANE BELTRÃO PEREIRA

**Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do
Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da ditadura civil-
militar (1979 a 1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lisiane Sias Manke

Coorientadora: Prof^a Dr^a. Alessandra Gasparotto

Pelotas, 2020

LISIANE BELTRÃO PEREIRA**Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da ditadura civil-militar (1979 a 1984)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 29 de abril de 2020.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Lisiane Sias Manke (orientadora)

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a. Alessandra Gasparotto (coorientadora)

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^o Dr.^o. Mauro Dillmann Tavares

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof.^a Dr.^a. Clarice Gontarski Speranza

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a. Marcia Ondina Vieira Ferreira

Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P436p Pereira, Lisiane Beltrão

Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da Ditadura Civil-Militar (1979 a 1984) / Lisiane Beltrão Pereira ; Lisiane Sias Manke, orientadora ; Alessandra Gasparotto, coorientadora. — Pelotas, 2020.

148 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. CPERS. 2. Resistência. 3. Ditadura civil-militar. 4. Mobilização de professores. I. Manke, Lisiane Sias, orient. II. Gasparotto, Alessandra, coorient. III. Título.

CDD : 907

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, minha mãe Terezinha, minha avó Leopoldina (*in memoriam*), meu pai Artidor, minha “boadrasta” Elida, meus irmãos Lucas e Rafael, ao meu sobrinho Mathias, meu padrinho José Antônio, e a Sabrina, Fabiane e Conrado, pelo apoio, incentivo, pela paciência e compreensão das minhas ausências. Vocês são os pilares da minha vida.

À minha orientadora Lisiane Sias Manke e à coorientadora Alessandra Gasparotto, pela dedicação e pelas contribuições para que esta dissertação fosse escrita e por me ouvirem nos momentos de aflição, sem vocês não seria possível.

Ao professor e amigo de longa data Edgar Ávila Gandra, pelo incentivo para que eu desse continuidade aos estudos, pelo auxílio e contribuições durante o mestrado, minha gratidão.

Aos colegas e amigos do PPGH, em especial a Nádia, amiga para a vida toda, ao Iago, ao Lucas e ao Vinicius, pelas nossas conversas, pela companhia para o almoço, os cafés à tarde e pelos momentos de descontração, vocês fizeram a diferença.

Aos professores do PPGH com quem tive a oportunidade de ter aulas, Daniele Gallindo, Mauro Dillmann, Edgar Gandra, Lorena Gill, Marcos Borges e Jonas Vargas, pelos debates, conselhos e indicações de leitura, foram momentos de grande aprendizado.

À Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ e principalmente à Pró-Reitora de Graduação (Gestão 2017-2019), colega e amiga Solange Beatriz Billig Garces, por oportunizar a continuação da minha formação por meio da permissão de ausentar-me das minhas atividades na Instituição para participar das aulas em Pelotas, e pelo incentivo e aprendizado diários, muito obrigada! Você é um exemplo para mim.

Às minhas colegas e amigas de todas as horas, Elisiane Quinzani, Solange Librelotto e Fabiane Erthal (*in memoriam*), por compreenderem e se disporem a ajudar, sempre que possível, durante a minha ausência no trabalho,

por aguentarem as minhas crises de insegurança, pela força e apoio em todos os momentos. Vocês são muito especiais para mim.

Ao Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato, à diretoria da entidade, que permitiu o acesso aos arquivos da entidade para que eu realizasse a pesquisa, ao Departamento de Comunicação, em especial a Assessora de Imprensa Patrícia Cardon, por intermediar com a diretoria da entidade o acesso ao arquivo e ao Coordenador do Departamento professor Enio Manica, pelo acompanhamento e pelas conversas sobre a entidade e sobre o período pesquisado, foram momentos muito agradáveis e de muito aprendizado.

A todos (as) amigos (as), não vou nominar para não esquecer ninguém, que estiveram presentes, apoiaram e compreenderam os meus sumiços, prometo que agora irei visitar todos vocês.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória e a atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, procurando identificar as práticas de resistência dos professores do ensino primário e secundário associados à entidade durante o fim do regime ditatorial após o Golpe de 1964, tendo foco no período dito de abertura, entre os anos de 1979 e 1984. As principais fontes analisadas foram: o jornal *Magister* e os Boletins produzidos pela entidade, bem como as atas das assembleias da entidade. O significado de resistência que embasa a presente pesquisa é o de que existem diversas formas desta ser manifestada de acordo com o contexto vivido. Neste sentido, buscou-se aprofundar o estudo visando compreender de que forma se deu a resistência dos professores estaduais durante o período final da ditadura civil - militar no Brasil. Foi possível identificar que ocorreu por meio de diversas práticas, como a greve de 1979 e as paralisações de 1980 e 1982; as assembleias da categoria com grande número de professores, muitas delas realizadas no auditório da Assembleia Legislativa do estado; o aumento no número de associados na entidade; a expansão da entidade por meio da criação de núcleos no interior do estado; as publicações contidas no Jornal *Magister* e no Boletim; a campanha de mobilização e a criação de uma comissão de mobilização, e da união da categoria.

PALAVRAS CHAVE: CPERS. Resistência. Ditadura civil-militar. Mobilização de Professores.

ABSTRACT: The present work aimed to analyze the political trajectory and action of the Teachers' Union of the State of Rio Grande do Sul – CPERS, trying to identify the resistance practice of primary and secondary education teachers associated to the union during the dictatorial regime after the 1964 Coup, focusing on the so-called opening years between 1979 and 1984. The main sources analyzed were: the journal *Magister* and the newsletters produced by the union as well as the minutes of the union meetings. The meaning of resistance that supports the present research is that there are several forms to have the resistance manifested according to the context experienced. Thus, the purpose was to deepen the study aiming at understanding how the resistance of state teachers occurred during the final period of civil-military dictatorship in Brazil. It was possible to identify that this occurred through several practices, such as the strike of 1979, and the shutdowns of 1980 and 1982; the union assemblies with a relevant number of teachers, many carried out at the auditorium of the state Legislative Council; the increase in the number of union members; the expansion of the union through creating centers in the interior of the state; the publication in the journal *Magister* and in the newsletters; the mobilization campaign and the union of the class.

KEYWORDS: CPERS. Resistance. Dictatorship. Mobilization of Teachers.

Lista de Imagens

Imagem 1	Eleições no CPERS.....	67
Imagem 2	Magistério em assembleia permanente.....	69
Imagem 3	Em duas assembleias gerais professores reivindicam e aprovam moções.....	70
Imagem 4	Professores de classe especial entram na justiça.....	70
Imagem 5	Nossa mobilização é nossa força.....	75
Imagem 6	Charge.....	75
Imagem 7	Professore assume a tua classe.....	77
Imagem 8	Autoritarismo.....	79
Imagem 9	Charge.....	80
Imagem 10	Informações de edição do jornal <i>Magister</i>	92
Imagem 11	Capa Boletim número 1 de 1980.....	93
Imagem 12	Quem sabe faz na hora não espera acontecer.....	95
Imagem 13	Charge.....	98
Imagem 14	Charge.....	99
Imagem 15	A luta não vai parar.....	100
Imagem 16	Charge.....	100
Imagem 17	Frases.....	101
Imagem 18	Frases.....	101
Imagem 19	Frases.....	101
Imagem 20	Frases.....	102
Imagem 21	Comissão de mobilização.....	102
Imagem 22	Classe mobilizada.....	103
Imagem 23	Professor vamos à luta.....	104

Imagem 24	Educação protesta nas ruas.....	104
Imagem 25	Entidades vão debater caminhos da democracia.....	105
Imagem 26	Magistério se integra a movimentos populares.....	105
Imagem 27	CONCLAT – CPERS enviou 22 delegados ao encontro de São Bernardo.....	106
Imagem 28	As classes trabalhadoras devem se unir.....	106
Imagem 29	Convite para debater o ensino e a democracia.....	108
Imagem 30	Avaliação do movimento e luta dos professores.....	108
Imagem 31	Realidade.....	109
Imagem 32	Revogação da Lei de Segurança Nacional.....	110
Imagem 33	Madres Argentinas.....	111
Imagem 34	Charge.....	112
Imagem 35	Frase do educador Anísio Teixeira.....	113
Imagem 36	Magistério defende eleições diretas.....	114
Imagem 37	Charge.....	114
Imagem 38	Texto base sobre eleições diretas.....	115
Imagem 39	Charge.....	115
Imagem 40	Charge.....	116
Imagem 41	A história de uma greve.....	122

Lista de Abreviaturas e Siglas

AI-1	Ato Institucional número 1
AI-2	Ato Institucional número 2
AI-5	Ato Institucional número 5
APEOESP	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEDE	Centro de Estudos e Debates Educacionais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMOPE	Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CooJORNAL	Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPPE	Centro dos Professores Primários Estaduais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
IPERGS/IPE	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDN	Liga de Defesa Nacional
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTCI	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MUTE	Movimento de União dos Trabalhadores da Educação
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1. O CPPE/CPERS e o início da organização docente.....	24
1.1 O Centro dos Professores Primários Estaduais – Constituição e atuação entre os anos de 1945 e 1963	24
1.2. CPERS e o contexto educacional e econômico na ditadura civil - militar	40
CAPÍTULO 2. Práticas de resistência e atuação política do CPERS	50
2.1. Os professores como categoria de trabalhadores.....	57
2.2 Atuação do CPERS nos anos de abertura política (1979 – 1985)	71
Capítulo 3 – O CPERS através do Jornal <i>Magister</i> e dos Boletins Informativos	89
3.1 Análise documental e suas especificidades	89
3.2 Impresses de divulgação da atuação do CPERS: articulação e resistência	97
3.3 A luta através das greves de 1979 a 1982	121
CONCLUSÃO.....	137
Lista de Fontes.....	140
Referências Bibliográficas	143

Introdução

A presente pesquisa foi desenvolvida no Mestrado em História da UFPel e tem como finalidade analisar a trajetória e a atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS¹, procurando identificar as práticas de resistência dos professores do ensino primário e secundário associados à entidade² durante a ditadura civil-militar instaurada após o Golpe de 1964, tendo foco no período de redemocratização, entre os anos de 1979 e 1984.

Desta forma, julgou-se pertinente iniciar a pesquisa pelo contexto de origem dessa entidade, que remonta ao dia 21 de abril de 1945, quando foi criado, por um grupo de educadores primários da capital o Centro dos Professores Primários Estaduais – CPPE. O período, caracterizado pelo fim da Era Vargas, apresentava as relações de trabalho regidas por uma legislação que atrelava os sindicatos ao governo, permitindo a intervenção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nos mesmos, bem como a proibição aos funcionários públicos de se organizarem em sindicatos.

Outro fator marcante naquele período consistia no fato do magistério ser uma profissão exercida basicamente por mulheres, principalmente quando se tratava do ensino primário. Isso estava atrelado a questões socioculturais decorrentes da idealização do perfil atribuído a homens e mulheres, principalmente nesse período. Conforme Louro (1989):

atribui-se à "natureza" de cada um dos gêneros características que são adequadas às suas diferentes funções e atividades: as mulheres seriam "naturalmente" dóceis, submissas, sensíveis, dependentes, minuciosas, intuitivas, pacientes; os homens, mais lógicos, organizadores, fortes, agressivos, independentes, decididos.

Pelas características atribuídas ao gênero feminino justificaria-se o “fato” de que a mulher possui “melhores” atributos para exercer o magistério, sendo

¹ Atualmente o CPERS é a segunda maior organização sindical da América Latina. Possui, aproximadamente, 83.000 sócios congregando professores e funcionários de escola.

² Na presente pesquisa a palavra professor se refere aos professores (as) associados ao CPERS.

esse um trabalho que se assemelharia à tarefa exercida no lar por uma mãe e esposa exemplar. Assim, foram organizados os Cursos Normais voltados para a formação de professores para atuar no ensino primário “com pontos de ligação com o lar, com sólida orientação moral e religiosa, etc. (...) Tudo isto favorece a aceitação social da profissionalização – como professora - para as mulheres” (LOURO, 1989, p. 34).

Atrelado ao que a autora expressa como sendo de aceitação social, a profissionalização da mulher como professora reside no fato de que a baixa remuneração afastou os homens do magistério em busca de profissões mais rentáveis financeiramente. O trabalho feminino como professora serviria como uma complementação ao salário do homem. Mas também deve-se ter em mente outro ponto chave, conforme Sforzi (1997): “Outra explicação procede da luta pela emancipação da mulher. Acredita-se que no século XIX a mulher deu seus primeiros passos fora do lar e sua presença no magistério seria resultado de suas lutas (SFORZI, 1997 apud BARROS, 2007, p. 30).

Aliado ao que já foi exposto acima é importante ressaltar outra ideia presente no imaginário social: o exercício do magistério como vocação, como sacerdócio, que deve ser “abraçada por aquelas que têm vocação; supõe uma doação. Isto leva a certa desconsideração do salário, ou seja, o magistério é praticamente um sacerdócio³” (LOURO, 1989, p. 34-35).

A percepção do magistério como vocação se fazia presente no próprio entendimento dos professores, por isso a criação do CPPE gerou resistência

³ É importante destacar as origens históricas vinculadas à concepção de magistério como sacerdócio. Sobre este assunto, Kreutz aponta que: “Sua origem histórica remonta ao século XVI, quando se abriram escolas de ensino básico para a camada popular. O motivo era religioso: instrumentalizar para a leitura da Escritura. As escolas eram igrejas e conventos. Os professores, o respectivo clero. E quando este não deu mais conta da demanda, chamou colaboradores leigos, que deveriam fazer previamente uma profissão de fé e um juramento de fidelidade aos princípios da Igreja. Daí vem o termo professor, o que professa fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos, com parca remuneração aqui, mas farta na eternidade. [...] Esvaída a origem histórica dessa concepção, ela se afirmou por si mesma, metafisicamente, para grande parte da sociedade, entendendo-se que o magistério era, “por essência”, uma vocação-sacerdócio. Esta era uma concepção decorrente da visão de cristandade em que toda a sociedade se erigia sob a “primazia do espiritual”. [...] não obstante a sociedade ter condições e objetivos novos para a educação, mais adequados a uma sociedade pluralista e, não obstante ter a educação o Estado como patrocinador, continua muito generalizada a idéia do magistério como vocação/sacerdócio. Para um poder público que não tem intenções reais de investir maciçamente na educação básica de toda a população, é conveniente e interessantíssimo que prevaleça essa concepção. Sendo o magistério um sacerdócio e uma vocação, então é para doar-se e sacrificar-se mesmo, com pouca remuneração, sem reclamar nem fazer greve” (KREUTZ, 1986, p. 13).

por parte de um grupo desses profissionais que não aceitava a ideia de uma entidade que representasse seus interesses nos moldes de organização de outras categorias de trabalhadores, pois os mesmos não se percebiam como trabalhadores (DUQUE, 1998).

Com a criação do Centro, esta visão começa a ser questionada e inicia-se uma luta na busca por maior valorização profissional, o que será evidenciado pelas reivindicações feitas nos primeiros anos de existência do CPPE, chegando inclusive, no ano de 1956, a ser cogitada pelos professores uma paralisação de suas atividades (PACHECO, 1993).

Já no início da década de 1960, o contexto político nacional começa a ser alterado, marcado pela instabilidade que serviria de base para o golpe civil-militar do dia 31 de março de 1964, que inaugurou um dos piores momentos vividos na história do país e que perdurou até 1985.

Logo após o golpe, sucederam-se diversos Atos Institucionais com o objetivo de afastar e neutralizar qualquer tipo de oposição, bem como legitimar o regime ditatorial. O pior deles, que inaugurava um período de intensa repressão, foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴. O bipartidarismo, a cassação de mandatos parlamentares, prisões, torturas e outras formas violentas de repressão às manifestações contrárias ao regime foram algumas das marcas do período da ditadura civil-militar. Nas palavras de Angelo Priori: “No Brasil, o fim das liberdades democráticas, a repressão e o terror como política de Estado foram formulados por meio de uma bem arquitetada estrutura legislativa, que dava sustentação ao regime militar” (PRIORI, 2012, p. 199).

Na área educacional houve uma reestruturação nos níveis de ensino, o que impactou diretamente na organização das escolas, na formação e na atuação dos professores. A Lei 5.540/68 dispôs sobre as normas para a organização e funcionamento do ensino superior e a articulação com a escola média; o Art. 30 previa, assim, que a formação dos professores para atuar no

⁴ “o AI-5 autorizou o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de “bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente” e a suspender a garantia de *habeas-corpus*. Ainda no dia 13 de dezembro, o AC-38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado.” (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>)

“ensino de segundo grau, bem como os profissionais para atuar no planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito das escolas e sistemas escolares” ocorreria em nível superior. Essa legislação possibilitou que os professores buscassem a formação de nível superior para atuar no ensino de segundo grau.

A partir de 1969 os currículos incluíram as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Estudos dos Problemas Brasileiros e Organização Social e Política do Brasil, todas estas com base na Doutrina de Segurança Nacional⁵ (BORGES, 2012). Em 1971 o ensino primário é unificado ao ensino ginásial criando o ensino de 1º grau com oito séries, gerando a necessidade do aumento do número de professores e de escolas para atender a nova demanda de alunos (HEBLING, 2013).

Decorrente de toda esta mudança na legislação educacional, o Centro dos Professores Primários Estaduais se reestrutura através da reforma de seu estatuto, passando a congregar também os professores de ensino secundário. Assim, em 1973, é alterado o nome da entidade para Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS.

Desde o golpe até meados dos anos 1970, houve uma retração do movimento sindical em todo o país, devido à legislação autoritária e repressiva que proibia as greves. Os sindicatos passam a ser vigiados com a constante ameaça de intervenção e líderes sindicais passam a ser perseguidos; alguns deles foram presos e torturados (SANTANA, 2012).

O CPERS, nesse período, permanece atuante em suas reivindicações, mesmo adotando uma maior aproximação com o Governo do Estado através

⁵ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constituiu uma base de diretrizes que serviu de substrato comum para a atuação golpista das Forças Armadas na região, no contexto da Guerra Fria. Posteriormente, muitos dos seus princípios foram incorporados e aplicados pelas ditaduras resultantes (por isso entendemos ser apropriada a caracterização destas como Ditaduras de Segurança Nacional). Entre os principais eixos a destacar, para os objetivos deste artigo, estão o anticomunismo militante, a contra-insurgência, a identificação de um conceito muito flexível de inimigo interno, a execução da “guerra interna” (transformada em guerra suja), o novo rol político das Forças Armadas e a imposição do princípio da primazia das fronteiras ideológicas. Em cada caso nacional, o peso desses fatores foi variável, mas não estiveram ausentes. A DSN, ao ser incorporada como fundamento teórico da proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática, configurou um “estado de guerra permanente” contra o suposto e difuso “inimigo interno”. (PADRÓS, 2013, p. 3).

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364702100_ARQUIVO_EnriqueSerraPadros.pdf

da participação do Centro em diversas atividades promovidas na capital. (PACHECO, 1993).

A partir de 1974, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), começa a promessa de uma abertura que ocorreria de forma “lenta, gradual e segura” (SILVA, 2012, p. 261), o que não significa, de imediato, uma abertura à redemocratização.

Nesse período, alguns setores sociais já reivindicavam a anistia “ampla, geral e irrestrita” aos exilados e presos políticos. Em outubro de 1978 foi revogado o Ato Institucional nº 5, com vigência a partir de janeiro de 1979. No ano de 1979, no governo de João Batista Figueiredo, foi promulgada a Lei da Anistia, que se caracterizou como “parcial e restrita”, tendo em vista que, conforme determinado no parágrafo segundo desta Lei, os condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal não seriam beneficiados.⁶ Assim, a Lei de Anistia possibilitou a volta ao país de exilados e, ao mesmo tempo, serviu como uma ferramenta para anistiar agentes públicos, civis e militares, envolvidos em graves violações de direitos humanos durante o período ditatorial.

Apesar da ditadura civil-militar já apresentar sinais de enfraquecimento, esse momento ainda configurava-se como um período marcado por forte repressão aos movimentos sociais e às classes trabalhadoras. Isso não impediu, entretanto, a reação dos sindicatos que se rearticularam e reaparecem na cena através do chamado Novo Sindicalismo. A greve dos Metalúrgicos do ABC Paulista, em 1978, marcou essa nova fase dos movimentos sindicais. No ano seguinte, 1979, os metalúrgicos entram em greve novamente, seguidos por diversas categorias de trabalhadores, entre eles os professores.

No Rio Grande do Sul, os professores foram a primeira categoria a declarar greve no referido ano, seguidos pelos bancários. Sobre a articulação do CPERS no período final da ditadura civil-militar, Maria da Graça Bulhões e Mariza Abreu afirmam que “No final da década de 1970, transformaram-se não apenas as reivindicações do Magistério, mas também suas formas de luta”. (BULHÕES; ABREU, 1992, p. 31).

⁶ Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979.

Dentro do período proposto para a pesquisa, os professores ainda irão protagonizar mais duas paralizações: nos anos de 1980 e 1982. Porém, o que se busca evidenciar neste trabalho não são as paralizações e a greve em si, mas o que decorre delas e o que as impulsiona.

Neste ponto, retoma-se o objetivo da pesquisa apresentado no início desta introdução, que busca analisar a trajetória e a atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS, procurando identificar as práticas de resistência dos professores do ensino primário e secundário durante o regime ditatorial, tendo foco no período de abertura, entre os anos de 1979 e 1984, suscitando a seguinte problemática: Como foi a atuação do CPERS no período de redemocratização? Como se dava a organização dos professores e quais eram as práticas de resistência do CPERS no período? Em que medida a atuação do CPERS foi pautada em uma oposição ao governo ditatorial?

Para compreender melhor o trabalho que será apresentado a seguir, cabe falar um pouco da trajetória da pesquisa para buscar responder a esses questionamentos, explicitando as fontes que embasam a investigação.

Iniciou-se o levantamento das fontes pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, onde encontra-se um acervo doado pelo 24º Núcleo do CPERS/Sindicato em Pelotas, que conta com alguns exemplares do jornal *Magister*⁷, considerado um importante meio de divulgação da entidade, entre outros documentos produzidos pelo CPERS datados do período foco da pesquisa.

Consultou-se, também, o acervo do Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde se obteve vários exemplares do *Magister* referentes aos anos de 1983 e 1984, bem como uma grande quantidade de recortes de jornais da época, como *Jornal da Tarde*, *Zero Hora* e *Correio do Povo*, que trazem reportagens sobre a atuação do CPERS/Sindicato no período de 1979 a 1985.

Realizou-se contato com o CPERS através de sua assessoria de imprensa, sendo agendada uma visita à sede da entidade, localizada na Rua

⁷ O jornal *Magister* era uma publicação do CPERS dirigida aos seus associados e de circulação nos Núcleos existentes no estado do Rio Grande do Sul. O referido jornal teve circulação entre os anos de 1976 – 2001.

Alberto Bins, 480, no centro da cidade de Porto Alegre, onde a recepção ficou a cargo de um dos diretores do sindicato. Nessa oportunidade obteve-se a informação de que o acervo teria sido mudado de sala recentemente e que o mesmo não estava devidamente organizado, fato que se pôde constatar nessa mesma visita, em que houve a oportunidade de conhecer o acervo. De fato, estava fora de ordem, mas foi possível verificar que ali se encontram vários documentos importantes para a pesquisa.

Logo após a visita, foi encaminhada à Presidente da entidade, Professora Helenir Aguiar Schürer, a solicitação formal para a realização da pesquisa nos documentos que fazem parte do acervo, sendo autorizada. Em janeiro de 2019 foi realizado o levantamento das fontes no acervo do CPERS/Sindicato, onde permaneceu-se durante três dias fotografando o material pertinente à pesquisa.

Dentre os documentos consultados estão atas de reuniões da diretoria e das assembleias, impressos gráficos, Boletins Informativos, exemplares do Jornal *Magister* e o Livro “CPERS Sindicato – 50 anos – compromisso com a cidadania plena”, escrito pela entidade em comemoração ao seu cinquentenário. Esses documentos trazem informações relevantes referentes à atuação do CPERS durante o período foco da pesquisa e se tornam fontes fundamentais para este estudo. Dos levantamentos realizados e narrados acima, foram fotografados os documentos que serviram de fonte para a pesquisa, conforme o quadro abaixo:

Quadro de Fontes

Ano	Jornal <i>Magister</i>	Boletim Informativo
1976	Nº 47 ao 51	-
1977	Nº 52 ao 54	-
1978	Nº 55 ao 60	-
1979	Nº 61 e 62	Nº 1 ao 6
1980	Nº 63 e 64	Nº 1 ao 15
1981	-	Nº 1 ao 10
1982	-	Nº 1 e 3
1983	Nº 65 ao 70	Nº 1 ao 4
1984	Nº 71 ao 80	-
1985	Nº 81 ao 86	-
Atas		
Livro 1	21/04/1945 a 14/08/1959	
Livro 2	30/12/1959 a 22/07/1966	

Livro 3	26/08/1966 a 29/10/1983
Livro 4	07/11/1983 a 29/03/1990

Fonte: Pereira, 2019.

Sobre o uso dos jornais como fonte, o tema já suscitou vários debates no campo historiográfico. Após a revisão teórica e metodológica pela qual passou a História, em meados da década de 1970, novas fontes e objetos passam a ser utilizados pela pesquisa histórica, uma delas são os jornais (CAPELATO, 2015). Dialogando com a autora, entende-se a análise dos jornais na seguinte perspectiva:

A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores (CAPELATO, 2015, p. 115).

A produção acadêmica sobre o CPERS não é ampla e percebe-se que a maior parte dela tem como principal foco de análise o período a partir de 1970, principalmente as greves do magistério gaúcho a partir de 1979.

Dentre a produção acadêmica destacam-se aqui aqueles trabalhos que serviram de base para o presente trabalho, como as dissertações de mestrado de Maria da Graça Pinto Bulhões (1983), “O Movimento do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul de 1977 a 1982”; Alzira Fortini Albano (1983), “A Ideologia do Professor Estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980”; Eliezer Moreira Pacheco (1993), “Sindicato e Projeto Pedagógico: A Organização e as Lutas dos Professores Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991”; e de Luís Guilherme Ritta Duque (1998), “Hei de vencer, mesmo sendo professor: O CPERS e o Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul, 1972 - 1979”.

Maria da Graça P. Bulhões, em sua dissertação, busca analisar as lutas do magistério no período de 1977 a 1982. A autora retrocede um pouco para poder contextualizar o período e parte sua análise da luta do magistério para a criação de um Plano de Carreira e de um Estatuto que contemplasse a categoria e sua posterior atualização. Assim, Bulhões aborda a situação econômica dos professores no período e apresenta a pauta de suas reivindicações, chegando à greve realizada em 1979 e às paralisações em

1980 e 1982. Esse trabalho contribuiu para entender um pouco melhor a organização da categoria e quais as suas reivindicações no período. Importante destacar que essa dissertação serviu de base, também, para os trabalhos de Eliezer M. Pacheco e Luís Guilherme R. Duque.

O trabalho de Alzira Fortini Albano busca analisar a ideologia dos professores face às greves de 1979 e 1980. Para isso, a autora discute alguns conceitos e faz uso de várias entrevistas com membros da direção do CPERS, membros dos três grupos dissidentes⁸ do Centro, membros da direção de escolas, utilizando como critério de escolha desse grupo as escolas que tiveram a maior e a menor adesão à greve e professores que aderiram e não aderiram às greves. O trabalho escrito em 1983, logo após os acontecimentos analisados, demonstra o olhar parcial da autora, principalmente quando se refere ao Comando de Greve e ao posicionamento do grupo dissidente MUTE. Cabe destacar que a autora aponta para a existência de dois comandos de greve em 1979, mas não especifica os motivos e não os caracteriza. Nos demais trabalhos acadêmicos, bem como nas fontes documentais, não foram encontrados menções sobre esse fato.

Eliezer Moreira Pacheco escreve sobre as lutas e a organização dos professores entre 1945 e 1991. O autor inicia sua análise a partir da fundação do Centro de Professores Primários Estaduais (CPPE) e traça um histórico com as principais reivindicações e conquistas do Centro, a expansão da entidade, as greves do período de 1979 a 1991 e com os anos de redemocratização até chegar na transformação do CPERS em Sindicato, em 1989. No final do trabalho, o autor aponta questionamentos e necessidades dos professores e do sindicato para os próximos anos.

Para se compreender a grande quantidade de informações apresentadas pelo autor nesta dissertação, onde se percebe que a análise passa a apontar para questionamentos e discussões a partir de 1989, é interessante observar o lugar de fala de Eliezer Pacheco, tendo em vista que a

⁸ Entende-se que estes grupos foram assim denominados, dissidentes, por não fazerem parte da direção da entidade e por discordarem em diversos pontos da diretoria do CPERS. Foram criados três grupos dissidentes: o MUTE – Movimento de União dos Trabalhadores em Educação, o Pó de Giz e o CEDE – Centro de Estudos e Debates Educacionais (ALBANO, 1983).

pesquisa de mestrado dele se desenvolveu concomitante ao período em que foi 3º Vice-Presidente do CPERS/Sindicato (1990-1993).

Luís Guilherme Ritta Duque pesquisa o CPERS e o magistério público estadual no período entre 1972 e 1979, apontando para transformações ocorridas na entidade devido ao surgimento de um perfil sindical (DUQUE, 1998). Utiliza para contextualizar tais transformações a crise econômica que se manifesta no período, o surgimento do Novo Sindicalismo e a política de abertura, procurando demonstrar a influência desses fatores nas mudanças ocorridas no CPERS. Essa pesquisa também aborda a existência de grupos dissidentes no CPERS, privilegiando apenas a análise da atuação de um deles, o MUTE. Apresenta a greve de 1979 como ponto principal do processo de transformações ocorridas na entidade.

Também foi importante para a construção deste trabalho a obra de Maria da Graça Pinto Bulhões e Mariza Abreu (1992), “A Luta dos professores Gaúchos – 1979/1991: O difícil aprendizado da democracia”, que conforme as autoras descrevem na apresentação desse livro, teria origem nas reflexões desenvolvidas a partir da participação delas na assessoria e diretoria da entidade desde 1981. A obra apresenta as lutas por melhores salários e definição de um parâmetro para solucionar esta questão, as negociações com o Governo do Estado, a presença da esquerda na direção do movimento, os avanços e retrocessos das conquistas, a mobilização dos professores e a desconstrução da ideia de magistério enquanto sacerdócio (BULHÕES; ABREU, 1992).

Desta forma, para ser elaborada a contextualização da entidade, que será apresentada a seguir, as produções acadêmicas acima foram fundamentais, aliadas à fonte oficial que são as Atas de reuniões da diretoria e das assembleias.

Com relação ao período inicial das atividades do Centro logo após a sua fundação, as informações foram obtidas, mais detalhadamente, na produção acadêmica de Eliezer Pacheco (1993). Utilizou-se também fontes oficiais como as Atas e o Livro em comemoração aos 50 anos do CPERS. Mas cabe ressaltar que esses documentos limitam, por vezes, a análise, pois parte-se de um único ponto de vista, o da própria entidade.

Conforme avançou-se na pesquisa para a década de 1970, as produções acadêmicas de Bulhões (1983), Albano (1983), Pacheco (1993) e Duque (1998), bem como a obra publicada por Bulhões; Abreu (1992), trazem informações que permitem fazer o contraponto com a narrativa oficial produzida pelo Centro.

Esta dissertação está dividida em 3 capítulos: no primeiro, traça-se um panorama histórico desde a criação do Centro dos Professores Primários Estaduais – CPPE, passando pelas transformações ocorridas na entidade, buscando contextualizar suas ações com o momento político vivido, finalizando com a greve e as paralisações protagonizadas pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS entre os anos de 1979 a 1982.

No capítulo dois, trata-se de problematizar sobre o conceito de resistência, apontando algumas das discussões que envolvem a complexidade associada à definição desse conceito e evidenciando o que se entende por resistência no âmbito desta pesquisa. A partir disso, caracteriza-se os professores enquanto categoria, articulando com a atuação do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS nos anos finais da ditadura civil - militar.

O capítulo três ocupa-se de analisar e problematizar as fontes, o Jornal *Magister* e o Boletim, buscando evidenciar a atuação do CPERS, a articulação e a resistência da categoria e as lutas através da greve de 1979 e das paralisações em 1980 e 1982.

Capítulo 1. O CPPE/CPERS e o início da organização docente

1.1 O Centro dos Professores Primários Estaduais – Constituição e atuação entre os anos de 1945 e 1963

A década de 1940 marca o final da chamada Era Vargas, em um contexto caracterizado pela participação do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Trata-se de um período marcado pela introdução de uma legislação que ao mesmo tempo em que atendia algumas demandas do movimento sindical para melhorias do mundo do trabalho, também era “uma legislação uniformizadora e controladora da vida sindical” (PETERSEN; PEDROSO, 2007, p.198). O decreto-lei nº 19.770/31, por exemplo, possibilitou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) a intervenção em sindicatos e associações desde o ano de 1931.

Congregada a isso, a aprovação do Decreto-Lei nº 5452/43, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reforça a forte interferência do Estado nos sindicatos, bem como sanciona a proibição ao funcionalismo público de se organizar em sindicatos (PACHECO, 1993). Essa proibição foi ratificada nas Constituições Federais de 1946 e 1967. Segue-se o que aponta o entendimento de Clóvis Oliveira sobre o objetivo de tal proibição:

O objetivo da proibição era imunizar o Estado em relação aos conflitos trabalhistas, impedir as greves no serviço público e o questionamento da política governamental. Em última análise, a proibição visava manter o controle dos governantes sobre os funcionários públicos (OLIVEIRA, 2017, p. 112).

Sobre o fim do Estado Novo, Pessanha e Morel apontam que:

O fim do Estado Novo não alterou significativamente a situação dos trabalhadores brasileiros. A repressão, inclusive salarial, se estendeu pelo período Dutra e marcou também o início do segundo governo Vargas. Intervenções atingiram centenas de associações, em 1945 e 1947, afastando novamente a maioria dos trabalhadores de suas práticas associativas (PESSANHA; MOREL, 2013, p. 284).

A mobilização e o associativismo são retomados nos anos que se seguiram, como as autoras Petersen e Predroso evidenciam:

No intervalo de 1945-64, embora perdurasse, na sua essência, a estrutura sindical corporativista criada por Vargas, com a redemocratização tem-se mais liberdade política em geral e, em particular, maior liberdade de ação e de organização sindical. O número de sindicatos oficiais praticamente triplicou no país e no estado do Rio Grande do Sul o número de sindicatos dobrou: tinha-se 147 em 1941, 235 em 51 e 319 em 61 (PETERSEN; PEDROSO, 2007, p. 202).

De certa forma a situação dos trabalhadores não havia se alterado muito nesse período, inclusive tiveram que amargar o salário mínimo congelado desde 1943 até 1951, no segundo governo Vargas, quando foi reajustado. Os números citados por Petersen e Pedroso indicam um aumento significativo de sindicatos no Rio Grande do Sul durante o período compreendido entre 1941 e 1961, bem como afirmam haver maior liberdade para a organização de sindicatos. Tais números correspondem especificamente à criação de sindicatos, deixando de fora outras entidades como as associações, pelo fato de muitas destas estarem vinculados ao funcionalismo público.

Os sindicatos eram atrelados ao Estado e precisavam de autorização do Ministério do Trabalho, que possuía prerrogativas para intervenção. Desta forma, pode-se compreender que o Governo exercia o controle dos sindicatos na prática, o que limitava suas ações e determinava inclusive a eleição das diretorias, configurando-se nos chamados “pelegos”. Pode-se entender, também, que muitas vezes não havia de fato uma articulação com a base e a maioria das negociações e decisões eram tomadas ao nível da diretoria.

Devido à conjuntura, uma das formas de organização do funcionalismo público, aqui compreendidos também os professores(as) que atuavam na rede pública de ensino, antes da Constituição Federal de 1988⁹, foi por meio de associações.

Araújo (2010), analisando o associativismo e o movimento dos professores do ensino secundário no Piauí entre as décadas de 1950 e 1970, reforça que “as associações se organizaram no setor público devido à proibição da CLT de organização em sindicato” e aponta que apesar de possuírem um

⁹ Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é permitido ao funcionalismo público organizar-se em sindicatos.

caráter mais beneficente, também buscaram defender os interesses do grupo.

Conforme o autor:

Os movimentos associativos, embrionários por sua vez, representaram uma tomada de consciência dos professores, de seus interesses como grupo, quase sempre pautando como principais reivindicações a melhoria do estatuto, o controle da profissão e definição de uma carreira profissional. (ARAÚJO, 2010, p.6)

Foi em meio a esse contexto que, no dia 21 de abril de 1945, reuniu-se na sede da Sociedade Espanhola, na cidade de Porto Alegre, um grupo de professores (as) primários (as) que atuavam na rede pública de ensino da capital gaúcha, para apreciar a proposta de criação de uma entidade que congregasse os (as) professores (as) primários públicos do estado em torno da luta pela defesa dos interesses dessa categoria.

Assim é lançada a proposta da fundação de um centro de professores primários que “não se propunha em sua finalidade a atacar os órgãos dirigentes e sim a colaborar com eles defendendo sempre os interesses da classe”¹⁰. Foi apresentado um esboço com as finalidades, organização e obrigações dos membros e designação de uma comissão para a elaboração, no prazo de quinze dias, do estatuto da entidade, para ser apreciado e aprovado em assembleia geral. Após a aprovação por unanimidade, estava criado o Centro dos Professores Primários Estaduais – CPPE, embrião daquele que viria a se transformar em um dos maiores sindicatos do Rio Grande do Sul, o CPERS/Sindicato (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação). Petersen e Pedroso abordam da seguinte forma este momento da criação do Centro:

O CPERS exemplificou a estratégia utilizada pelos funcionários públicos, em âmbito municipal, estadual ou federal, para driblar a proibição de sindicalização imposta por Vargas em 1931: organizavam-se em associações ou centros e, mesmo não tendo poderes legais para representar sua categoria profissional, na prática faziam o papel sindical, pois iam conquistando a legitimidade da categoria profissional representada e acabavam sendo porta-vozes das

¹⁰ Ata nº 1, de 21/04/1945. É importante destacar que pela dificuldade em encontrarmos pesquisas que abordem o Centro de Professores antes da década de 1970, muitas informações são obtidas em fontes oficiais, entre elas, as Atas da Diretoria e de Assembleias da categoria, o que apesar de partir de um determinado ponto de vista, nos auxilia na contextualização da atuação do Centro.

reivindicações dos associados (PETERSEN; PEDROSO. 2007, p. 202).

Por ser uma entidade formada basicamente por mulheres, tendo à frente “professoras de posições democráticas e progressistas, algumas sob a influência do PCB (Partido Comunista do Brasil), como docentes que apenas constatavam a necessidade de uma organização da categoria” (PACHECO, 1993, p.31), logo no início já enfrentou uma forte oposição por parte de professoras que se identificavam como “católicas” e eram contrárias à fundação do Centro, acusando-o de ser comunista. Acredita-se que a reação por parte desse grupo teve forte influência no posicionamento político das professoras “católicas”, pois pôde-se perceber uma aproximação destas com o Governo do Estado, o qual também se mostrou contrário à criação do CPPE, conforme indica Clóvis Oliveira (2017):

O Governo do Estado do interventor Ernesto Dornelles, temeroso de perder o controle ideológico que as autoridades tinham até então sobre as professoras primárias, questionou a constituição da nova entidade, com o argumento de que “não era necessária, porque já existia a Associação dos Professores Católicos”, como se a existência de uma entidade excluísse a necessidade da outra, e demonstrando que o laico era algo que não passava pela cabeça das autoridades (OLIVEIRA, 2017, p. 113).

Pode-se apontar, também, que essa oposição do grupo católico possuía fundamento na perspectiva de que o magistério deveria ser exercido por vocação, sacerdócio, e não como uma profissão. Portanto, às professoras caberia exercer o magistério com amor e dedicação, não cabendo organizarem-se em uma entidade de classe. Essa visão de magistério era muito presente na época, mesmo assim, não impediu que as professoras comessem a se perceber enquanto categoria e que para reivindicar direitos e lutar por melhores condições de trabalho, remuneração e reconhecimento profissional, deveriam estar unidas.

A comissão encarregada de elaborar o pré-projeto de estatuto do Centro apresentou a proposta no dia 05 de maio de 1945, conforme estabelecido na reunião anterior. Ainda, nesse dia foi realizada uma votação para a escolha da diretoria do Centro. Conforme Ata nº 02 de 05/05/1945 foram eleitas as

professoras: “Presidente Prof.^a Clélia Argollo Casado, 1^a Secretária Prof.^a Anita Braga, 2^a Secretária Prof.^a Maria Messias, Tesoureira Prof.^a Ceci Corrêa e Superintendente de Departamentos Prof.^a Maria Paula Pacheco”¹¹. Neste ponto, entende-se como pertinente esclarecer que, conforme as fontes consultadas, há indícios de que tanto as professoras que estavam presentes na reunião de criação do CPPE, bem como as indicadas a compor sua primeira diretoria, atuavam na capital do estado. Entretanto, não foram encontradas referências com relação às escolas onde estas desenvolviam suas atividades docentes. Também não foi possível localizar dados referentes à quantidade de sócios e cidades onde residiam.

Sobre as discussões em pauta no CPPE no ano de sua criação, o livro publicado pelo CPERS/Sindicato em comemoração ao seu cinquentenário aponta:

Ainda no ano de 1945, no fim da Ditadura Vargas, a entidade começa a discutir o seu Estatuto, luta por aumentos quinqüenais e uma carreira única. Reivindica para os educadores que trabalham com alfabetização de adultos, a gratificação de 1/3 e contagem de tempo de serviço. (CPERS, 1995, p.18)

Conforme o estatuto, aprovado na reunião realizada em julho de 1945, o Centro dos Professores Primários Estaduais “é uma associação de classe autônoma”¹² com os seguintes fins:

a) Promover a união dos Professores Primários Estaduais; b) defender perante os Poderes Públicos, autoridades administrativas e judiciárias, os interesses da classe e individualmente de cada associado, relacionados a classe; c) facilitar o desenvolvimento cultural da classe; d) colaborar com o estado no estudo e solução dos problemas educacionais; e) adotar medidas de assistência social.¹³

A constituição do Centro demonstra que suas aspirações estavam em acordo com a ideia do associativismo, como também com uma clara visão de que uma categoria unida poderia ter mais força para lutar pelos seus interesses e pela solução para os problemas relacionados à educação. Assim,

¹¹ Ata nº 2 de, 05/05/1945.

¹² Entende-se que o uso do termo “classe” está associado à categoria a qual pertencem os professores e não ao conceito de classe advindo marxismo.

¹³ Ata nº 3, de 05/07/1945.

inicialmente, tinham como propósito a luta pela inserção das professoras normalistas nas Faculdades de Filosofia, bem como por reajustes salariais quinquenais, carreira única e “a proposta de gratificação de 1/3 mais a contagem em dobro do tempo de serviço para aquelas professoras que atuassem diretamente com a alfabetização de adultos” (CORREA, 2006).

O CPPE busca, então, vincular-se à Coligação dos Funcionários Públicos Municipais e Estaduais afirmando que a luta por melhores condições no exercício profissional, bem como a valorização enquanto profissional não ocorre de forma isolada, mas deve resultar da união entre trabalhadores em torno das reivindicações. No mês de setembro de 1945 o CPPE encaminha um memorando ao presidente da Coligação dos Funcionários Públicos contendo as principais reivindicações da categoria, conforme descrito por Eliezer Pacheco (1993):

Como se pode constatar pelo memorial entregue a coligação dos Funcionários Públicos, as principais reivindicações do CPPE neste período são a elaboração do estatuto do professor, já que este é capaz de solucionar as distorções existentes; a equiparação dos professores contratados e subvencionados; aumento salarial; promoção quinquenal automática e, posteriormente, a aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço (PACHECO, 1993, p. 35).

Com relação às reivindicações das professoras primárias, pode-se dizer que foram atendidas em parte¹⁴ pela Secretaria de Educação, uma vez que com relação à promoção quinquenal, esta não se daria de forma automática, como reivindicado, sendo que cada caso específico deveria ser analisado, definindo-se seis padrões de acesso até a última promoção.

Quanto à elaboração do Estatuto do Magistério, que seria um marco para a questão do reconhecimento profissional, foi consolidado em 1954. Conforme Pacheco:

A luta pelo Estatuto do Magistério culminaria com a sua criação através da Lei 2338 de 25 de janeiro de 1954, o qual embora não contemplasse todas as reivindicações funcionais da categoria, representava um grande avanço, pois criava um

¹⁴ A aposentadoria dos professores começou a ser estudada pela Secretaria após a entrega do memorando e foi conquistada em 1953, quando ficou estabelecido que o professor poderia aposentar-se aos 25 anos de exercício profissional desde que cumprisse a exigência de que, pelo menos, 20 anos tenham sido de efetiva regência de classe. Mas essa conquista não estava consolidada e seria motivo das próximas pautas de reivindicação dos professores, inclusive na greve de 1979 e na paralização de 1980.

quadro e uma carreira específica para os professores (PACHECO, 1993, p. 38-39).

Em abril de 1946, por motivo de mudança para outro estado, a presidente, Professora Clélia Argolo Casado, solicita o desligamento da entidade, sendo eleita para a presidência do Centro, em assembleia realizada no dia 21/04/1946, a professora Maria Messias Corrêa (1946-1948). Basicamente, tanto esta gestão como as demais, presididas por Hilda Formel (1948-1950), Haydée Guaragna (1950-1952) e Maria Luiza Vieira Campani (1952-1954), giraram em torno dessas reivindicações e, principalmente, pela melhoria dos salários (CPERS, 1995).

Com relação à gestão 1952-1954, Eliezer Pacheco aponta como uma das maiores conquistas da categoria a criação do Quadro do Magistério:

A quinta gestão teve na presidência Maria Luiza Campani (1952-1954). Em seu mandato foi conseguido a criação do Quadro do Magistério reivindicado pela categoria. Com este instrumento legal os professores passavam a ser regidos por normas próprias e não mais aquelas gerais de todo o funcionalismo (PACHECO, 1993, p. 59).

No livro comemorativo aos 50 anos do CPERS, o período compreendido entre os anos de 1950-1955 é contextualizado da seguinte forma:

A luta contra os cortes nas gratificações e abonos efetuados pelo governo toma corpo entre os anos de 1950 e 1955, bem como a reivindicação do abono natalino. Em nível nacional o Brasil vivia o fim da era Vargas e ingressava na fase industrial. No Rio Grande do Sul, embora o PSD e o PTB, ambos partidos criados por Getúlio, se alternassem no poder, o projeto político não apresentava diferenças, a cooptação das massas e a industrialização eram objetivos comuns. É nesta época que surge, na Câmara Federal, o projeto de lei determinando o reconhecimento do diploma do professor primário em todo país. Intensifica-se a luta pela aposentadoria aos 25 anos de serviço e ainda é definido o Quadro Único do Magistério (CPERS, 1995, p.18).

Como já referido acima, é no ano de 1953 que os professores conquistam a aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, desde que se enquadrassem nos seguintes critérios estabelecidos:

1º) no caso do professor contar com vinte e cinco anos de serviço e tiver atingido sessenta e cinco anos de idade será aposentado com os vencimentos integrais, independente de inspeção médica.

2º se o professor contar com menos de trinta anos de serviço (salvo o caso anterior, que se refere a aposentadoria compulsória) receberá vencimentos proporcionais.

3º) Menos de vinte e cinco anos de serviço, sem atingir os sessenta anos de idade, a aposentadoria estará sujeita à confirmação médica e administrativa (PACHECO, 1993, p. 60).

No final do ano de 1954 o Governador do Estado, Ildo Meneghetti (PSD - 1954-1959), solicitou uma reunião com os presidentes das entidades de classe do magistério gaúcho, que no período eram constituídas por professores primários, professores rurais, assistentes de ensino profissional, professores adjuntos, assistentes do curso superior, professores catedráticos e fiscais do ensino normal, a fim de formar uma comissão para estudar a Lei nº 1.994 de 29 de dezembro 1953, no que se referia à atualização de vantagens.

A Comissão formada pelos representantes das entidades acima mencionadas elaborou um relatório, ao qual foi anexada uma tabela de vencimentos básicos, encaminhada juntamente com a proposta de alteração da referida lei à Assembleia Legislativa. A apresentação dessa tabela gerou protestos por parte da Secretaria da Fazenda do Estado, a qual alegou que a comissão estava a par da situação financeira do estado e que não teria condições de arcar com tal proposta¹⁵.

Observando as reivindicações encaminhadas pelo CPPE, os professores obtiveram diversas conquistas desde a fundação da sua entidade representativa. Ao mesmo tempo, percebe-se que desde antes da criação do CPPE, suas pautas giram em torno da questão salarial do professorado primário gaúcho. A justificativa por parte do estado também é recorrente, a da calamitosa situação financeira. Essa situação não foi resolvida pelo estado; a tabela de vencimentos que deveria ser encaminhada para aprovação na Assembleia Legislativa em 1954 somente foi encaminhada em 1956.

O CPPE, que nos primeiros dez anos de sua fundação tinha uma atuação mais conciliatória, pautada na busca de uma maior aproximação com o Governo, passa, então, a adotar uma postura mais combativa (PACHECO, 1993). O ano 1956, na gestão presidida pela Professora Anfilóquia Magnus

¹⁵ Ata nº 35, de 02/12/1954.

Assis, fica marcado como o ano da primeira mobilização da categoria, em que os professores se posicionam em frente ao Palácio Piratini, sede do Governo do estado, de forma a pressionar para que suas reivindicações fossem atendidas. Naquele ano, pela primeira vez, se cogita a possibilidade de greve dos professores. Pacheco descreve a mobilização da categoria no ano de 1956, que pode ser considerado como um dos momentos marcantes na história do CPPE:

O debate da situação salarial do magistério tomou intensidade sem precedentes. O CPPE sensível ao problema convocou Assembléia Geral para o dia 14 de junho de 1956 no teatro São Pedro. Esta Assembléia contou com forte esquema de mobilização com chamadas pela imprensa, visitas às escolas e convites aos Grêmios dos professores das principais escolas da capital e inclusive à entidade paralela, a União dos professores do estado do Rio Grande do Sul¹⁶. A própria SEC colaborou suspendendo as aulas a partir das 15 horas. A Assembléia contou com cerca de 1.000 professores, um número extremamente expressivo para época e analisou apenas um único ponto de pauta: a questão salarial [...]. Pela primeira vez falou-se em uma Assembléia de professores em decretação de greve da categoria, não tendo sido descartada a hipótese. Também foi nesta oportunidade que ocorreu a primeira manifestação pública do magistério rio grandense. Foi deliberado que a Direção do CPPE, acompanhada de todos os presentes na Assembléia procurariam imediatamente o Governador do Estado para levar as decisões da categoria. A diretoria foi recebida pelo secretário de Governo Dr. Adail Moraes e membros da Casa Militar, enquanto os demais aguardavam em frente ao Palácio (PACHECO, 1993, p. 62-63).

O Governador do estado no período, Ildo Meneghetti (PSD), e o Secretário da Educação e Cultura, Liberato Salzano Vieira da Cunha, receberam a direção do CPPE ainda no mês de junho e explanaram sobre as dificuldades financeiras do estado para atender à reivindicação dos professores com relação à revisão da tabela de vencimentos. A matéria sobre a reclassificação dos vencimentos do funcionalismo público foi à votação na Assembleia Legislativa excluindo da proposta o magistério, permanecendo, assim, o impasse com relação ao aumento dos seus vencimentos.

¹⁶ Durante a pesquisa, esta foi a única menção à União dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se maiores informações em outras fontes, incluindo em ferramentas de pesquisa na *internet* e não foi encontrado nada a respeito da referida entidade.

Mesmo tendo sido derrotada uma das principais reivindicações do magistério, a que envolvia a questão salarial, a afirmação de Pacheco indica a capacidade de mobilização e articulação do CPPE. Analisando o fato de que houve campanha através da imprensa e de visitas em escolas da capital, reúnem-se em assembleia aproximadamente 1.000 (mil) professores, número expressivo para época, o que pode ser interpretado como o início de uma tomada de consciência por parte da categoria dos professores da importância da luta conjunta em torno das suas reivindicações.

Nesse momento há um aumento no número de greves no país, chegando a “23 paredes no ano de maior agitação (1956)” (MATTOS, 2004, p. 243). Sobre as greves do movimento operário no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, Marcelo Badaró Mattos afirma que:

É justamente no período da segunda metade dos anos 50 e primeiros anos da década de 1960 que a curva de movimentos grevistas toma um rumo ascendente significativo, com saltos sucessivos no número de paralisações, que configuraram uma das fases mais dinâmicas do movimento operário brasileiro (MATTOS, 2004, p. 243).

As reivindicações do movimento operário assemelham-se às dos professores. Na maioria das vezes eram por reajustes salariais, “a não ser nos últimos anos do período, em que cresceram as greves por direitos e, em menor proporção, aquelas por motivação política e por solidariedade (indicando elevação do grau de politização do movimento)” (MATTOS, 2004, p. 248).

Ainda em 1956 acontece a primeira convenção estadual de professores primários, com a presença de delegações de diversas cidades do interior do estado: Santa Maria, Cruz Alta, Santana do Livramento, Bagé, Pelotas, Passo Fundo, Caxias do Sul, entre outras. A Convenção tinha como finalidade debater assuntos referentes à assistência do Instituto de Previdência, construção de alojamentos para os professores junto às escolas, contagem de tempo em dobro para direções, aumento de vencimentos, construção da casa do professor e organização do III Congresso Nacional de professores primários, a ser realizado no Rio Grande do Sul em janeiro de 1958¹⁷.

¹⁷ Ata nº 40, de 13/10/1956 e Ata nº 41, de 15/10/1956.

A realização dessa convenção demonstra a articulação do CPPE com a categoria no interior do estado, uma das formas de unir a categoria em torno de suas reivindicações e de construir as bases de uma resistência para alcançar seus objetivos, o que impactaria, mais tarde, nos movimentos protagonizados pelo CPERS no final da década de 1970 e na década de 1980. Ainda durante a gestão que permaneceu a frente do Centro até 1959, realizou-se um trabalho de expansão da entidade por meio da promoção de encontros no interior do estado (CPERS, 1995).

É importante destacar o contexto nacional no início da década 1960, assinalado por uma forte agitação política devido à renúncia, em 1961, do então Presidente da República Jânio Quadros (UDN). A renúncia gerou uma grande tensão entre os contrários à posse do Vice-Presidente João Goulart (PTB) e aqueles que defendiam o cumprimento da lei para que de forma legítima Jango fosse empossado. Desencadeou-se a Campanha da Legalidade com a finalidade de garantir a posse do vice de Jânio. Esse movimento coloca o Rio Grande do Sul em uma posição de destaque nas disputas políticas nacionais tendo em vista que foi liderado pelo então Governador do estado Leonel de Moura Brizola, eleito pelo PTB em 1959 (WASSERMAN, 2010).

A próxima gestão do CPPE irá coincidir com esses eventos e com o mandato de Leonel Brizola (1959-1963) como Governador do estado. Assumiu a presidência da entidade o Professor Oscar de Canallis Filho (1960-1962), primeiro homem desde a fundação do Centro a presidir a entidade. Persiste a luta por melhores vencimentos, dando ênfase aos professores rurais, bem como a aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço com ou sem regência de classe. Houve, também, a continuidade das ações¹⁸ para fortalecimento e

¹⁸ Aprofundou-se o debate em torno de questões mais específicas sobre educação através da discussão do projeto de Lei de Diretrizes e Bases para Educação Brasileira. Uma importante conquista em termos de organização administrativa nesta gestão foi a aquisição da sede própria do CPPE. Salientando as iniciativas adotadas para o fortalecimento do Centro durante esta gestão, Eliezer Pacheco destaca o seguinte: “Ocorreu a fundação da Cooperativa dos Professores; visitas ao interior do Estado para recuperar sócios e arregimentar novos, organizando os primeiros Núcleos; instalação do gabinete odontológico na Entidade; reestruturação dos Departamentos e da Biblioteca; reinício do Programa Radiofônico pela Rádio Gaúcha; realização da 1ª Convenção dos Professores Estaduais, para a discussão do Projeto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB); aquisição da sede própria do Centro (10º andar da Rua Dr. Flores, 62) onde posteriormente foi instalada a sede administrativa do Clube do Professor Gaúcho; participação da entidade em eventos estaduais e nacionais, etc.” (PACHECO, 1993, p. 65-66). Com relação ao Clube do Professor Gaúcho, criado em 1966, é destinado ao lazer de seus associados, professores de todos os níveis de ensino da rede pública ou privada. A inauguração da sede

expansão do Centro, sendo fundados os primeiros Núcleos no interior do estado; o primeiro deles foi o Núcleo de Caxias do Sul (PACHECO, 1993).

Uma Convenção para discutir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB)¹⁹ foi organizada pelo CPPE a pedido do Governador do estado²⁰, o mesmo solicitou que o assunto fosse tratado com a maior brevidade possível, acontecendo nos dias 21 e 22 de novembro de 1960. Para essa convenção foram designadas várias comissões com a finalidade de visitarem as escolas e conscientizarem-nas da importância da presença do maior número de professores possível para um amplo debate sobre a LDB.

No final do ano de 1960, no mês de novembro, a reunião da diretoria definia as reivindicações dos professores, e novamente se percebe que, mesmo havendo novas pautas, estas elas ainda giravam em torno de demandas similares às da criação do Centro. Conforme Ata nº 261, as demandas eram:

a) construção da sede social; b) reconquista do terreno perdido; c) bater-se contra a carestia da vida; d) reestruturação dos vencimentos do magistério; e) bater-se pela abertura de créditos especiais para o pagamento de atrasados devidos a professores; f) bater-se pela recuperação do tempo de serviço contado em dobro pelos professores, e anterior a lei 1994; g) aposentadoria aos 25 anos extensiva a todos os professores com ou sem regência de classe; h) bater-se contra a discriminação de vencimentos pagos a professores rurais, profissionais de grau primário.²¹ (Livro 2, Ata nº 261, p. 17)

Algumas destas reivindicações ainda farão parte da pauta do CPPE por todas as outras gestões, bem como da luta do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) até o presente.

Ainda sobre a gestão do Professor Oscar de Camillis Filho, chama a atenção o número de reuniões realizadas pela diretoria para discutir as decisões relativas à administração e ações do Centro, o que pode ser

social do Clube ocorreu em 13/08/1971. Cabe ressaltar que mesmo havendo empenho da diretoria do CPPE na concretização deste empreendimento, o referido Clube não era atrelado ao CPPE.

¹⁹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define e normatiza a organização de todos os níveis de ensino da educação no Brasil.

²⁰ Ata nº 59, de 07/11/1960.

²¹ Ata nº 261, de 25/03/1961.

constatado através das atas. Constata-se, também, que nessas reuniões havia a divulgação sobre os assuntos pertinentes à educação e a possibilidade de manifestação da opinião dos professores e comunidade em geral, não só os sócios do CPPE, uma vez que o Centro dispunha de um programa radiofônico, utilizava-se de mídia impressa paga e aceitava sugestões através de cartas que poderiam ser enviadas à diretoria com sugestões que eram analisadas pela mesma.

A próxima presidente do Centro, professora Lucy Monteiro Moreira, presidiu o mesmo por duas gestões consecutivas: 1962/1964/1966. Aqui faz-se novamente pertinente explicitar o contexto político em que vivia o país, tendo em vista que a gestão coincide com eventos importantes da história nacional.

Após a tumultuada posse de Jango, em meio à crescente disseminação da ideia da ameaça comunista²², ocorrem em 1962 as eleições estaduais para deputados e governadores. Cláudia Wasserman expõe toda a articulação feita em conjunto com os Estados Unidos para garantir que os partidários de Jango não fossem eleitos:

As campanhas de candidatos anti-Jango foram financiadas pelos Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso, num valor aproximado de quatro milhões de dólares, e por intermédio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que teria investido aproximadamente dois milhões de dólares em candidaturas de deputados e governadores em vários estados, inclusive no Rio Grande do Sul (WASSERMAN, 2010, p. 52).

O resultado dessa eleição garantiu as bases políticas necessárias que possibilitaram o golpe civil-militar em 1964. No Rio Grande do Sul, é eleito para um segundo mandato o Governador Ildo Meneghetti, que em 1964 será um dos principais apoiadores do golpe.

No segundo mandato de Ildo Meneghetti como Governador, assume a secretaria de educação do estado a Prof.^a Zilah Mattos Totta, então vice-presidente do CPPE eleita em 1962. As reivindicações dos professores permaneceram as mesmas: melhores vencimentos para a categoria,

²² O contexto internacional que caracteriza o período é marcado pela Guerra Fria, portanto, para o bloco liderado pelos Estados Unidos havia o perigo iminente do comunismo, representado pelo bloco Soviético. Com o pretexto de acabar com a ameaça comunista foi disseminada pelos Estados Unidos a Doutrina de Segurança Nacional, a qual apresentava a ideia de um inimigo comum que deveria ser combatido e eliminado (BORGES, 2012).

pagamento dos salários atrasados, entre outras já discutidas. Ao mesmo tempo, houve conquistas relativas ao salário, que passa a ser vinculado ao salário mínimo regional, “aplicação da Lei 4.047 que concedia 15% de gratificação aos quinze anos de serviço” (PACHECO, 1993).

Sobre o período 1962-1966, o CPERS Sindicato salienta que:

Foi um período de conquistas. A entidade obteve a vinculação do salário profissional ao salário mínimo regional, pagamento antecipado das férias de julho, aumento das gratificações para professores de alunos especiais e escolas de difícil acesso, gratificação para os profissionais em exercício nos estabelecimentos de recuperação e adaptação de menores, afora a valorização do trabalho extra-classe (CPERS, 1995, p. 68).

Comparando as reivindicações dos professores com as reivindicações dos trabalhadores pertencentes a outras categorias no período compreendido entre 1945-1964, pode-se perceber uma convergência: além das demandas que já faziam parte da pauta reivindicatória dos trabalhadores, como. “Reajuste salarial, pagamento de salários atrasados, paridade salarial, redução do custo de vida”, Petersen e Pedroso apontam para novas demandas, sendo, “pagamento do 13º salário, abonos, quinquênios ou triênios, ajuda de custo, salário-mínimo profissional, salário-doença integral, salário família, uniformes – para incorporar incremento salarial de forma indireta” (PETERSEN; PEDROSO, 2007, p. 203).

Assim, com base nas afirmações acima, e a partir desse determinado ponto de vista, pode-se traçar um panorama geral da situação dos trabalhadores nesse período, incluindo os professores, e perceber que as lutas se caracterizavam por maiores salários, melhora nas condições de vida e, conseqüentemente, maior valorização profissional.

Outro entendimento sobre a luta da categoria dos professores se verifica no texto de Clóvis Oliveira, que faz uma crítica à atuação do CPERS²³:

Durante todo um período, o CPERS não participou das lutas dos professores. Um exemplo é que não apoiou um ato público de professores contratados, no Palácio Piratini, em setembro de 1963, em protesto contra o atraso do pagamento. Os

²³ O autor refere-se à sigla CPERS, mas no período em voga ainda não havia sido feita a mudança do Estatuto da entidade, portanto a entidade ainda possuía a sigla CPPE e não congregava os professores secundaristas, o que ocorreu no ano de 1973.

manifestantes criticaram a omissão do CPERS. [...] O CPERS também não apoiou a greve do magistério de março de 1964, a primeira da categoria, que foi implementada nos ginásios e colégios estaduais pela Federação do Magistério. (OLIVEIRA, 2017, p.114-115)

Contrariando a afirmação do autor, a Ata nº 299²⁴, referente à assembleia geral extraordinária realizada no dia 30/08/1963, com a presença aproximada de 169 professores contratados sócios e não sócios da entidade, foi convocada para tratar do apoio aos professores contratados, bem como da participação do CPPE na passeata que seria realizada caso o governo não efetuasse o pagamento até 10/09/1963, sendo ambas as deliberações aprovadas por unanimidade.

A segunda gestão da professora Lucy Monteiro Moreira irá coincidir com o golpe de 1964, em que se instaura no Brasil a ditadura civil-militar²⁵ que se estenderá até 1985. Neste clima caracterizado por uma grande tensão política, econômica e social inaugurada após o golpe do dia 1º de abril de 1964, diversos Atos Institucionais foram decretados como forma de “institucionalização do regime” (FICO, 2017, p. 59) e o mais amplo controle da situação. Dentre todos os Atos Institucionais foi a decretação do Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968, que consolidou o regime de exceção, permitindo a punição e repressão de todas as formas de resistência e manifestação contrárias ao regime. Houve perseguições aos líderes de movimentos de oposição, prisão, tortura e o fechamento de sindicatos e associações profissionais, o que não impediu que as classes trabalhadoras continuassem de modo menos visível suas lutas.

Durante o período da ditadura civil-militar há um recuo no movimento sindical como um todo devido à forte repressão exercida pelo Estado junto aos sindicatos, que passaram a ser vigiados. Muitas entidades sofreram intervenção e outras foram fechadas, houve prisão e tortura de líderes

²⁴ Ata nº 299, de 30/08/1963.

²⁵ “O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chama-lo de civil – militar.” (FICO, 2017, p. 53). Ao contrário do pensamento de Carlos Fico de que os militares assumem o poder e “o regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares” (FICO, 2017, p. 53), Eurelino Coelho afirma que “o regime autoritário, em todas as fases, foi reconhecido como seu pela classe dominante que, apesar do estreitamento dos canais de representação e negociação de interesses, nunca esteve realmente ausente dos espaços decisórios estratégicos.” (COELHO, 2016, p. 19).

sindicais. Aqui faz-se alusão às palavras de Eder Sader, quando se refere à década de 1960 e à consolidação do golpe:

(...) a consolidação do regime militar no início da década se fazia sobre a pulverização e o silêncio dos movimentos sociais. Nas interpretações e narrativas desse momento quase nada encontramos a respeito das práticas dos trabalhadores. E numa sociedade impulsionada pelos ritmos da acumulação de capitais, os discursos dominantes passam a ser os dos economistas, nos quais os trabalhadores só aparecem como fatores da produção (SADER, 1988, p. 32).

Ainda no ano de 1968, aconteceram as greves em Osasco e Contagem e somente após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) é que este “silêncio” se torna mais evidente e “as derrotas sofridas pelo movimento operário em 1964 e 1968 tiveram um primeiro efeito de reforçar a imagem de impotência” (SADER, 1988). As ações dos sindicatos passam a ficar restritas aos locais de trabalho, mais precisamente às empresas, e a “pontuais tentativas mais visíveis de contestação” (SANTANA, 2012) e reivindicações específicas de cada grupo de trabalhadores.

Nesse período também há um recuo com relação às práticas do CPPE, passando “por uma fase de menos contestações com relação à situação do magistério e maior aproximação dos governos estaduais nomeados, até mesmo participando de iniciativas conjuntas” (PACHECO, 1993, p.53-54). Esse quadro irá perdurar até meados da década de 1970, conforme assinala Guilherme Duque:

Na segunda metade da década de 70, observa-se uma mudança ocorrendo na relação entre magistério público do Rio Grande do Sul e o governo estadual. Na primeira metade da década, o movimento da categoria, encabeçado pelo CPERS, caracterizou-se pelo encaminhamento de reivindicações ao governo estadual, com pouca mobilização do magistério, além da participação da entidade em diversas atividades promovidas ou apoiadas pelo governo estadual, como por exemplo, o “Desfile do Poder Nacional”, promovido pela Liga da Defesa Nacional na Semana da Pátria de 1973. Essa relação amistosa entre o magistério público gaúcho e o governo estadual vai se deteriorar, levando a um desgaste que se constituiu em um fator importante para a deflagração da greve de 1979 (DUQUE, 1998, p. 63).

Pode-se entender que o CPPE possuía uma aproximação com o governo do estado mesmo no período anterior ao golpe de 1964, um exemplo disso que pode ser citado é o fato de a Professora Zilah Totta ter ocupado o cargo de Secretária de Educação e ter sido eleita vice-presidente da entidade. Essa aproximação pode ser explicada, conforme aponta Clóvis Oliveira (2017, p.114), pela forte influência exercida pela Secretaria de Educação e suas Delegacias regionais na entidade. O autor exemplifica, inclusive, que “o malote da associação para o interior do Estado era o mesmo que levava a correspondência entre a Secretaria de Educação e as Delegacias de Educação, as atuais CRES”. (OLIVEIRA, 2017, p. 114).

1.2. CPERS e o contexto educacional e econômico na ditadura civil - militar

Como já discorrido anteriormente, o ano de 1964 é marcado pelo golpe protagonizado pelos militares com apoio de alguns setores da sociedade civil brasileira, principalmente a elite empresarial, que derrubou o governo de João Goulart. Esse golpe foi meticulosamente articulado e planejado através de uma “política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros” (ALVES, 1989, p. 23). O golpe de 1964 no Brasil não foi isolado. Em toda América Latina foi utilizada como justificativa a eminente ameaça comunista e “governos democraticamente eleitos foram derrubados pelas Forças Armadas e pelas elites nacionais. As liberdades individuais foram suspensas, a censura foi imposta e um clima de “guerra iminente” foi criado, para justificar, tanto a intervenção, quanto a repressão imposta” (FRIDERICHS, 2013, p. 2).

A Doutrina de Segurança Nacional foi a base ideológica utilizada para sustentar o regime, que a todo custo implantou um modelo de desenvolvimento econômico dependente e altamente explorador, “uma forma autoritária de capitalismo de Estado” (ALVES, 1989, p. 23), tendo em vista todo o aparato imposto para o controle social e econômico.

Nos primeiros anos de ditadura civil-militar, a presidência foi exercida por Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), que estabelece o Ato Institucional nº2 (AI-2) em 27 de outubro de 1965. Esse Ato, além de manter a suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos, já promovidas pelo Ato Institucional nº1, extingue os partidos políticos e cancela seus registros determinando a existência de apenas dois partidos políticos, a ARENA (situação) e o MDB (oposição), em uma manobra para conter os oposicionistas. Nesse período, Ildo Meneghetti (PSD) governava o Rio Grande do Sul pela segunda vez, sendo substituído em 1967 por Walter Peracchi Barcelos (ARENA).

Logo após o golpe que destituiu Jango da presidência, forçando-o a exilar-se no país vizinho, o Uruguai, foi reestruturado todo um sistema de espionagem e informação. No decorrer do período ditatorial esse sistema contribuiu para a intensa repressão política a qualquer forma de resistência ao regime instaurado, principalmente após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) no final de 1968, que legitimava as formas violentas de repressão a quem contrariava o regime.

Judith Terezinha Rossi preside o Centro de 1968-1970, quando são instalados dois Núcleos no interior do Estado, nas cidades de Guaporé (1968) e Cachoeira do Sul. Em termos organizativos da entidade são criados dois departamentos para atender aos Núcleos e outro de Assistência Funcional (CPERS, 1995, p. 69). Houve continuidade na busca pela melhoria do salário, paridade nos vencimentos e aposentadoria aos 25 anos de exercício da profissão. Com relação a este último, a nova Constituição da República, promulgada em 1967, estabelecia 30 anos de serviço para aposentadoria das mulheres²⁶.

Segundo o livro publicado em 1995 pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, comemorativo aos seus 50 anos de fundação, é atribuída à gestão da Prof.^a Judith Rossi a autorização do desconto em folha da contribuição mensal dos associados. Ainda sobre as atividades

²⁶ Ata nº 3 de, 31/10/1969.

desenvolvidas deve-se destacar a criação do Boletim Informativo²⁷ da entidade, que trazia informações sobre as ações da diretoria com relação às reivindicações do magistério, seções destinadas aos Núcleos do Interior, relatórios da gestão²⁸, títulos de livros adquiridos e disponíveis na Biblioteca do Centro localizada na sede, e outras informações pertinentes ao magistério. Também ocorrem as primeiras iniciativas para a construção do edifício sede e do Clube do Professor Gaúcho (PACHECO, 1993).

A próxima Professora a presidir o Centro foi Thereza Noronha de Carvalho (1970/1972), que já estivera à frente da entidade na gestão de 1966/1968. A opção por discorrer sobre a atuação²⁹ dessa Professora a partir de sua segunda gestão justifica-se pelo fato que, nesse momento, ocorrem importantes mudanças no campo educacional em nível nacional, bem como a grande importância atribuída ao que representou para as lutas da categoria. Logo após deixar a presidência do CPPE, em 1972, a Professora Thereza passa a presidir a Confederação dos Professores do Brasil (CPB)³⁰ chegando a ser vice-presidente da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE).

Nessa administração foram criados dois novos Núcleos nas cidades de Montenegro e Rio Grande, que seguiram as lutas pela aposentadoria aos 25 anos, reajustes salariais e contestação aos atrasos nos pagamentos de salário, além de outras ações. Aqui, cabe citar a dissertação de Eliezer Pacheco (1993) e o livro do CPERS (1995), pois ambos destacam como pontos importantes: o início da construção da sede própria da entidade, a defesa junto ao Instituto de

²⁷ O Boletim Informativo era bimestral e destinado à distribuição entre os professores. Conforme informações da edição de nº 6, de março/abril de 1968, tinha como diretora a Prof^a Thereza Noronha de Carvalho e Redatora-Chefe a Prof^a Valdeci Bezerra, tiragem de 15.000 exemplares e distribuição gratuita. Até o presente momento, esse é o exemplar mais antigo que localizamos do Boletim e encontra-se no arquivo do CPERS em Porto Alegre. Desta forma não podemos afirmar com exatidão quando iniciou a publicação do mesmo.

²⁸ Nesse momento os relatórios eram trimestrais.

²⁹ Conforme consulta em diversos exemplares do Jornal da entidade, o *Magister*, e na Reportagem em homenagem a Professora Thereza Noronha de Carvalho logo após a sua morte, no dia 25/11/1983, em acidente de carro quando dirigia-se, juntamente com dois dirigentes do CPERS, Professores Lealcino Santos e Arlete Moreira, à cidade de Criciúma-SC para organização do XVII Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil, a Professora Thereza Noronha é sempre referência na luta pelos interesses da categoria, “defendendo também a democracia, o sindicalismo, a educação popular, a reforma do ensino, a paz e a justiça social” (*MAGISTER*, edição nº 70 de Dez/1983, p. 03).

³⁰ Em 1960 foi criada a Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB e a partir do início da década de 1970 passa a representar os professores públicos de 1º e 2º graus de todo o país, quando muda sua denominação para Confederação dos Professores do Brasil. (BULHÔES, 1983).

Previdência do Estado (IPERGS) de maior assistência médica e hospitalar, e a implantação do Plano de Carreira do Magistério.

O período entre 1968–1971 caracteriza-se, também, por diversas mudanças no campo escolar que impactaram diretamente na estrutura e organização das escolas, bem como na formação e na atuação dos professores. Das reformas educacionais promovidas, destaca-se a originada com a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que reorganizou o funcionamento do ensino superior e “abriu a possibilidade para que uma parte do magistério de 1º grau – portanto não só de 2º grau – fosse formada em cursos de ensino superior (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, p.2), fato que irá impactar nas reivindicações do CPERS na greve de 1980, como a equiparação ao funcionalismo de nível superior.

Corroborando com a observação de Cassio Diniz Hiro, de que “não podemos deixar de considerar que a educação de um determinado período histórico é fruto de uma necessidade socioeconômica desta mesma época” (HIRO, 2013, p. 77), em 1969 foi introduzida nos currículos escolares as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, que exaltavam a pátria e seus heróis, os ideais cívicos cultuados pelos militares, e “seus conteúdos programáticos eram elaborados tendo como princípios e conceitos os da segurança nacional” (BORGES, 2012, p.37-38). Claramente a introdução dessas disciplinas tinha o objetivo de promover a ideologia da Segurança Nacional também no âmbito escolar, pois a mesma já era reforçada através da propaganda dos órgãos de relações públicas e da propaganda do regime. Sobre essa conjuntura, Guacira Louro dispõe:

Os anos 60 trazem à tona algumas das profundas contradições que se haviam gerado no Brasil. Há um processo de grande concentração de capital, maior burocratização, empobrecimento das classes assalariadas e do proletariado, desenvolvimento da urbanização e da industrialização, juntamente com o fechamento político e o controle dos diferentes organismos da sociedade civil (sindicatos, escolas, partidos, associações, etc.). A educação reflete e reproduz esta conjuntura. Num contexto extremamente autoritário são reduzidos os espaços para resistência e para transformação. A avalanche de leis, normas e decretos que caem sobre as escolas e regulamentam suas atividades são a face mais

evidente do controle que o Estado pretende ter e tem sobre o setor. Um processo que já se iniciara antes, agora aparece com mais clareza: distinguem-se diferentes funções, criam-se especializações dentro do trabalho docente, separam-se as esferas de decisão e execução, fragmenta-se a ação educativa. Paralelamente acentua-se o processo de proletarianização do magistério (LOURO, 1989, p. 35).

Referindo-se ao contexto sociopolítico destacado por Louro, Hiro (2013), aponta características que levaram à proletarianização do trabalho do magistério. Dentre elas, pode-se destacar uma que irá impactar na pauta de reivindicações do CPERS no final da década de 1970 e início da década de 1980:

A separação entre pensar o trabalho e a efetivação do trabalho em si, o que Marx já tinha observado no ambiente fabril e chamou de alienação do trabalho. Essa característica é visível no momento que o poder público e privado, por meio das secretarias de educação e coordenadorias de ensino, estabelece e impõe o conteúdo programático a ser trabalhado pelo professor, e sua aplicação é supervisionada por um funcionário intermediário – o coordenador pedagógico – que determina e controla a efetivação dos planos educacionais estabelecidos de fora da escola. (HIRO, 2013, p. 79)

Não se pode deixar de referir que a escolha dos diretores das escolas também era feita de forma indireta, sendo indicados pela Secretaria Estadual de Educação. Na grande maioria das vezes, os diretores indicados identificavam-se com a linha de pensamento político do governo. Hiro (2003, p. 78) afirma que “os grupos escolares possibilitaram o agrupamento de docentes em um mesmo espaço físico, sob a égide de um mesmo administrador (um diretor) e controlado pela racionalização do tempo, dos métodos e das diretrizes” (HIRO, 2013, p. 78). E complementa citando um importante apontamento que faz Orlando da Silva Rêses “com isso a maior profissionalização é acompanhada da maior proletarianização que, para além do sentido econômico, também diz respeito à autonomia nos processos de trabalho”. (RÊSES, 2011 apud HIRO, 2013, p. 78).

A proletarianização dos professores não está somente associada a essa característica, a política econômica desenvolvimentista adotada durante a ditadura civil-militar contribuiu muito para o quadro, não só referente aos docentes como a toda a classe trabalhadora.

É neste período, entre 1968 -1973, que acontece o milagre econômico, fruto de uma política econômica desenvolvimentista, autoritária e intervencionista com o objetivo de “acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário para conter um razoável equilíbrio de preços” (PRADO; EARP, 2014, p. 213). De uma forma geral, um dos fatores importantes que contribuiu tanto para o milagre econômico como para a sua derrocada está ligado à economia externa a nível mundial que “cresceu aceleradamente durante a década de 1960” (PRADO; EARP, 2014, p. 217).

O sistema financeiro do país já estava demonstrando sua fragilidade desde a década de 1950, agravando-se a crise no início da década de 1960. Logo após o golpe, as reformas econômicas para conter a crise serviram como base de sustentação da ditadura civil-militar. Um dos pontos da reforma econômica impacta diretamente na vida do trabalhador, conforme apontam Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp:

(...) pretendia-se criar um mecanismo de reajuste dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isto implicaria “despolitizar” as negociações salariais, adotando uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia. Além disso, pretendia-se aumentar a flexibilidade da contratação e demissão da mão de obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria como virtude adicional ser uma fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das relações de trabalho, foi preciso intervir nos sindicatos mais ativos para evitar a eclosão de movimentos grevistas (PRADO; EARP, 2014, p. 215-216).

Desta maneira, os reajustes salariais eram calculados levando em consideração uma prévia da inflação para o ano seguinte, a qual era calculada com base em uma previsão bem inferior aos índices reais da inflação. “Como esta foi sistematicamente subestimada, o resultado foi que os aumentos salariais ficaram sempre abaixo da inflação do período”. (PRADO; EARP, 2014, p. 236). Já no ano de 1974, se evidencia o processo de desaceleração do crescimento econômico aliado à crise econômica mundial, advinda da chamada

crise do Petróleo³¹, e novamente a inflação volta a apresentar índices muito altos. A consequência inevitável é a crescente perda do poder aquisitivo por parte da classe trabalhadora, na qual se situavam os professores.

A evolução do vencimento básico real constitui uma forte indicação de que a raiz dos conflitos que marcaram as relações entre o magistério e o governo estadual a partir de fins dos anos 70, tendo como pano de fundo um maior grau de liberdade política, está relacionada à queda tendencial do poder aquisitivo dos salários. (...) assim, as greves de 1979-80 compreenderiam uma tentativa de recuperação salarial após a trajetória cadente de 1975-78 (HORN; CALAZANS, 1992, p. 69).

Não se pretende, aqui, aprofundar a questão econômica, mas sim, apresentar de forma geral este que é um dos fatores importantes que irá desestabilizar a ditadura civil-militar e influenciar nos movimentos ligados aos trabalhadores, principalmente o movimento sindical no final da década de 1970.

No ano de 1971 ocorreu uma das principais mudanças no campo educacional com a promulgação da Lei 5.692/71, a qual fixava as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, unificando o ensino primário e o ginasial, criando o ensino de 1º grau, com 8 séries, impulsionando o aumento do número de alunos matriculados, a expansão da rede de escolas, e, conseqüentemente, o número de professores. Essa mesma lei previa que para acesso aos recursos provenientes do Governo Federal, os sistemas de ensino deveriam criar seus respectivos Estatutos do Magistério. Assim, nesse período “a questão central da luta dos professores, desenvolvida sem mobilização de massa, foi a elaboração e aperfeiçoamento do Estatuto e Plano de Carreira do Magistério” (BULHÕES; ABREU, 1992), que foi efetivamente criado em 1974.

Em 1972, quando assume a entidade a Professora Valdeci Bezerra, verifica-se uma maior aproximação com o Governo do Estado e com a Prefeitura de Porto Alegre. Houve a participação do CPERS, em 1973, no desfile da semana da Pátria promovido pela Liga de Defesa Nacional (LDN)³²

³¹ A crise do petróleo é resultado do embargo lançado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como retaliação aos países que apoiaram Israel durante a Guerra do Yom Kippur.

³² Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, ainda hoje em vigor, é “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”. Foi considerada de utilidade pública

e, em 1974, a participação em uma Recepção no Palácio Piratini também em alusão à semana da Pátria (BULHÕES, 1983). A entidade ganha, nessa época, espaço de representatividade na Comissão criada pelo Governo do estado para elaboração do Estatuto e do Plano de Carreira do magistério. Conforme Maria da Graça P. Bulhões, analisando o relatório de atividades da Gestão 1972-1975 do CPERS, foram acolhidas “numerosas de suas postulações” (BULHÕES, 1983, p. 27).

Outra ação foi realizada pelo CPERS para que fosse atendido o maior número possível de suas reivindicações, incluindo as propostas apresentadas pela Comissão e que foram rejeitadas pelo Governo. Tal ação, de acordo com Eliezer Pacheco, se configurou pela atuação da entidade junto à Assembleia Legislativa durante a tramitação do Estatuto e do Plano de Carreira “reivindicando emendas ao projeto contemplando aqueles pleitos não aceitos pelo Executivo estadual” (PACHECO, 1993, p. 69).

As Leis 6.672/74 e 6.673/74, ambas publicadas no dia 22 de abril de 1974, dispõem respectivamente sobre a aprovação do Estatuto e do Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Essas são reivindicações que faziam parte da pauta da entidade praticamente desde sua criação e que são consideradas importantes conquistas para a categoria. Horn e Calazans (1992) explicam como foi estruturado o Plano de Carreira do Magistério:

A carreira do magistério é estruturada em forma matricial, disposta em seis classes e em seis níveis de habilitação. As classes, designadas pelas letras A a F, compreendem uma linha de promoção por tempo de serviço e mérito, enquanto os níveis, identificados pelos números 1 a 6, indicam diferentes graus de habilitação ou educação formal do quadro do magistério. (HORN; CALAZANS, 1992, p. 65).

Referindo-se ainda à reforma do ensino em termos nacionais, em 1971 o Centro dos Professores Primários Estaduais do Rio Grande do Sul se rearticula, reforma o Estatuto da entidade e passa a congregar também os professores de segundo grau alterando, em 1973, o nome da entidade para Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS. Pode-se compreender que mais tarde essa nova configuração na organização da

entidade, aumentando sua base, é que dará mais força ao CPERS, transformando-o em uma das maiores entidades de classe do país.

Há uma emergência de diversos movimentos sociais neste período final da década de 1970, que passam a se mostrar atuantes na luta por direitos e a configurar um novo cenário que contribuiu para a luta pela redemocratização, passando a perceberem-se como sujeitos e agentes da mudança. Sobre esses movimentos Eder Sader faz o seguinte panorama:

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação a ordem estabelecida. Era o "novo sindicalismo", que se pretendeu independente do Estado e dos partidos, eram os "novos movimentos de bairro", que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma "nova sociabilidade" em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva. Eram os "novos movimentos sociais", que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade (SADER, 1988, p. 35-36).

O descontentamento social, aliado ao fim do milagre econômico e da grave crise que se instaurou deixa evidente a fragilidade do governo, que na segunda metade da década de 1970 se percebe perdendo sua força e o apoio de muitos dos apoiadores iniciais do golpe, principalmente empresários atingidos pela grave crise econômica. Esse contexto forneceu as condições necessárias para as entidades de classe, principalmente os sindicatos, se rearticularem, se reorganizarem e adotarem estratégias de mobilização de massa que se configuraram nas greves do final da década de 1970 e início da década de 1980, bem como no Movimento pelas Diretas Já entre 1983 e 1984.

Com base nessa trajetória da entidade, na busca por uma valorização profissional, no rompimento com a percepção de magistério enquanto sacerdócio, na nova configuração do CPERS, que passa a congrega professores do ensino primário e secundário, bem como em toda a mudança ocorrida no campo escolar, foi que se formaram as bases da resistência da entidade manifesta no final da ditadura civil-militar. Bem como, é neste cenário

de crise da ditadura civil-militar, que emerge a primeira grande greve protagonizada pelo CPERS, como será demonstrado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2. Práticas de resistência e atuação política do CPERS

As ações do CPERS ao longo de sua trajetória podem ser entendidas enquanto práticas de resistência. O conceito de resistência, já amplamente abordado e discutido em diversos trabalhos, principalmente aqueles que possuem a abordagem voltada aos regimes totalitários e de exceção, requer sempre a retomada em relação a sua aceção e contribuição ao tema em evidência.

A preocupação com uma definição para o conceito de resistência, discutida na França, emerge de um debate acerca do período de expansão dos regimes totalitários, no caso, o nazismo e o fascismo na Europa. Segundo Denise Rollemberg:

Fora justamente sobre esse tema a primeira pesquisa acadêmica sobre a França dos anos de guerra, defendida em 1962 por Henri Michel. Embora nela já houvesse a preocupação de definir Resistência, como veremos, a busca de uma conceituação dando conta da complexidade das experiências somente ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 (ROLLEMBERG, 2015, p. 79).

Ao longo dos anos, além de Henri Michel, diversos outros autores franceses tiveram a preocupação em caracterizar e conceituar o que é resistência, como é o caso de François Bédarida, François Marcot, Pierre Azéma, Jacques Sémelin, entre outros. De um modo geral, a análise desses autores girava em torno do contexto histórico pesquisado por estes, levando a interpretação do que seria resistência associada “ao fenômeno histórico da França ocupada pela Alemanha, precisamente ao estrangeiro invasor e aos que com ele colaboravam” (ROLLEMBERG, 2015, p. 80), a autora ainda complementa que “resistência também foi usada, já na guerra, como resistência militar contra o invasor estrangeiro na Iugoslávia” (ROLLEMBERG, 2015, p. 80).

Bédarida, em 1986, caracteriza a resistência dentro de um contexto europeu, que não condiz com o contexto vivido nas ditaduras latino-americanas, definindo-a como:

A ação clandestina, em nome da liberdade da nação e da dignidade da pessoa humana, por voluntários se organizando para lutar contra a dominação (e o mais frequentemente a

ocupação) de seus países por um regime nazista ou fascista ou satélite aliado (BÉDARIDA, 1986, p. 80 apud ROLLEMBERG, 2015, p. 82).

Analisando a definição de resistência empregada por Bédarida, Denise Rollemberg aponta alguns elementos básicos para caracterizar o conceito que apesar de estar associado a outro contexto e a própria autora não relacioná-lo com a conjuntura brasileira na ditadura civil-militar, pode-se notar certa semelhança entre ambos quando se analisa tais elementos.

A definição, assim, poderia compreender os movimentos europeus e asiáticos, motivados pela “libertação nacional” e pela “libertação das formas de opressão”. Aí estariam reunidos “os três componentes fundamentais da ação de resistência”. “A atividade clandestina e ilegal” (diferentemente das formas da guerra clássica); “o voluntarismo”, “a luta multiforme, armada ou não, contra a força do inimigo (força militar, política, econômica, ideológica etc)” (ROLLEMBERG, 2015, p. 82).

Outra definição aqui considerada para caracterizar a resistência no Brasil, principalmente quando se observa o final da ditadura civil-militar, é trazida no artigo de Denise Rollemberg. A autora, baseada na definição utilizada por Jacques Sémelin, “a revolta começa mais, portanto, com uma negação do que com uma afirmação” (ROLLEMBERG, 2015, p. 85), é ter consciência do que se deve combater, ampliando para definição de um critério em que não há resistência individual, conforme citação abaixo:

A partir daí, Jacques Sémelin recorre a um critério essencial em outros autores: nascida de uma “ruptura individual”, a Resistência exprime-se, necessariamente, de forma coletiva. Nesse movimento, introduz outro critério importante, o *da consciência*: no movimento de revolta, o sofrimento individual toma consciência de que é um sofrimento coletivo, levando o revoltado a afirmar: “eu me revolto; logo nós somos” (Sémelin, 1994:52). Ou seja, *só há resistência coletiva, jamais como expressão individual*. (ROLLEMBERG, 2015, p. 85-86)

No Brasil, durante a ditadura civil-militar, grupos se organizaram para uma prática de resistência armada, chamada de luta armada, tendo sido combatida com forte repressão. Esta foi uma das formas de ação escolhida por alguns grupos, mas outros grupos de esquerda adotaram uma resistência pacífica para conduzirem a sua luta, entretanto, “as divergências de posturas e estratégias, somadas a certas doses de ingenuidade e utopia, fizeram com que as organizações de esquerda enfrentassem o golpe divididas, o que pode ter,

de alguma forma, influenciado na própria derrota destas” (SANTANA, 2007, p. 47) e acabaram servindo como justificativa à intensa repressão imposta no Brasil pelos defensores da ditadura civil-militar.

Muitos políticos, sindicalistas e professores de esquerda tiveram que se exilar. Uma parte dos militantes cessou temporariamente a atuação política, enquanto outros se puseram a procurar maneiras de se rearticular na clandestinidade (SANTANA, 2007, p. 46).

A luta armada foi desmantelada nos primeiros anos da década de 1970 (NAPOLITANO, 2015, p. 103), mas outras formas de resistência continuaram presentes e ganharam mais força e visibilidade no período de “abertura”, no final da década de 1970.

Não se pode deixar de referir aqui à questão da construção da memória de sociedades que estiveram sobre a égide do autoritarismo que empregava violenta repressão. Para essas sociedades, a resistência passa a ser o ponto chave que serve de base e sustentação da memória dos que se apresentam como opositores, tanto da opressão e violência empregadas, quanto da política adotada. Com isso, Bruno Groppo aponta para a criação de um mito relacionado à vitimização da sociedade como um todo.

No centro dessas memórias dolorosas se encontra a figura da vítima. É sobre ela que passaram a se concentrar as atenções, como o testemunho, por exemplo, os trabalhos das comissões da verdade criadas em numerosos países após o fim das ditaduras, ou os monumentos e memoriais que se multiplicaram no período recente e que celebram, todos ou quase todos, as vítimas da violência e do terrorismo de Estado (GROPPO, 2015, p. 40).

Surge em meio a esse contexto o mito da sociedade como vítima inconsciente, uma espécie de generalização que serve como fachada para que não se discuta nem se questione vários segmentos sociais que apoiaram ou se omitiram com relação aos atos cometidos.

Entre os mitos nos quais uma sociedade tende a se refugiar no dia seguinte a uma ditadura, aquele de vítima inocente é um dos mais comuns. Ele consiste em apresentar a sociedade como um todo exclusivamente como uma vítima impotente de eventos e de forças sobre os quais ela não tinha nenhum controle e, portanto, pelos quais ela não tem nenhuma responsabilidade. Em vez de se questionar sobre a parte de responsabilidade dos diferentes segmentos e setores da

sociedade, constrói uma memória coletiva muito simplificada, mais ou menos distante da realidade histórica, e que termina por essa via por transmitir uma imagem deformada do passado. O mito da sociedade inocente responde a necessidades tanto psicológicas quanto políticas e é um elemento constitutivo fundamental das políticas da memória ou do esquecimento empregadas após uma ditadura para fazer aceitar certa interpretação do passado (GROPPO, 2015, p. 42).

Essa construção contribui para a generalização de que a resistência ocorreu de maneira uniforme desde o início e de que a ditadura civil-militar no Brasil “tivesse sido imposta e mantida no poder exclusivamente pela violência e pelo terror, e como se houvesse enfrentado constantemente a resistência, aberta ou subterrânea, da grande maioria, quando não do conjunto da sociedade” (GROPPO, 2015, p. 42), deixando de fora, propositalmente ou não, o questionamento de grande parte da sociedade que apoiou ou, pelo menos, se omitiu durante a ditadura civil-militar.

No caso de um passado ditatorial, a resistência à memória vem sobretudo do fato de que uma ditadura implica sempre certo grau de adesão ou de aceitação de parte da população. As ditaduras são, por definição, sistemas de dominação baseados na força e na violência, mas elas não se mantêm apenas por esses meios: também têm uma base social e se beneficiam do apoio, ou pelo menos da aceitação de uma parte mais ou menos importante da população (GROPPO, 2015, p. 45).

Esse mito da sociedade como vítima e a ideia de uma resistência ampla por parte dela contribuiu ainda mais para que não houvesse uma punição efetiva dos culpados. Apesar de haver consciência dos atos cometidos durante a ditadura civil-militar, a sociedade brasileira desenvolveu uma espécie de aceitação do passado. Marcos Napolitano expressa em duas passagens esse ponto de vista:

Entretanto, esse jogo de aproximação tática e afastamento estratégico com o regime foi revestido pela aura de resistência democrática, fornecendo um alibi histórico para aqueles que ajudaram a destruir a democracia em 1964 (NAPOLITANO, 2015, p. 102).

Os militares queriam esquecer os crimes contra os direitos humanos. A esquerda recalcou a luta pela revolução e pela ditadura do proletariado. Os liberais queriam esquecer seu colaboracionismo e seu histórico golpismo. Tudo isso em nome da democracia, palavra - fetiche da pacificação social e da

conciliação política que selava uma transição conservadora (NAPOLITANO, 2015, p. 102).

Entende-se, também, que durante todo o período de ditadura civil-militar, 1964-1985, não houve uma divisão homogênea e estanque entre apoiadores e opositores do regime. Napolitano defende a seguinte tese:

Defendemos a tese de que há um amplo leque de colaboracionismo e oposicionismo no contexto autoritário de 1964-1985 que nem sempre foi ocupado pelos mesmos atores, da mesma maneira, o tempo todo que durou o regime (NAPOLITANO, 2015, p. 102).

Os liberais civis foram artífices do golpe e sócios do regime, em que pesem suas críticas à censura prévia e à disseminação da tortura que marcaram, sobretudo, o governo do general Médici (1969-1974). Entretanto, foram aqueles que melhor inventaram, nas palavras de Denise Rollemberg, “sua honra e seu futuro”, construindo discursos e memórias legitimadoras para explicar seu papel em 1964 e seu pretense afastamento do regime após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, construindo uma autoimagem que se constitui no eixo da grande família da resistência democrática, em muitos casos se apropriando de valores de esquerda (notadamente, a esquerda comunista do PCB) (NAPOLITANO, 2015, p. 103).

Seguindo esta linha de raciocínio, Tatyana de Amaral Maia aponta que:

Nessa versão, a sociedade civil alijada de seus direitos básicos só parecia ter tido duas alternativas: o enfrentamento aberto ou o silêncio forçado diante das arbitrariedades cometidas pelos militares que controlavam o Estado. As manifestações, os protestos e as ações armadas eram apresentados como movimentos de resistência, portadores do ideário democrático; os silêncios, difíceis de mensurar, eram o resultado do estado de terror implementado a partir do golpe de 1964, cujo episódio mais emblemático foi o decreto do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968 (MAIA, 2015, p. 276).

Para tratar da parcela da sociedade que se manteve na posição intermediária entre apoiar ou se opor ao regime, tanto Denise Rollemberg como Tatiana Maia recorrem à tese de Pierre Laborie sobre a “zona cinzenta”:

A esse espaço social, Pierre Laborie chamou de “zona cinzenta”. Os atores que transitam nessa “zona” estão marcados por ações ambivalentes características do pensar-duplo, ou seja, constroem situações simultâneas de proximidade e distanciamento conforme as circunstâncias históricas apresentadas (MAIA, 2015, p. 277).

No que diz respeito aos estudos sobre a ditadura no Brasil, como no caso francês, é evidente o desequilíbrio entre a produção sobre resistência se comparada às pesquisas que tratam dos demais temas, sobretudo do que foi *nossa zona cinzenta*, as posições e os comportamentos *ambivalentes* da maior parte da sociedade entre os extremos da resistência e colaboração. Igualmente, não houve entre nós até o momento a preocupação de defini-la. Tomada de maneira naturalizada, acaba por comprometer as interpretações, como vimos defender François Bédarida (1986:79) (ROLLEMBERG, 2015, p. 91).

Devido à prioridade em garantir um lugar de memória para a resistência foi porque não houve preocupação maior em conceituá-la ou defini-la quando se trata das ditaduras na América Latina, mais especificamente neste caso, do Brasil. Desta forma, Denise Rollemberg aponta para uma naturalização do termo resistência aplicado tanto para o caso das ditaduras latino-americanas como para outros contextos:

[...] Resistência como termo naturalizado passou a servir para designar outras realidades no tempo (depois de 1945) e no espaço (não apenas na Europa). As lutas de libertação nacional nos países africanos e asiáticos, no pós-guerra, e os combates contra ditaduras da América Latina, nas décadas de 1960 a 1980, são exemplos (ROLLEMBERG, 2015, p. 91).

Essa naturalização teve um duplo desdobramento. Por um lado, limitou o conhecimento das experiências em suas complexidades e facilitou a construção de outros mitos de Resistência, como ocorrera anteriormente. Serviu mais, portanto, à memória e menos à história. Contudo, também possibilitou o alargamento do que veio a ser um conceito adaptável a realidades específicas (ROLLEMBERG, 2015, p. 91).

A autora (ROLLEMBERG, 2015, p. 91) em outra passagem vai defender o ponto de vista de que não houve a preocupação em definir a resistência especificamente para o caso brasileiro e, baseada na teoria defendida por Bédarida, as interpretações estariam desta forma comprometidas. Afirma ainda que “a própria ausência por tanto tempo de definições mais complexas, em nítido contraste com o volume de pesquisas sobre o tema, já merece reflexão conceitual” (ROLLEMBERG, 2016, p. 79).

Não se trata de uma tentativa de encaixar a resistência em um conceito pré-existente que designa uma realidade diversa, ou de criar um conceito novo

que represente esta realidade das ditaduras na América Latina, mas sim de buscar elementos que a caracterizem dentro do contexto em que está associada. No caso das ditaduras na América Latina, essas possuem semelhanças e disparidades, tanto na forma como se constituíram, com o apoio/oposição de grupos da sociedade, quanto na forma com que a repressão foi empregada e, assim, conseqüentemente da prática da resistência.

Obviamente o debate sobre a resistência é cada dia mais importante e quanto mais houver a busca por elementos que enriqueçam sua interpretação, mais ele se potencializa, mas o fato é que as sociedades estão em constante mudança, o que faz com que também se modifiquem as práticas de resistência.

Isso remete ao entendimento de que tanto a resistência em si quanto a sua conceituação e usos desse termo para explicar determinadas práticas são resultado do contexto vivido por quem as executa ou, posteriormente, busca caracterizá-la.

Pode-se concluir que a resistência, no caso do Brasil, se organiza em grupos determinados que lutam por direitos específicos. Somente mais tarde, no final da ditadura civil–militar, é que diversos grupos passaram a unir sua luta em torno da democratização do país, no *Movimento das Diretas Já*.

Com relação ao objeto de estudo desta dissertação, seria uma incongruência pensar que a resistência se manifesta desde o princípio na quase totalidade da sociedade após o golpe de 1964. Mesmo assim, não pode-se deixar de explicitar o que Apple, em sua análise sobre educação e poder, nos fala sobre a resistência:

De fato, já se vem tornando um lugar comum reconhecer que onde quer que exista poder, existe resistência. São os dois componentes de um par social. Entretanto, estas formas de resistência adquirem caráter político apenas em certos casos. Apenas sob condições específicas transformam-se realmente em “lutas dirigidas para acabar com as relações de dominação” (APPLE, 1995, p. 182).

Assim, acredita-se que as modificações na forma de pensar e agir desses professores no final da década de 1970 e início da década de 1980, que são expressas através das greves, bem como da participação nos debates promovidos pelo CPERS, podem ser caracterizados como práticas de resistência, na forma de “lutas dirigidas”.

Desta forma, a presente pesquisa não tem a pretensão de criar um conceito de resistência para o caso brasileiro, mas deixar claro que entende as práticas de resistência como diversas, que cada grupo as emprega de acordo com sua experiência histórica, suas concepções ideológicas e as possibilidades de reação³³. Para tanto, partilha-se do entendimento de Marilena Chaui, quando ela diz que a resistência “tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafitis espalhados pelos muros das cidades – quanto localizada em ações coletivas ou grupais” (CHAUI, 1986, p. 63).

2.1. Os professores como categoria de trabalhadores

Um dos maiores desafios internos enfrentados pelos profissionais do magistério em um âmbito geral foi se perceber como trabalhadores e, conseqüentemente, como uma categoria. Diversos fatores contribuíram para essa dificuldade de percepção que impactou na união e mobilização desses profissionais.

O primeiro deles, dentro desta abordagem, e que já foi tratado anteriormente na introdução, é a imagem do magistério enquanto sacerdócio, associado ao dom/vocação e doação. Essa imagem relacionada aos docentes, principalmente aos que atuavam no ensino primário, contribuiu para justificar a baixa remuneração, o que posteriormente serviu ao Estado.

Diversas transformações ocorreram no sistema de ensino, na organização das escolas, que influenciaram ao longo do tempo a percepção do ser professor. O objetivo desta pesquisa não é retroceder muito no tempo, portanto, o foco está nas mudanças ocorridas na década de 1970 que impactaram o trabalho docente. Obviamente, não se deixa, assim, de lado o entendimento de todo o contexto de transformação pelo qual passou a área da educação no Brasil. Tem-se presente que o trabalho dos professores, a

³³ Aqui seguiu-se a definição de resistência empregada por Norberto Bobbio de que esta seria mais uma “reação do que ação” (BOBBIO, 1986, p.1114).

estrutura e organização do processo educacional no Brasil tiveram grandes modificações, nas palavras de Hypolito:

Essas formas de organização da escola, além de serem expressão material do desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade, impuseram um jeito de ser e agir ao profissional do ensino, que, como ser coletivo, foi historicamente construído e formado pelas relações sociais que se desenvolveram no interior do processo de trabalho na escola (HYPOLITO, 1997, p. 17).

Para entender essa organização na escola e o papel desempenhado pelos professores, faz-se necessário explicitar outros fatores que impactam na formação desta categoria, principalmente quando se fala de professores (as) primários (as).

Assim, nesta pesquisa, não se tem como foco aprofundar a questão de gênero, o que não significa que ela não tenha fundamental importância para que se entenda a formação do professorado. Ao longo do tempo, o ofício de ensinar, que antes era desempenhado por homens principalmente por ser desenvolvido atrelado às Igrejas, passa por uma transformação e a presença feminina aumenta consideravelmente até o ponto de ser a maioria entre os educadores primários.

Ainda levando em conta a perspectiva da educação como sacerdócio/vocação, ela contribui muito para este processo de mudança no perfil dos educadores primários. Diversos autores, como Apple e Hypolito atribuem a esse processo como a feminização do magistério e acrescentam características atribuídas às mulheres para justificarem tal mudança. Nesse sentido pode-se citar Apple (1995), que analisa a questão no livro Educação e Poder, em que o autor pesquisa o professorado dos Estados Unidos e da Inglaterra:

É claro que às vezes as próprias tarefas associadas a uma ocupação reforçam a segregação sexual. Como a atividade docente, por exemplo, tem componentes de cuidar de crianças e servir, isso ajuda a reconstruir sua definição como trabalho de mulher (APPLE, 1995, p. 56).

Pertinente, também, é a colocação de Hypolito:

(...) o processo de feminização, praticamente generalizado em todo o Ocidente, mudou o perfil do professor primário. A docência elementar era exercida por homens, e, à medida que o sistema de ensino se expandiu, com o desenvolvimento do

capitalismo, passou a ser exercido fundamentalmente por mulheres. Isso foi possível em consequência de múltiplos fatores relacionados com a condição cultural da mulher, com a *ideologia da domesticidade*, com a falsa identidade entre o trabalho de ensinar e as “habilidades femininas” e com o ideário do sacerdócio e da vocação, entre outros (HYPOLITO, 1997, p. 76).

Na citação acima, quando Hypolito faz referência à expansão do capitalismo, esse pode ser entendido como um dos principais fatores que impulsionaram a presença feminina no magistério primário, levando em consideração que os homens passam a buscar outras colocações no mercado de trabalho com melhor remuneração, tendo em vista a crescente precarização dos valores percebidos pelos professores primários. Ainda, com a mudança na economia, o aumento na oferta de mão-de-obra e no custo de vida, o trabalho feminino passa a ser visto como um trabalho voltado para a complementação da renda tanto dos pais como do marido.

Hypolito (1997) aponta ainda para outro fator que contribuiu para a presença feminina na profissão de educadoras:

A compatibilidade de horários entre o exercício do trabalho doméstico e o magistério é uma das razões, frequentemente encontrada, que facilitaram o ingresso da mulher nessa profissão. Pelo fato de ser um trabalho possível de realizar em turno único, as professoras poderiam, além de lecionar, continuar executando tarefas do lar, “próprias” do gênero feminino, cumprindo o papel de mãe, esposa e dona de casa (HYPOLITO, 1997, p. 60).

Já a análise de Apple (1995) aponta para a necessária compreensão do impacto que a feminização do trabalho docente acarreta além do ambiente escolar:

Contudo, uma vez que o professorado é constituído principalmente de mulheres, devemos também olhar para além da escola para obter uma compreensão completa do impacto dessas mudanças e as respostas do professorado a elas. Precisamos lembrar uma coisa a este respeito. As professoras frequentemente trabalham em *dois* locais – a escola e a casa (APPLE, 1995, p. 46).

Corroborando com o fato do aumento significativo do número de professoras, Hypolito (1997), analisando a formação do professorado no estado de São Paulo, evidencia esta situação afirmando que “(...) chegando nos anos

70 à marca de 98,8%. Configurava-se definitivamente o magistério como uma profissão na qual as mulheres são absoluta maioria” (HYPOLITO, 1997, p. 54).

Com essa mudança no perfil do professorado e com o aumento significativo do número de mulheres compondo os quadros de professoras de ensino primário, Pessanha (1997) nos leva a raciocinar sobre a disparidade com relação ao nível de ensino. Conforme dito anteriormente, há um número elevado de professoras no ensino primário, tal quadro não se repete no ensino superior, neste último a preponderância ainda é masculina. Nas palavras de Pessanha:

No entanto, a “escalada” educacional manteve, em certa medida, a desigualdade entre homens e mulheres, mesmo que de uma forma mais qualitativa do que quantitativa, pois as mulheres se concentravam invariavelmente nos ramos de ensino mais desvalorizados socialmente, entre os quais o ensino normal; em 1964 elas constituíam 95,24% dos alunos do curso normal (PESSANHA, 1997, p. 86).

É em meio a todas essas mudanças que surgem as Associações de professores (as), como no caso desta pesquisa, o CPERS, que já na sua fundação (1945) é composto em grande parte por mulheres que sentiram a necessidade de se articularem em torno de um órgão para a defesa de interesses, como também para o assistencialismo. Obviamente não houve unanimidade por parte das professoras primárias no que se refere à criação dessa entidade. Muitas não acreditavam que isso fazia parte de condutas ligadas ao gênero feminino, por motivos óbvios relacionados à percepção de si mesmas enquanto trabalhadoras, também influenciado pelo contexto explicitado acima e arraigado no paternalismo tão incutido na sociedade.

Esse novo quadro que se configura nos leva a pensar sobre outro fator, a profissionalização, que também pode ser associada à proletarização deste trabalho, o da docência. Com o fortalecimento do capitalismo, esses temas passam a ser discutidos por diversos pesquisadores da área, tanto brasileiros como estrangeiros, apontando que a causa está associada ao atrelamento da educação ao Estado.

Nessa passagem para o profissionalismo, os docentes viram-se submetidos, na maioria das vezes com sua aquiescência, a um processo de assalariamento. Quase sempre, tornar-se assalariado significava tornar-se funcionário do Estado. (...) assim, falar em profissionalismo do trabalho docente significa

falar em assalariamento e funcionarização (HYPOLITO, 1997, p. 104).

Corroborando com Hypolito, ainda dentro desta perspectiva, Pessanha aponta que:

Há um aspecto em que parece não existir discordância entre os que se dedicam a analisar o professor como uma categoria profissional: a sua caracterização como funcionário. A origem dessa condição estaria relacionada com o momento em que, com o surgimento do capitalismo, dá-se a separação entre a sociedade civil e o Estado e, neste processo, o ensino passa a ser encarado como dever do Estado, saindo do âmbito da Igreja. É a partir deste momento que se inicia a “profissionalização” do magistério, até então exercido pelos religiosos.(PESSANHA, 1997, p. 27).

Surgem então as pautas relacionadas à luta pelo reconhecimento dessa profissão e pelos seus direitos. No caso do CPERS, a questão salarial e de melhorias no ensino permeavam as reivindicações desde a sua constituição. Uma das reivindicações considerada de extrema importância para o reconhecimento dos (as) professores (as) como profissionais dizia respeito à necessidade da elaboração de estatutos por parte dos governos dos estados, indicando os níveis, plano de carreira, as formas de ascensão, gratificações, entre outras. Em termos gerais, Hypolito (1997) aborda tal questão da seguinte forma:

A essa ideia de docência se opôs o profissionalismo, que buscava não só resguardar um campo de conhecimento, como também conquistar e organizar uma série de normatizações e regulações da profissão, tanto em termos de formação e profissionalização quanto em termos de salários e estatuto de carreira (HYPOLITO, 1997, p. 104).

Com relação à profissionalização, Apple (1995) afirma que não estão dissociados os elementos referentes ao gênero e à classe, e que para entendermos esse processo é necessário buscar compreender o que leva a essa dinâmica:

Só podemos entender a razão pela qual os/as professores/as interpretavam o que estava lhes acontecendo como sendo a profissionalização de seu trabalho, se entendermos como a ideologia do profissionalismo, em educação, opera como parte tanto de uma dinâmica de classe quanto de uma dinâmica de gênero (APPLE, 1995, p. 42).

E continua:

(...) simplesmente não podemos compreender o que está acontecendo ao ensino e ao currículo sem colocá-los em uma moldura teórica que integre classe (e o processo de proletarização que a acompanha) e gênero (APPLE, 1995, p. 46).

Como Apple, diversos outros autores apontam para a questão de classe, não no sentido da existência de uma classe de professores, nem em se tratando de professores que desenvolvam atividades em um determinado nível de ensino, como nos coloca Hypolito (1997, p. 45): “não se pode afirmar que os professores primários são membros de uma determinada classe social”. Neste sentido, cabem as palavras de Thompson, quando diz que “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2004, p.10).

Muitos autores procuraram situar os professores (as) entre a classe média e a classe operária, o que fatalmente poderia incutir erro na interpretação e entendimento das transformações que ocorrem na categoria dos professores. A disparidade da situação dos professores entre os níveis de ensino é tamanha que não há possibilidade de dizer que existe uma classe de professores, mas (...) é sensato considerar esse grupo como localizado simultaneamente em duas classes. Esse grupo partilha, então, os interesses tanto da pequena burguesia quanto da classe operária (APPLE, 1995, p. 32).

Ainda sobre esse tema, Hypolito afirma que “os professores se constituíram historicamente vindos de mais de uma vertente social” (HYPOLITO, 1997, p. 46), e que deve-se levar em consideração:

(...) o professorado como parte integrante da classe trabalhadora, mas de qualquer forma tem - se de levar em conta profundas marcas ideológicas e culturais que dão características específicas a essa parte da classe trabalhadora [...]

Isso também não deve camuflar o fato de que há frações de classe e de grupos dentro da mesma classe. Há parcelas de professores que, por origem familiar e pelas ocupações de maridos e esposas, podem ser identificadas como partícipes das “classes médias” (HYPOLITO, 1997, p. 46).

Essas características ideológicas, culturais e sociais ajudam a desvelar o fato de que há frações de classe e de grupos dentro da mesma classe. Essas possíveis mobilidades internas podem estar revelando “um coletivo em formação, em luta para se constituir parte da classe trabalhadora, mas que vive uma situação de identidade social contraditória” (HYPOLITO, 1991, p.19 apud HYPOLITO, 1997, p. 100).

Pessanha (1997) faz uma análise sobre essa questão e aponta “a heterogeneidade da composição da categoria como um obstáculo à sua situação em uma das classes”. (PESSANHA, 1997, p. 31). Mas com relação à origem de classe dos professores, a autora aponta a pesquisa de Pereira, em que afirma que os professores estariam situados na “classe média assalariada”, levando em consideração a “origem, uma vez que 69,5% dos pais dos professores exerciam atividades assalariadas não-manuais [...] quanto pelo casamento, pois 72,3% dos maridos exerciam atividades não-manuais assalariadas” (PESSANHA, 1997, p. 87).

Tais afirmações são feitas pelo autor no ano de 1997, mas de qualquer forma elas se constituíram ao longo do tempo e adquiriram tais características, portanto, não seria errôneo nem anacrônico entender a realidade vivida pelos professores (as) nas décadas de 1970 e 1980 com base nessa perspectiva, tendo em vista que essa realidade já existia nesse período e com o tempo apenas acentuou-se.

Nesta pesquisa acreditam-se importante os apontamentos descritos acima sobre a questão de classe, tendo em vista que esse é o ponto de partida de diversos pesquisadores que se dedicaram a entender a constituição da categoria dos professores. Como bem coloca Apple (1995, p. 19) “o significado do sistema educacional – o que ele faz, cultural, política e economicamente – perde-se se nossa análise não situa a escola no nexos das relações dominantes de classe que ajudam a moldar nossa sociedade”.

Com base no que foi desenvolvido até aqui, pode-se perceber que os ideais que nortearam a política financeira adotada a nível federal moldaram as mudanças no perfil da categoria de professores não só economicamente, mas política e culturalmente também, através da influência que exerceram sobre a política educacional. Sobre isso, pode-se citar Apple (1995):

[...] embora tivéssemos de ser muito cautelosos para não cair na armadilha do reducionismo econômico, havia um conjunto muito real de conexões entre a escolarização e o poder econômico, cultural e político. Essas conexões poderiam ser mais completamente desveladas apenas se entrássemos na escola e no local de trabalho para ver o que ocorre de fato e se examinássemos tanto a relação entre a educação e o “estado” quanto a relação entre cultura e a economia, naquilo que diz respeito à educação (APPLE, 1995, p. 9).

Nem tudo pode ser explicado pelo poder econômico. O capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas uma forma de vida, “uma totalidade estruturada”. Ele não é redutível ao puro esqueleto das relações econômicas. Na verdade, é difícil encontrar quaisquer relações que sejam apenas econômicas (APPLE, 1995, p. 16).

Nos moldes do que ocorreu em outros países, como EUA e Inglaterra, as ideias liberais tomam corpo e passam a fazer parte da concepção de uma “nova” política educacional. No Brasil, a política econômica baseada em um desenvolvimentismo autoritário utilizou-se de uma concepção intervencionista e, para isso, as reformas, principalmente as relacionadas ao ensino no Brasil em 1968 e 1971, visavam atender a necessidade de expandir tais ideias ao campo da formação de alunos que se tornariam trabalhadores, bem como ofertar uma formação básica aos já trabalhadores. Como aponta Hypolito:

A concepção liberal atendeu a uma exigência do desenvolvimento da sociedade capitalista, urbana e industrial, que demandava, de forma crescente, atendimento educacional elementar para parcelas cada vez maiores da população trabalhadora (HYPOLITO, 1997, p. 21).

Paulino e Pereira apontam para essa questão especificamente durante a ditadura civil-militar no Brasil. Segundo os autores:

Para se estudar o projeto educacional do Estado Militar no período em questão, torna-se imprescindível o entendimento da política educacional imposta pelo Regime como estratégia voltada para o “desenvolvimento econômico” com o intuito de modificar a relação das forças sociais. Essa política demonstrou a unidade entre a política social e econômica nas relações entre o Estado e a economia (PAULINO; PEREIRA, 2006, p. 1944-1945).

Pode-se afirmar que o Estado Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas atuando concomitantemente no âmbito da escolarização direcionando-a para a tentativa de desenvolver uma mão-de-obra qualificada necessária à indústria nascente. Desta maneira, ocorreram as reformas - dentre elas a Reforma do Ensino Superior em 1968 e, posteriormente, em 1971 a Reforma do Ensino Primário - com o intuito de evitar a participação da sociedade civil evitando possíveis mobilizações de outros setores que não o Militar dominante, para modificar a estrutura de ensino até então vigente (PAULINO; PEREIRA, 2006, p. 1945).

Isso explica, também, a necessidade de os currículos serem determinados pelo Estado e a maior parte das escolas primárias e dos professores (as) estarem atrelados ao Estado. Nas palavras de Apple (1995, p.81), quando analisa o impacto das ideias liberais da economia no âmbito da educação: “A questão aqui não é apenas a do controle de quem deve ensinar e sob que condições, mas, em primeiro lugar, a questão daquilo que deve ser ensinado”.

Novamente retorna-se à concepção de proletarização dos professores (as), que vai além do assalariamento e das perdas constantes nos valores recebidos em troca de seu trabalho, mas também pela perda do controle do seu próprio trabalho. O professor (a) passa a seguir as diretrizes impostas pelo Estado e perde, de certa forma, sua autonomia. Corroborando com essa percepção, Hypolito apresenta:

Essa perspectiva, aqui denominada tese da proletarização do trabalho docente, parte do ponto de vista de que o professor é um trabalhador assalariado, que passa por um processo de desqualificação, no qual se identifica perda do controle sobre o processo de trabalho e perda de prestígio social (HYPOLITO, 1997, p. 85).

Compactuando com a perspectiva da perda do prestígio social e uma desqualificação do trabalho dos professores (as), principalmente no tocante aos que atuavam no ensino primário durante a ditadura civil-militar, Paulino e Pereira (2006, p. 1945) apontam que “os militares praticaram uma política educacional valendo-se do Aparelho de Ensino para atender a demanda das classes sociais menos favorecidas e também para atenuar conflitos/pressões das alas opositoras”.

O fato de todas essas mudanças terem ocorrido ao longo do tempo, acentuadas durante o período da ditadura civil-militar, e seus impactos na condição tanto profissional como de vida dos professores não significa que os mesmos as aceitaram, neste sentido:

Uma vez que as escolas são aparatos do estado, deveríamos esperar que estivessem sob intensa pressão para agir de certas formas, especialmente em épocas de crises tanto fiscais quanto ideológicas. Mesmo tendo dito isto, entretanto, não significa que as pessoas nelas empregadas sejam seguidoras passivas das políticas estabelecidas a partir de cima (APPLE, 1995, p. 37).

A história da prática docente primária (e em parte a do currículo também) é a história dessas lutas político-econômicas e culturais. É a história de uma força de trabalho feminina que, diante das tentativas de reestruturação de seu trabalho, lutou consciente e inconscientemente (APPLE, 1995, p. 70).

Isso remete a pensar, inclusive, sobre o que já foi abordado anteriormente: essa luta dos professores (as) se traduz em uma forma de resistência. Após o assalariamento, as constantes perdas, a mudança nas condições de vida e de ensinar, a articulação feita pelas associações profissionais, no caso desta pesquisa, o CPERS, entre outros fatores, contribuiu para que estes profissionais se percebessem enquanto parte de uma categoria.

Por mais que houvesse uma diferenciação entre o trabalho intelectual desenvolvido pelo professor e o trabalho realizado por um operário, por exemplo, (e essa é uma questão bastante polêmica e que, acredita-se, foi um dos fatores que contribuíram para a demorada articulação e percepção do professorado enquanto trabalhador), pode-se apontar que aos moldes do operariado é que os professores, no caso específico desta pesquisa, os que faziam parte do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul, demonstraram sua união enquanto categoria. Com relação à organização dos professores, de um modo geral, comparada a de outras categorias de trabalhadores:

O movimento de organização profissional dos professores já podia ser identificado, anteriormente, em outras categorias profissionais. Na verdade, esse movimento coincide em boa parte com formas de resistência que grupos, estratos sociais e

corpos profissionais desenvolveram a fim de não se proletarizar (HYPOLITO, 1997, p. 21).

No Rio Grande do Sul a entidade que congregava os professores estaduais de primeiro e segundo graus, o CPERS, já há muito tempo estava se articulando em torno dos problemas enfrentados pelos professores. Mas na segunda metade da década de 1970, essa associação passa a se articular e a desempenhar um papel muito semelhante ao de sindicato e sendo a tendência mais ampla que configurou as demais associações de professores, conforme aborda Hypolito:

O professorado já se configurava como uma categoria social assalariada, quantitativamente muito numerosa, submetida a um processo de desvalorização profissional e de perda do prestígio social e a um arrocho salarial nunca antes imaginado; por tudo isso, no final dos anos 70, organizou-se em sindicatos para defender suas condições sociais e de trabalho. Esses sindicatos organizaram-se de forma muito semelhante às entidades sindicais de trabalhadores e distanciaram-se, como modelo organizativo, das formas de organização das corporações profissionais (HYPOLITO, 1997, p. 84).

Salienta-se que nesse período havia a proibição de que funcionários públicos, entre eles os professores que atuavam no estado, se organizarem em sindicatos. Por esse motivo, a grande maioria estava organizada em torno de associações e centros, como no caso do CPERS, o que não impedia que essas associações, a exemplo da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP e do Próprio CPERS no Rio Grande do Sul, se organizassem e formassem fortes bases. Conforme Gadotti (1996) “as organizações nacionais dos educadores são sustentadas por fortes bases estaduais como o CPERS, no estado do Rio Grande do Sul, e a Apeoesp, no estado de São Paulo (GADOTTI, 1996, p. 17-18). Assim, a possibilidade de sindicalização aos funcionários públicos somente ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Mas é necessário ter em mente o fato de que, mesmo durante o período de abertura e após a revogação do AI-5, em 1978, e a Lei de Anistia, em 1979, a repressão ainda se fez presente, incluindo a intervenção em sindicatos e a prisão de alguns de seus líderes (SANTANA, 2012). Houve a intervenção federal em três sindicatos metalúrgicos do ABC paulista, oportunidade em que

foi afastado o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luiz Inácio Lula da Silva.

O aumento do número de associados e alteração de sua base são fatos que demonstram estarem relacionados diretamente à nova postura, mais combativa, adotada pelo CPERS a partir de 1975, quando assume a presidência o professor Hermes Zaneti (1975-1979). Também a conjuntura nacional começa a se encaminhar para um novo contexto marcado pela rearticulação dos movimentos sociais, principalmente o movimento sindical, que irão influenciar nas práticas adotadas pelo CPERS. Conforme Gadotti:

A partir da segunda metade da década de 70, a sociedade civil foi se reorganizando. Nos mais variados setores surgiram novas associações, e as antigas começaram a adquirir maior dinamismo (GADOTTI, 1996, p. 15).

Em meados da década de 1970, com o esgotamento do modelo econômico adotado pela ditadura civil-militar, o fim do milagre econômico brasileiro e a hipótese de que haviam sido mascarados os dados da inflação em 1973 e 1974, impactando nos verdadeiros dados sobre o custo de vida e fazendo com que os trabalhadores amargassem uma perda de 34,1% (SANTANA, 2012), o movimento sindical começa novamente a ganhar força, dando base para o chamado Novo Sindicalismo³⁴.

O Novo Sindicalismo do final da década de 1970 difere do sindicalismo praticado tanto anteriormente ao Golpe Civil-Militar de 1964 como o de logo após, conforme Marcelo Badaró Mattos (1998):

Ele opunha-se, obviamente, ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares, mas opunha-se também às formas consideradas como dominantes no movimento sindical pré-64, genericamente denominado “sindicalismo populista”. (MATTOS, 1998, p. 63)

A prática sindical criticada pelo Novo Sindicalismo, que fora adotada anteriormente ao golpe civil-militar de 1964 e que ainda possuía remanescentes, era acusada, pelos novos líderes do movimento sindical, de

³⁴ Segundo Santana (2012) as características do novo sindicalismo residem no fato dele apresentar como novidade “origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores. Mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele do período 1945-1964”.

não defender os interesses de suas bases. Com relação a esse fato, Marcelo Badaró Mattos expressa que “aliás, segundo Lula, por não defenderem os interesses de suas categorias, estes dois grupos poderiam ser reduzidos a um só: o dos pelegos” (MATTOS, 1998, p. 63).

A classe trabalhadora, que desde 1968 não promovia grandes manifestações, adota nova postura “quando os metalúrgicos do ABC paulista entram em greve em 1978, abrindo caminho para a paralisação que se seguiu em outras categorias” (SANTANA, 2012, p. 287), rompendo assim definitivamente os limites impostos pela lei antigreve. Ainda sobre a influência do movimento sindical nos demais movimentos sociais, Eder Sader, analisando diferentes interpretações do movimento, encontra entre elas um ponto comum: “mostravam o fato de o conflito fabril ter extravasado o contexto sindical e, exprimindo uma disposição coletiva de auto-afirmação, aberto um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores” (SADER, 1988, p. 29-30).

Em relação ao CPERS, a partir de 1976, na gestão de Hermes Zaneti³⁵, começa a se estruturar uma mudança em suas práticas, passando a adotar uma postura mais combativa: “são retomadas as discussões em torno das reivindicações do magistério que passam a ser discutidas publicamente através de notas na imprensa e contatos com outras categorias de trabalhadores e setores da sociedade” (CORREA, 2006, p.4). Assim começam a se constituir as bases de uma nova atuação dessa entidade, como pode ser verificado a partir de 1979. Conforme Guilherme Duque:

Durante o período de 1972 a 1979, o CPERS passou por profundas transformações, seja na sua estrutura, com o aparecimento de um perfil sindical na entidade, tanto à nível das reivindicações quanto de sua organização, seja no que diz respeito a seus associados, com a quebra da visão da atuação do professor como “sacerdócio”, visão até então largamente difundida entre o magistério gaúcho, que consistia basicamente na negação do exercício do magistério como profissão, não considerando o professor como trabalhador. A partir da quebra da visão de magistério vai sendo constituído o conceito dos

³⁵ A gestão de Hermes Zaneti como presidente se estende até o ano de 1979, com dois mandatos consecutivos, terminando por renunciar à presidência do CPERS para presidir a Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Também é importante citar que é nessa gestão que fica pronta a construção do edifício sede do CPERS, localizado na Rua Alberto Bins, 480, centro de Porto Alegre. A sede da entidade possui 10 andares onde se localiza a sede administrativa com as salas da diretoria, sala de reuniões, biblioteca, arquivo, etc., bem como cantina e hotel destinados a atender os sócios.

professores como trabalhadores e nota-se a formação de um perfil sindical na categoria (DUQUE, 1998, p. 11).

As associações “durante as lutas por liberdades democráticas, embora não pudessem se instituir oficialmente como sindicatos, atuavam como tal, tanto no âmbito da redemocratização da sociedade quanto no das reivindicações corporativas” (FERREIRA, 2006, p.230). Essa afirmação exemplifica a conduta do CPERS, principalmente, a partir de 1979, quando passa a adotar ações que podem ser comparadas às do movimento sindical, se destacando em especial a greve da categoria em 1979.

Nesse período, mesmo com a ditadura civil-militar já enfraquecida, a revogação do Ato Institucional nº 5 (1978) e, no ano seguinte, no governo de João Batista Figueiredo, a promulgação da Lei da Anistia³⁶, ainda havia forte repressão aos movimentos sociais e às classes trabalhadoras. Conforme as palavras de Marco Aurelio Santana:

Deve-se assinalar, contudo, que, apesar de seu sentido enfraquecimento, a ditadura militar ainda tentou conter a emergência do movimento dos trabalhadores da forma que pôde. Por exemplo, em breve o governo do general João Figueiredo (1979-1985) promoveria a intervenção em sindicatos (como o dos metalúrgicos do ABC paulista e dos bancários em Porto Alegre) e a prisão de militantes e direções sindicais, alguns inclusive processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN) (SANTANA, 2012, p. 289).

Tendo em vista as crescentes perdas salariais do magistério no período, as manifestações do CPERS e suas lutas deixam de ser restritas às assembleias promovidas pela entidade e começam a tomar as ruas. O CPERS passa a perceber que as suas lutas precisavam ganhar maior visibilidade e serem discutidas com a sociedade em sua totalidade.

Então, em 1979, logo após deflagrada nova greve pelos metalúrgicos do ABC paulista, o magistério gaúcho também opta pela greve e se torna uma das primeiras categorias de trabalhadores no Rio Grande do Sul a deflagrar uma greve de 11 dias (CORREA, 2006). Os anos de 1978 e 1979 foram marcados por diversas greves destacando-se o movimento grevista dos trabalhadores do

³⁶ Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, concede anistia e da outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

ABC paulista. Com relação ao Rio Grande do Sul, Enrique Padrós e Alessandra Gasparotto apontam que:

No Rio Grande do Sul, ressalta-se a mobilização dos professores estaduais, dos bancários e dos trabalhadores das indústrias do vestuário e da construção civil. Os professores decretaram greve a partir de abril de 1979, exigindo 70% de aumento e piso de três salários mínimos. Suas reivindicações contaram com a solidariedade de inúmeras entidades representativas de trabalhadores e estudantes (PADRÓS; GASPAROTTO, 2010, p. 43).

A partir da greve de 1979 o CPERS consolidava-se “como uma das mais importantes entidades sindicais do país passando a exercer forte influência sobre o movimento dos docentes em todo o país” (PACHECO, 1993, p.74). A década de 1980 também é marcada por diversas greves e grandes embates com o Governo estadual.

Entende-se aqui que a própria mudança na atuação da entidade, a busca pela união da categoria e a aproximação com as demais categorias de trabalhadores, já se caracterizam como atos de resistência, considerando que, na presente pesquisa, parte-se do pressuposto de que existem diversas formas de expressar essa resistência, tendo em vista que ainda se fazia necessário certo cuidado com relação ao aparato repressivo ainda empregado naquele momento.

2.2 Atuação do CPERS nos anos de abertura política (1979 – 1985)

Focando a análise desta pesquisa na atuação do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, no período compreendido entre os anos de 1979 e 1985, é necessário voltar ao ano de 1978, para entender o contexto vivido por essa entidade.

O ano de 1978 é marcado pela recondução da diretoria que havia iniciado seu trabalho na gestão 1975/1978. Pela primeira vez na entidade, houve duas chapas disputando a eleição. O pleito que ocorreu no dia 08 de abril de 1978 reelege o Professor Hermes Zaneti como presidente com uma porcentagem de 77% dos votos contra 9% de votos para o Professor Paulo Lopes, representante da Chapa 2, e 14% de votos brancos e nulos (MAGISTER, nº 56/1978, capa).

Um fato interessante e que merece análise publicado em duas edições do Jornal *Magister*, edição nº 55 de fevereiro de 1978 e edição nº 56 de junho³⁷ de 1978, refere-se à existência de um abaixo-assinado contendo mais de duas mil assinaturas de professores estaduais da Capital e do Interior em apoio à candidatura do Professor Zaneti.

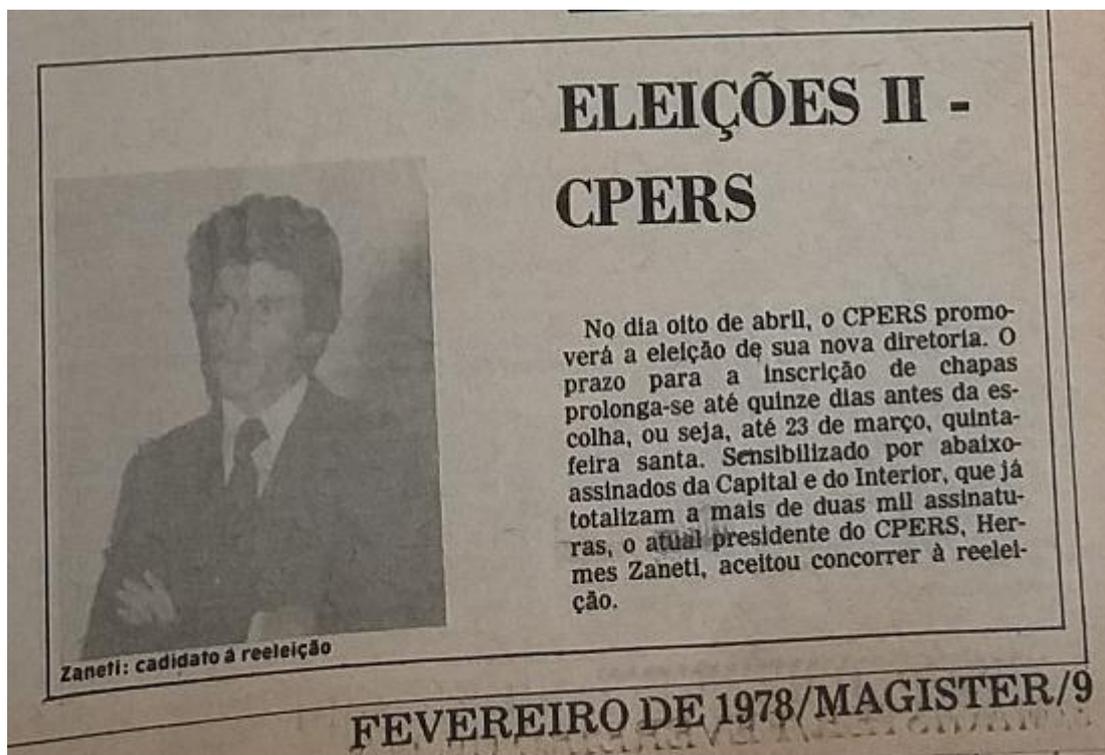


Imagem 1 – Eleições no CPERS.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº55, p. 9, fevereiro de 1978. Acervo: CPERS/Sindicato.

Na edição nº 55 do jornal da entidade não encontrou-se nenhuma menção à candidatura da Chapa 2. Tendo em vista que o referido jornal é do mês de fevereiro, anterior ao término de inscrições das chapas, pode-se interpretar que a Chapa 2 ainda não havia oficializado a candidatura. De qualquer forma, a veiculação de uma nota referindo-se ao abaixo-assinado apoiando o candidato da Chapa 1 pode levar à interpretação de que tratou-se de uma manobra eleitoral, uma forma de angariar mais votos demonstrando

³⁷ A capa do Jornal *Magister* apresenta uma incorreção no mês de referência, consta como fevereiro de 1978, anterior à eleição. A referência correta ao mês da publicação, junho, é verificada nas páginas internas do Jornal.

que um número significativo de professores estavam satisfeitos com os rumos da gestão e com as ações desenvolvidas.

Entretanto, não pode-se deixar de lado o fato de existir uma Chapa contrária, tendo em vista que no CPERS sempre houve consenso em torno de chapa única. Esse fato pode ser atribuído à existência de grupos dissidentes dentro da entidade, como o MUTE, o Movimento Pó de Giz e o CEDE, demonstrando que havia discordância com a forma como era conduzida a entidade e as práticas adotadas pela diretoria.

Analisando as Atas das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias realizadas pelo CPERS entre os anos de 1978-1985 encontrou-se referência à presença desses grupos apenas em uma delas, em que uma das professoras associada à entidade faz referência ao MUTE. Ao analisar o artigo *Uma Breve História do CPERS* publicado pelo professor Clóvis Oliveira no livro *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*, em que o mesmo afirma ser membro do MUTE, e constatar através das atas que esse mesmo professor se fez presente e esteve inscrito para se pronunciar na maioria das Assembleias nesse período, acredita-se que mesmo não estando explícita a presença de membros desses grupos, muitos se faziam presentes e atuantes nas Assembleias. No decorrer desta pesquisa, não foi encontrada a identificação de professores que fossem pertencentes ao Grupo Pó de Giz e ao CEDE.

Constata-se também que, em alguns momentos, há questionamentos de alguns professores com relação à conduta da diretoria da entidade, principalmente na gestão do Professor Hermes Zaneti. Há momentos em que discordam das propostas e da atuação da direção do CPERS, em outros momentos percebe-se uma convergência.

Durante as Assembleias os maiores embates com posicionamentos contrários à Diretoria são perceptíveis no ano de 1978, anterior à primeira greve da categoria. Nesse momento verificou-se que havia, por parte da direção, diálogo e negociação com o Governo do Estado e com a categoria. Nas atas constam as propostas e contrapropostas apresentadas pelos professores, decididas nas Assembleias, bem como a apresentação da resposta do Governo.

Corroborando com o exposto acima, pode-se citar a manifestação de uma professora na Assembleia do dia 04 de setembro de 1978 em que diz: “a Diretoria não representaria por si só suficientemente a defesa, perante os Poderes Públicos, dos interesses da Classe” (Ata nº 02/1978 de 04/09/1978, p. 72). Mais adiante, na Assembleia do dia 27 de outubro de 1978, um fato está consignado em ata, quando a Professora Leonice Guimarães se pronuncia da seguinte forma:

(...) fez severas críticas aos professores presentes, dizendo que os mesmos eram os pelegos do Governo e convidou seus companheiros a se retirarem do recinto no que foi atendido por alguns elementos. (Ata nº 04/1978 de 27/10/1978 p. 78)

Essas manifestações contrárias à atuação da entidade evidenciam as disputas e fissuras no interior do sindicato, sobretudo quanto à forma de encaminhamento das reivindicações.

A expansão do CPERS em número de sócios crescia a cada ano. Pode-se citar o aumento significativo no número de associados da entidade a partir dos dados apresentados por Eliezer Pacheco (1993). Segundo eles em dezembro de 1975 eram 13.580 sócios e esse número foi crescendo gradativamente, em 1976 – 15.350, 1977 – 18.559, 1978 – 25.654, 1979 – 32.069, 1980 – 40.390, 1981 – 44.380, 1982 – 46.045, 1983 – 48.413, 1984 – 53.661 e 1985 – 58.270 (PACHECO, 1993, p. 73).

Esses dados podem ser interpretados no sentido que, além da forte campanha desenvolvida pelo CPERS para o aumento do número de sócios, havia também uma percepção de que a entidade representava com legitimidade de ação os interesses da categoria dos professores.

Analisando o Jornal *Magister*, percebe-se que as deliberações das Assembleias eram repassadas aos professores através desse meio de divulgação, que abrangia a todos os Núcleos existentes e as escolas.

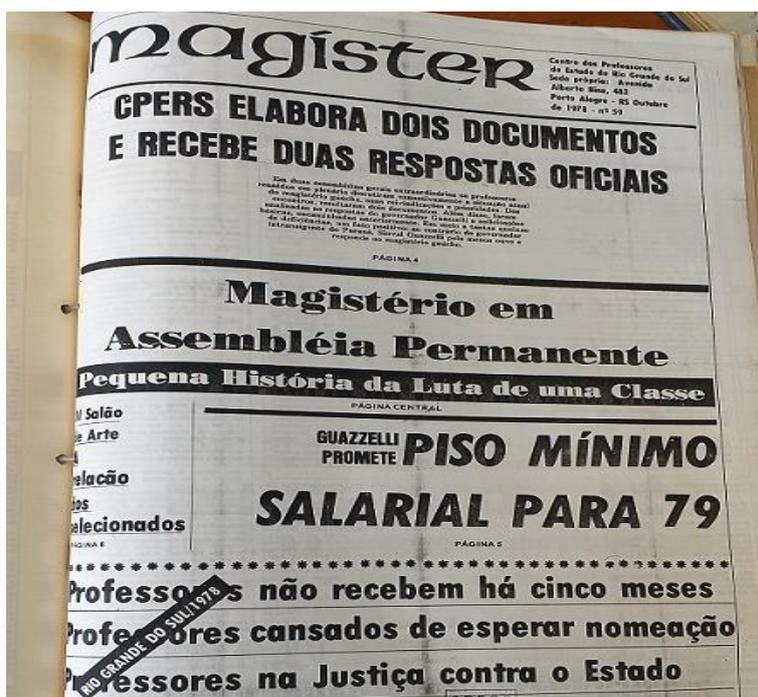


Imagem 2 – Magistério em assembleia permanente.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº59, capa, outubro de 1978. Acervo: CPERS/Sindicato.

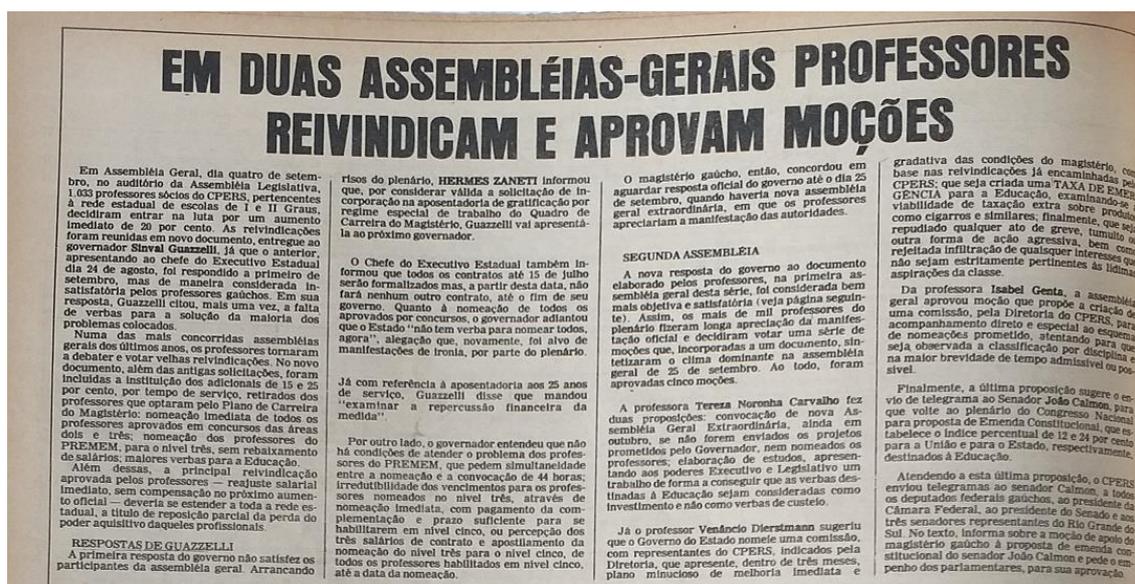


Imagem 3 – Em duas assembleias gerais professores reivindicam e aprovam moções.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº59, p. 4, outubro de 1978. Acervo: CPERS/Sindicato.

Professores de classe especial na Justiça

trabalhar com excepcionais sem dúvida alguma, uma tarefa árdua. E, ao mesmo tempo, um trabalho imprescindível e difícil. Tanto, que a própria legislação determina o pagamento de gratificação adicional de 50 por cento do salário básico do professor em exercício em escolas ou classes especiais.

Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul decidiu que esta gratificação permanecesse congelada nos valores de 1974, esquecendo completamente, não só da lei, como também do valor do trabalho desse professor e ainda de que a inflação, aqui, está cada vez mais ativa.

Mais uma ação judicial contra o Estado do Rio Grande do Sul está sendo promovida pelo CPERS, visando ao pagamento da gratificação adicional de 50 por cento a professores de classes especiais. Desde 1975, no entanto, embora amparados na lei, estes professores vêm sendo prejudicados quanto ao pagamento dessa gratificação.

Criada pela lei 4937/65 de 22 de fevereiro de 1965, a gratificação adicional foi mantida pela 6672/74 para professores em exercício nas escolas ou classes de alunos excepcionais. A partir de 1974, porém, com o advento do Plano de Carreira, a Secretaria de Educação e Cultura congelou a gratificação no valor então vigente. Assim, os 50 por cento pagos sobre o básico de 1974 permanecem intocáveis até agora, e totalmente desvinculados do valor real que a lei determina.

Para dar uma idéia do prejuízo do professor, e calculando sobre o básico do nível três, que é de Cr\$ 3.000,00, o professor de classe especial deveria estar percebendo uma gratificação contínua sendo de Cr\$ 333,00. Como o direito dos professores é tranqüilo, o CPERS colocou sua Consultoria Jurídica à disposição dos professores de classe especial para que reivindicuem seu direito pela via judicial.

Para tanto, basta preencher a procuração, conforme modelo publicado nesta página e encaminhá-la ao CPERS, juntamente com a portaria que concedeu a gratificação. Cada procuração poderá ser preenchida por um máximo de cinco professores, assinadas e reconhecidas as respectivas firmas. As procurações deverão ser entregues ou remetidas ao Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Alberto Bins, 482, Porto Alegre. Cada professor que assine a procuração deverá pagar Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) para custeio das despesas do processo. Esta importância deve ser igualmente remetida em nome do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, por vale postal.

Somente poderão participar da ação coordenada pelo Centro, os professores sócios do CPERS ou que venham a se associar, no ato, ao CPERS. Em caso de êxito, o procurador receberá dez por cento das vantagens referentes a atrasados auferidos pelos outorgantes da ação, a título de honorários advocatícios.

Em caso de insucesso, os professores não terão qualquer ônus, afora os vinte cruzeiros dados no momento da outorga da procuração.

Quaisquer dúvidas ou informações poderão ser obtidas na sede do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, ou pelos fones 24.71.38, 25.13.53, 24.36.73.

MODELO DE PROCURAÇÃO

1. OUTORGANTES: Nome completo -

Nacionalidade - Estado civil - Profissão - Matrícula no Tesouro - CPF - Endereço (residente e domiciliado na rua tal, nº tal, em tal localidade).

(Estes dados devem ser preenchidos, neste espaço, correspondente a Outorgantes, de cada um dos cinco professores que assinam a procuração, datilografado em espaço 1)

2. OUTORGADO: DR. VITAL MOACIR DA SILVEIRA - OAB/RS Nº 7028, CPF: 008.911.420, com escritório à Av. Alberto Bins nº 482, Porto Alegre/RS - fones: 24-71-38 e 25-13-53.

3. PODERES: Os poderes contidos na cláusula "ad judicia et extra", mais os especiais para acordar, concordar, discordar, receber e dar quitação, transigir, conciliar, desistir, reconhecer a procedência da ação, substabelecer, opor exceção, interpor embargos, inclusive os de terceiro, prestar compromisso, e todos os mais poderes precisos ao bom e fiel cumprimento deste mandato e em particular ajuzar ação contra o Estado do Rio Grande do Sul, visando restabelecer vantagens funcionais devidas aos outorgantes pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, de de 197.....

Imagem 4 – Professores de classe especial na Justiça.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº59, p. 5, outubro de 1978. Acervo: CPERS/Sindicato.

Tanto as manchetes de capa do Jornal *Magister* referentes à edição nº 59 do mês de outubro de 1978 como as matérias 4 e 5 exemplificam o disposto anteriormente. Há uma continuidade nas negociações com o Governo no que se refere à categoria no geral. Os dois documentos e as duas respostas do Governo do Rio Grande do Sul que se refere a capa estão descritas na reportagem da página 4 quando se refere às duas Assembleias Gerais. As deliberações da categoria nessas Assembleias culminam nas duas propostas entregues pelo CPERS ao Governo, por via de negociação.

Contudo, conforme a notícia da página 5, há outra forma de atuação que utiliza o meio legal via judicial para garantir direitos aos professores que atuavam em classes especiais, demonstrando outro tipo de ação de acordo com o interesse específico de uma determinada área de professores. Torna-se possível concluir que as ações se desenvolviam de acordo com a possibilidade mais viável de conseguir o que era pleiteado.

Avançando um pouco chega-se ao ano de 1979, marcado por um novo rumo na forma de atuação do CPERS. Mesmo não sendo aprovada por unanimidade, após diversas manifestações em plenário, tanto contrárias como favoráveis, deflagra-se a primeira greve da categoria. Deve-se destacar que foi um marco para a luta da categoria, pois é um momento em que os professores param suas atividades como forma de resistência e luta contra o que vinha

ocorrendo até então com a política educacional e salarial adotada, principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul, mas não deixando de lado que a política salarial e a defasagem econômica que eram frutos da política adotada a nível federal.

Durante a greve, no mês de abril de 1979, foram realizadas 4 Assembleias. A primeira, no dia 02 de abril de 1979, deliberou pela decretação da greve e conforme a Ata nº 02/1979 foi:

Assembleia conjunta de Associações de Classe representantes ligadas à educação. CPERS, Associação dos Inspetores de Ensino do RESUL, Associação dos Administradores Educacionais do Rio Grande do Sul, Federação do Magistério do Rio Grande do Sul, Associação dos Supervisores de Educação do Rio Grande do Sul, Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul, Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos do Rio Grande do Sul, União Gaúcha dos Professores Técnicos, Associação Sul-Riograndense de Professores e Associação Sul-Riograndense de Educação Pré-Primária. (Ata nº 02/1979 de 02 de abril de 1979, p. 76)

Os representantes dessas onze entidades formaram o comando de Greve. Foi eleito para presidi-lo o então também presidente do CPERS professor Hermes Zaneti. A sede do CPERS passa a ser o local de concentração do Comando.

Com a decretação da greve havia uma preocupação com relação à situação dos professores contratados caso aderissem ao movimento, sobre o que se pronunciaram o presidente do CPERS e a Professora Thereza Noronha Carvalho, com discursos voltados a motivar a união da categoria dos professores como um todo e procurando acalmar os ânimos exaltados dos participantes da Assembleia, pois “o plenário estava em grande agitação” (Ata nº 02/1979 de 02 de abril de 1979, p. 81). O presidente do CPERS e do Comando de greve declarou que: “O importante é que a classe se mantenha unida, não interessando no momento esta ou aquela situação, somos, antes de tudo, professores” (Ata nº 02/1979 de 02 de abril de 1979, p. 80). Ao continuar, a Prof.^a Thereza Carvalho, membro do CPERS e representante da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), argumenta que deve haver entre os professores “unidade de pensamento e ação” (Ata nº 02/1979 de 02 de abril de 1979, p. 81).

No dia 05 de abril de 1979 reuniram-se novamente em assembleia em torno de oito mil professores de diversas regiões do estado para apreciar a proposta encaminhada pelo Governo, então rejeitada pelos professores que optam por permanecer em greve. Novamente outra assembleia é realizada no dia 09 de abril para apreciação de uma segunda proposta do governo, novamente rejeitada pela categoria, que elabora uma contraproposta encaminhada ao Governo no mesmo dia, solicitando que este responda até o final do dia. A resposta do Governo, consignada em ata desta assembleia, não foi o que os professores esperavam. Conforme a ata nº 04/1979, o Governo respondeu que “(...) não poderia decidir sob pressão de uma assembleia reunida e decide suspender todo e qualquer diálogo com o Magistério” (Ata nº 04/1979 de 09 de abril de 1979, p. 83).

No dia 11 de abril, o Governador do Estado José Augusto Amaral de Souza (1979-1983) faz uma declaração, através da televisão, acusando os professores de ampliarem suas reivindicações ao longo do movimento (BULHÕES, 1983). O Governo opta, então, por não negociar mais com o Comando de Greve, levando-a procurar o Cardeal de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, convidando-o para que intermediasse as negociações entre o Comando de Greve e o Governo, para chegarem a uma conclusão do assunto.

A próxima Assembleia da Categoria aconteceu no dia 17 de abril de 1979, com a presença de aproximadamente “quinze mil professores” (Ata nº 05/1979 de 17 de abril de 1979, p.84). Nessa assembleia os professores, de forma unânime, aprovaram a proposta do Governo e deliberaram pelo fim da greve.

Outra forma de atuação do CPERS fica evidenciada na Assembleia realizada no dia 27 de abril de 1979, conforme a Ata nº 06/1979, quando foi informado aos professores presentes que a entidade estava em contato com uma deputada federal, Ligia Lessa, para verificar a posição do Presidente da república com relação à aposentadoria dos professores aos 25 anos de trabalho. Tal fato pode evidenciar que, não conseguindo tal reivindicação com o Governo do estado, buscou-se uma instância a nível federal para pleitear a aprovação do que era reivindicado.

Outro fato interessante que demonstra a resistência do CPERS frente aos que criticavam o Magistério diz respeito a um artigo publicado por um empresário, que foi lido na Assembleia da categoria, bem como a resposta a ele, aprovada pelos professores que estavam presentes. Trata-se de uma resposta, mais especificamente, às críticas recebidas por parte dos apoiadores do Governo, conforme transcrição abaixo:

(...) foi analisado o Artigo publicado no Jornal Zero Hora do dia vinte de abril de mil novecentos e setenta e nove, de autoria do empresário Jorge Gerdau Johannpeter³⁸ que cita o Magistério como exemplo de ineficiência. A professora Maria Augusta leu então o artigo que escrevera em resposta ao Sr. Jorge, o qual foi aprovado por unanimidade, tendo sido ainda autorizada sua distribuição à Imprensa Local e também envio ao Sr. Gerdau. (Ata nº 06/79 de 27 de abril de 1979, p. 88).

Nesse momento, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul passa a ser presidido pela professora Glacy Iolanda Rolim Corrêa, que iniciou um trabalho junto às escolas visando a contribuição da base para a alteração dos Estatutos Sociais da entidade.

Após a greve, outros assuntos passaram a compor a pauta de reivindicações do Magistério gaúcho, como:

e) participação dos professores nas decisões Técnico-administrativas e Pedagógicas da educação; f) Direção de Escola indicada por lista tríplice pelo Corpo Docente; g) maior dotação orçamentária para a educação (Ata nº 08/1979 de 19 de novembro de 1979, p. 90).

Durante o ano de 1980 foram estudados e debatidos os Estatutos Sociais do CPERS, além das reivindicações que já estavam sendo pleiteadas e não foram cumpridas após a greve de 1979. Houve um incremento nas reivindicações do Magistério, como a equiparação salarial com o Técnico-científico e solicitação de mais verba para a educação e melhoria do ensino. É interessante destacar algumas das estratégias de ação que caracterizaram a luta da categoria, conforme a Ata nº 02/1980 de 26 de maio de 1980: Comissão

³⁸ Empresário membro do conselho de administração do Grupo Gerdau, empresa produtora de aço que, com a aquisição de outras siderúrgicas brasileiras, se tornou a maior empresa produtora de aço do Brasil.

permanente de mobilização; campanhas de conscientização de pais e alunos, aproximação dos deputados estaduais, fortalecimento das regionais na Capital e no Interior; campanha de mobilização usando a imprensa falada, escrita e televisada.

A partir de 1980 o CPERS passou a produzir Boletins que eram distribuídos entre os professores da capital e do interior do estado, além do *Jornal Magister*. Acredita-se que o uso de Boletins facilitou a comunicação entre a categoria e a entidade, uma vez que esses impressos não eram em formato de jornais e poderiam ser produzidos na própria entidade, dando maior celeridade à circulação de informações, ao contrário do *Jornal Magister*, que era produzido bimestralmente. No Boletim - CPERS nº 08, de junho de 1980, destaca-se a seguinte frase: “NOSSA MOBILIZAÇÃO É NOSSA FORÇA”. Essa frase aparece no rodapé de todas as páginas daquela edição, levando a crer que tratava-se de uma motivação para que os professores se mantivessem unidos em prol da categoria.

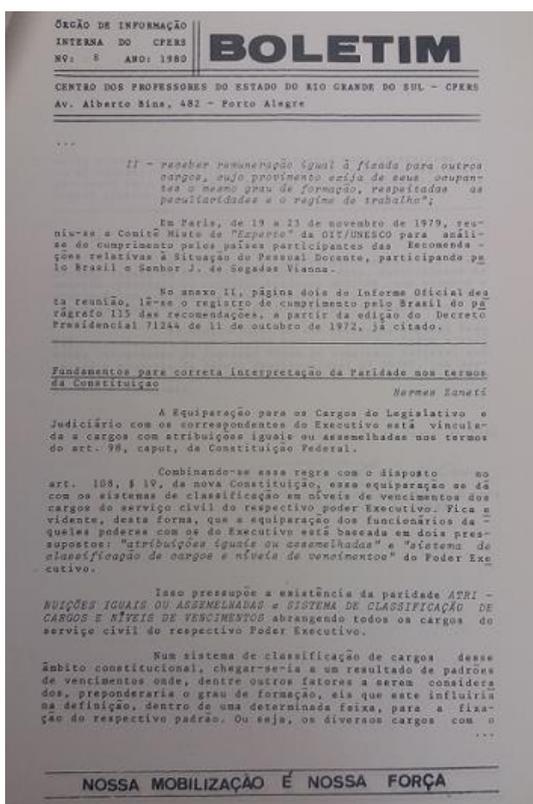


Imagem 5 – Nossa Mobilização é nossa força.

Fonte: Boletim CPERS- Porto Alegre, nº 08, junho de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

Interessante destacar uma charge do cartunista Sampaio, publicada no jornal Folha da Tarde de 13 e 14 de setembro de 1980 e reproduzida no Boletim CPERS nº 12 de 1980, em que uma professora é representada ensinando o alfabeto para os alunos e descartando as letras PDS, sigla do partido do Governador Amaral de Souza.

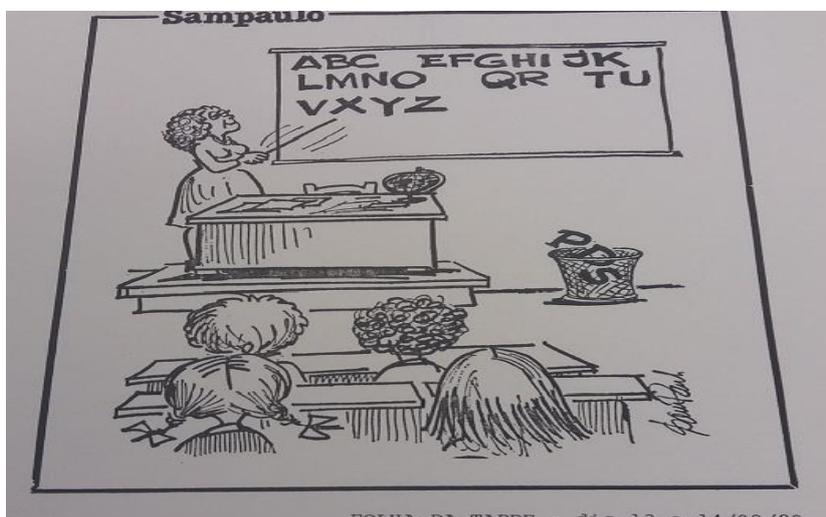


Imagem 6 – Charge.

Fonte: Boletim CPERS- Porto Alegre, nº12, setembro de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

A charge republicada no boletim CPERS endossa a postura política da entidade. Ainda no ano de 1980 ocorre outra paralisação das atividades por parte dos professores do estado, nos dias 30 e 31 de outubro, com assembleias gerais e regionais. No dia 01 de novembro de 1980 foi realizada uma assembleia com a presença de aproximadamente 16 mil professores, com a finalidade de avaliar a paralisação nos dias anteriores (Ata nº 05/1980 de 1º de novembro de 1980, p.105-106). Nela foi deliberado pela continuidade da paralisação, que se estendeu por 21 dias, finalizando-se em uma assembleia realizada no dia 18 de novembro de 1980, com a presença de cerca de 17 mil professores, que aprovaram a ida do comando de paralisação até o Palácio Piratini para levar a proposta³⁹ dos que permaneceram em assembleia

³⁹ Destacam-se alguns termos da referida proposta como: aumento de 20% em dezembro de 1980; a partir de 01 de março de 1980, vencimento básico de Cr\$10.500; vencimento básico em agosto de 12.500; vantagens para os professores que tivessem regência de classe e atividades afins no valor de Cr\$3.000,00; a partir de 1981, a participação do magistério nas decisões dos processos de ensino-aprendizagem; em 1981, estudo e regulamentação dos critérios para eleição dos diretores de escolas; em 1981, revisão dos critérios de promoção do quadro de carreira; em 1982, vencimento básico de 2,5 salários mínimos; a partir de 1982, a destinação de não menos que 25% dos recursos do estado para educação; entre outros.

aguardando a resposta do Governo. “As 20h30min o comando retornou ao Gigantinho com a proposta aprovada pelo Governo. Posta em votação no Plenário estes a aprovaram, bem como o reinício das aulas”. (Ata nº 07/1980 de 18 de novembro de 1980, p. 108). Desta forma, pode-se interpretar esse fato como uma forma de pressão que pegou de surpresa o Governo, que acabou aceitando o acordo, o que não garantiu o cumprimento do mesmo nos anos vindouros.

Em março de 1981, por ocasião do XIV Congresso Nacional de Professores, promovido pela Confederação de Professores do Brasil, naquele momento presidida pelo ex-presidente do CPERS, professor Hermes Zaneti, o CPERS se faz presente através de delegados escolhidos em Assembleia entre os sócios, para discutir com professores de diversos estados do Brasil a situação da categoria. No Boletim nº 02 de março de 1981, o CPERS fez um chamamento aos professores para que, no dia 25 de março – dia nacional de mobilização do magistério - discutissem entre si, em seu local de atuação, as reivindicações pertinentes à categoria. A discussão nos locais de trabalho é característica do novo sindicalismo e possibilita o debate de assuntos pertinentes à categoria na base. O apelo do CPERS neste chamamento “professor assume a tua classe”, classe entendida enquanto sala de aula e categoria, é considerado um reforço para a importância de os professores estarem unidos. A importância da união e da mobilização é percebida no trecho: “com a razão da legitimidade das tuas causas e a emoção do teu poder social”.

**ASSUME
A TUA
CLASSE.**

Professor,
Hoje é um dia importante. Especial.
Tu e os professores do Brasil inteiro,
por decisão do XIV Congresso
Nacional de Professores, promovido
pela Confederação de Professores do
Brasil, debaterão as reivindicações que têm
mobilizado e caracterizado o magistério como classe
unida e que sabe onde quer chegar.

- Aposentadoria integral aos 25 anos de serviço.
- 12% do Orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais para a educação.
- Piso salarial não inferior a 3 vezes o maior Salário Mínimo vigente no País.
- Reajuste semestral e 13º salário.
- Reabertura do Centro dos Professores do Rio de Janeiro, sob intervenção.

Esta é a luta que deves levar para o teu grupo de debate, buscando sempre o crescimento do ensino pela valorização dos que trabalham com ele. Com a razão da legitimidade das tuas causas e a emoção do teu poder social.

Assume a tua classe, professor. Vamos pensar, agir e vencer juntos.

Março 25. Dia Nacional de Mobilização do Magistério.

**CENTRO DOS PROFESSORES
DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**



Imagem 7 – Professor assume a tua classe.

Fonte: Boletim CPERS- Porto Alegre, nº02, março de 1981. Acervo: CPERS/Sindicato.

No final de 1981, o CPERS se uniu ao restante do funcionalismo público estadual em uma Assembleia geral envolvendo diversas categorias e, em virtude do não cumprimento do Acordo de 1980 por parte do Governo, decidiu manter a campanha de Mobilização pela Imprensa afim de que todos se façam presentes na assembleia marcada para março de 1982 (Ata nº 04/1981 de 21 de dezembro de 1981).

Na referida assembleia, que contou com aproximadamente 24 mil professores (Ata nº 02/1982 de 23 de março de 1982, p. 122), foi aprovada nova paralisação da categoria por 5 dias, “com início dia 22/03 – segunda-feira” (Ata nº 01/1982 de 18 de março de 1982, p. 122), como forma de repúdio ao não cumprimento do Acordo de 1980. Essa paralisação é suspensa no dia 23 de março, devido a ameaça do Governo de Intervenção na entidade, perseguições a professores do interior e demissão de diretores de escolas (Ata nº 02/1982 de 23 de março de 1982, p. 123). No decorrer do ano, as ações

propostas se voltam para avaliar o movimento junto à base, com discussões e visitas aos Núcleos.

Chama atenção, ao analisar essas atas referentes a períodos em que os professores realizaram greve da categoria, que em 1980 e 1982 utiliza-se o termo paralisação e não greve normalmente com datas estipuladas para início e fim, com exceção de 1980 em que a paralisação programada inicialmente para durar 2 dias durou 21 dias. Tal fato pode estar associado a uma estratégia adotada para que não fosse declarada a ilegalidade desse movimento dos professores, tendo em vista a Lei antigreve que vigorava nesse período.

As ações da entidade nos anos subsequentes se voltaram para a Reforma dos Estatutos Sociais da entidade, que foi aprovada na assembleia do dia 03 de dezembro de 1983. A necessidade de reforma dos Estatutos é decorrente do aumento no número de sócios e da criação de novos Núcleos no Interior. Essa expansão acredita-se estar vinculada à atuação da entidade durante as greves e em prol das reivindicações da categoria.

A atuação da entidade se voltou também para a escolha dos diretores de escolas, que até então eram escolhidos e nomeados pelo Governo. A entidade passou a pleitear que fosse realizada uma eleição direta para escolha de diretores através de uma lista tríplice e que tivesse a participação da comunidade escolar. Conforme o texto da professora Selma Schneideck, integrante do 12º Núcleo do CPERS de Bento Gonçalves, publicado no Boletim CPERS nº 03 de maio de 1983, intitulado “Autoritarismo”, pode-se verificar que, ao mesmo tempo em que se pronuncia com relação à escolha de diretores de escola, também faz forte alusão a não manifestação dos professores contra a ditadura civil-militar existente no país. Abaixo apresenta-se um extrato do referido texto:

O diretor de escola, imposto por uma autoridade maior (que também não quer perder o poder), só tem em vista agradar a quem lhe deu o privilégio de exercer a função. Nem sempre o agrado é o que interessa aos demais elementos da comunidade, no caso, professores e alunos.

É óbvio que a educação está de mal a pior, devido aos anos em que esteve sob o jugo do autoritarismo. Os professores se mantiveram numa posição cômoda de apatia e desinteresse. É evidente que dá menos trabalho deixar as coisas como estão.

Imagem 8 – Autoritarismo.

Fonte: Boletim CPERS- Porto Alegre, nº05, maio de 1983. Acervo: CPERS/Sindicato.

Essa citação enseja uma reflexão quanto à posição adotada por parte dos professores durante a ditadura civil-militar. Pode-se entender como uma autocrítica à categoria, pois o texto da professora remete a uma neutralidade, ou pelo menos ao não posicionamento dos professores enquanto categoria, com relação ao contexto autoritário imposto pela ditadura civil-militar.

Com relação à Campanha das *Diretas Já*, que visava uma mobilização da sociedade e das categorias de trabalhadores para que fosse aprovada a Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente e vice-presidente da república, ao analisar as atas das assembleias, não foram encontradas menções ao referido movimento. Contudo, no Jornal *Magister* foram publicadas charges alusivas à campanha das *Diretas Já*, tanto para eleição presidencial quanto para a de diretores de escola. Assim, pode-se considerar que havia uma motivação política na escolha dessas charges, que indicavam a tomada de posição da entidade. Abaixo, uma das charges publicadas no referido jornal.



Imagem 9 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister* nº 76, julho de 1984, p. 2

Em julho de 1984 assume a presidência da entidade o Professor Paulo Egon Wiederkehr e a partir de 1985 inicia-se uma forte campanha de conscientização em torno da importância do CPERS se constituir em uma entidade sindical.

Foi criado o Projeto Participação, com o intuito de mobilizar a categoria em torno de questões voltadas à discussão da construção da identidade do CPERS em relação ao sindicalismo e desenvolver a consciência sindical entre seus membros. Dentro das ações desenvolvidas voltadas a este Projeto, pode-se destacar a elaboração de folhetos, que traziam textos sobre o sindicalismo e eram distribuídos para os professores, palestras na capital e no interior do Estado e uma forte campanha através do *Magister*, inclusive abrindo espaço para manifestações de seus associados. Conforme um fragmento de um artigo do Prof. Clovis Carneiro de Oliveira publicado na edição nº 84 do Jornal *Magister* de 1985:

Com o transcorrer de sua trajetória de lutas, o CPERS vem operando uma transformação profunda, ainda em curso, que afirma o seu caráter de entidade sindical, ou seja, aprofunda-se a compreensão de que o objetivo da entidade é unir os professores para que lutem pelas suas aspirações e reivindicações. O desenvolvimento da consciência sindical do CPERS se manifesta em uma identificação maior dos professores em relação à classe trabalhadora como um todo (*MAGISTER*, 1985, p. 3).

A possibilidade do CPERS se tornar um sindicato juridicamente constituído veio com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que conforme o Art. 37, inciso VI, “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical” (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Em dezembro de 1989, já na gestão presidida pelo Professor Delmar Steffen, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul transformase em sindicato, adotando a sigla CPERS/Sindicato. Posteriormente, em 1991, esse sindicato passa a congregar, além dos professores estaduais, também os funcionários de escolas. Os debates que se seguem dentro do recém-criado sindicato passam a girar em torno de sua filiação ou não à Central Única dos Trabalhadores – CUT. Esse debate não é novo para o CPERS, pois desde 1985 já se discutia essa possibilidade de filiação. Naquele momento específico, os membros do CPERS optaram pela não filiação.

No decorrer da análise das atas das assembleias realizadas pelo CPERS com os associados, não foram encontradas manifestações diretas contrárias à ditadura civil-militar, nem contrárias ao Governo Federal. As manifestações e moções de repúdio se dirigiam ao Governo Estadual, alguns Municipais e às situações específicas que afetavam diretamente os professores no âmbito estadual, tais como: remanejamentos, demissões, aumento do percentual de descontos do IPE, entre outras. Também foram registradas nas atas diversas moções de apoio a professores de outros estados, bem como a outras categorias de trabalhadores.

Tendo em vista o entendimento da presente pesquisa acerca do que é resistência, entende-se pertinente evidenciar algumas ações do CEPRS que demonstram essa prática. Primeiramente, a greve de 1979, em um contexto onde essa prática era proibida, principalmente quando se tratava de funcionários públicos, como era o caso dos professores, bem como as paralisações de 1980 e 1982, inclusive a alteração do termo “greve” para “paralisação” como alternativa para que não se enquadrasse a proibição; as assembleias da categoria com grande número de professores, muitas delas realizadas no auditório da Assembleia Legislativa do estado; o aumento no número de associados na entidade; a expansão da entidade por meio da criação de núcleos no interior do estado; as publicações contidas no Jornal

Magister e no Boletim; a campanha de mobilização e a criação de uma comissão de mobilização, que muito contribuiu na unificação da categoria e na mudança das percepções acerca do ofício, que superam a ideia de sacerdócio e passam a se enxergar enquanto uma categoria de trabalhadores.

Capítulo 3 – O CPERS através do Jornal *Magister* e dos Boletins Informativos

Neste capítulo destacam-se as formas de resistência que ocorreram por meio do jornal *Magister* e dos Boletins Informativos produzidos pela entidade, destinado aos associados dos Núcleos tanto da Capital como do interior do estado. Tais manifestações ocorreram através de textos, reportagens, editoriais, charges inéditas, e reproduzidas de outros jornais de grande circulação no estado. Os textos eram escritos tanto por professores da capital, ligados ou não à direção central do CPERS, como por professores associados do interior, bem como por jornalistas. Esses impressos podem ser considerados como os mais representativos em termos da entidade no período em questão.

3.1 Análise documental e suas especificidades

A análise documental se constitui no ápice das pesquisas realizadas em História, pois é através das fontes que o pesquisador fundamenta as respostas à sua problemática de pesquisa. Esclarecendo o que se entende por fonte utiliza-se o entendimento expresso por André Cellard (2012):

(...) tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. (CELLARD, 2012, p. 296-297).

A mudança no parâmetro do que é fonte para a História se deu através da influência de outras Ciências Sociais, tais como a Antropologia, a Etnologia, a Arqueologia, entre outras, que se somam a ela ampliando a gama de documentos e interpretações que contribuíram para uma nova visão e novas metodologias de análise em nessa área.

O rompimento com o paradigma tradicional associado ao positivismo, que até então dominava a interpretação e a narrativa em História, com a busca da verdade histórica e a preocupação em se trabalhar com fontes oficiais,

tendo em vista a veracidade do documento, ocorreu com a ascensão da corrente francesa dos Annales, muito influenciada pelas Ciências Sociais e que se volta, também, para uma história cultural e social.

Com relação à perspectiva da ampliação das fontes e à influência que exerceu na pesquisa histórica, Petersen e Lovato (2013) apontam que:

Hoje em dia, tudo o que o ser humano produziu ao longo de sua vida pode se transformar em uma fonte para o trabalho do historiador. Assim, o produto das ações humanas, seja na esfera do trabalho ou da família, no âmbito da religião ou lazer, pode tornar-se fonte para a história. Sob esta perspectiva, ampliaram-se enormemente os espaços de pesquisa: além dos arquivos governamentais e das fontes arqueológicas, os arquivos paroquiais, judiciais. De associações esportivas e recreativas, de sindicatos e hospitais, assim como os arquivos pessoais, entre outros, tornam-se possíveis locais de trabalho para o pesquisador da história. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 295).

Para buscar as respostas para a problemática da pesquisa, o historiador, muitas vezes, utiliza mais de um tipo de fonte, como é o caso da presente pesquisa, em que o *Jornal Magister* e os Boletins informativos produzidos pelo CPERS são utilizados como fonte de análise.

(...) é trabalho do historiador abordar as fontes históricas de acordo com a pesquisa que esteja realizando ou, como se costuma dizer, com a pergunta que queira responder. Assim, não é a documentação que exige uma pesquisa, mas é o *problema do historiador* e seu trabalho que, ao processar a documentação, constituem as fontes que sustentarão a pesquisa. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 299)

Portanto, o conhecimento, a escolha e seleção das fontes se torna determinante para a realização da pesquisa histórica. Isso acontece mediante uma consulta prévia que o pesquisador, na maior parte das vezes, realiza, com o intuito de localizar e posteriormente determinar quais serão de maior valia para a sua pesquisa. A escolha e seleção das fontes não são feitas sem um juízo de valor do pesquisador, pois ele buscará as que melhor contribuirão para resolver seu problema de pesquisa e, muitas vezes, as que melhor apresentarão as respostas de acordo com a prévia concepção do historiador, conforme Cellard (2012):

Como todo procedimento que levou o pesquisador até a análise, a abordagem permanece tanto indutiva quanto dedutiva. De fato. As duas se conjugam. Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial. (CELLARD, 2012, p. 303)

Entretanto, muitas vezes acontece de as fontes primeiras indicarem outras até então desconhecidas pelo historiador, ou das mesmas não responderem exatamente o que pesquisador havia definido na problemática, levando à constatação de que a hipótese não se confirma, podendo ainda ocorrer delas provocarem o surgimento de novas hipóteses. Neste sentido é possível valer-se das palavras de Petersen e Lovato, com as quais converge o presente entendimento:

O historiador deve delimitar a necessidade documental de sua pesquisa e, a partir dela, buscar e construir suas fontes. Isto não significa que saiba de antemão ou que possa controlar o que irá encontrar nas fontes, mas consciência do que está buscando certamente auxilia a guiar a investigação e a torná-la mais frutífera (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 300).

A relação entre o historiador e suas fontes é, portanto, um constante diálogo, em que a busca de dados nas fontes é guiada pelo objetivo da pesquisa, ao mesmo tempo em que o contato com a documentação pode suscitar novas perguntas, ideias e hipóteses (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 300).

Corroborando, ainda, com o ponto de vista exposto, é possível citar Jacques Le Goff (1990):

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental. Insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1990, p.547)

O fragmento final dessa citação de Le Goff suscita outro debate importante sobre os documentos no qual se baseia o trabalho do historiador, trata-se da percepção que se deve ter de que o documento não é inócuo, ou

seja, de que não é livre do juízo de valor de quem o produziu, seja o autor, a sociedade ou, neste caso, a entidade. Além desse entendimento, torna-se importante salientar que, inclusive, a utilização por parte do historiador/pesquisador também não ocorre de forma ingênua, por isso a escolha de certos documentos em detrimento de outros. Não se trata de dizer que há manipulação por parte do historiador/pesquisador, mas há uma avaliação do que melhor se encaixa com a proposta da pesquisa. Conforme Bacellar (2010):

Uma questão importante ao se avaliar as possibilidades de uma fonte documental é buscar perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos fornecer, de acordo com a problemática de cada pesquisa. Documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento (BACELLAR, 2010, p. 68-69).

Eis aqui outro ponto importante apresentado: os documentos não são elaborados pensando que servirão de fonte para uma pesquisa, eles expressam o que era relevante para quem o produziu naquele determinado momento. No segundo capítulo da presente pesquisa, utilizou-se atas das Assembleias realizadas pelo CPERS no período compreendido entre os anos de 1979 e 1985. Tais atas apresentam o que, de certa forma, foi considerado como de maior relevância nessas assembleias. Exemplifica-se esse entendimento com as atas das assembleias realizadas para tratar das greves, onde houve uma variação no número de professores participantes. Os presentes que tivessem interesse em fazer uso da palavra deveriam se inscrever, não havendo limite para as manifestações. Levando em conta esse fato, nem todas as manifestações dos presentes são descritas na íntegra, muitas vezes se consignou em ata apenas o que de diferente das demais falas foi exposto. Assim, há uma seleção feita por quem redige o documento e essa escolha é feita com base no que seria importante estar descrito de acordo com o momento vivido pela entidade.

Em algumas atas é apontado que os “ânimos estavam alterados no plenário”, quando pode-se inferir sobre qual assunto da pauta acirrou os ânimos, mas não foram descritas as opiniões e o debate gerado. Desta forma, tem-se acesso às manifestações e à opinião que envolvia a maioria, mas não a

totalidade dos presentes. As razões pelas quais foi adotada esta postura estão intimamente ligadas à concepção de quem as redigiu sobre o que era e o que não era importante estar consignado. Ao mesmo tempo, como se trata de documento oficial, no caso atas de assembleias, entende-se, também, que havia um protocolo a ser seguido para a elaboração das mesmas. Assim, “(...) as fontes (...) se à primeira vista elas parecem “transparentes”, possuem, no entanto, uma “opacidade” de que o historiador necessita perceber e transpor” (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 293).

Cabe ao pesquisador/historiador ter o entendimento de que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2010, p. 63). Dialogando com esta percepção Jacques Le Goff afirma que documento é monumento:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1990, p.548)

Em um primeiro momento, “contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador” (BACELLAR, 2010, p. 63). Essa contextualização ajudará a entender os meandros que envolvem o momento da produção do documento, as características daquela sociedade e/ou grupo e as pressões pelas quais estavam passando.

O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. (CELLARD, 2012, p. 299)

Portanto, “(...) é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja” (CELLARD, 2012, p. 299), dessa forma, o cuidado com a leitura e a interpretação crítica do historiador/pesquisador é fundamental para a análise do documento. Nesse sentido, Cellard (2012) aponta alguns questionamentos prévios que podem contribuir no momento de compreender criticamente o documento a ser analisado para, após estabelecidos os pontos vulneráveis,

proceder ao interrogatório do documento com as perguntas referentes ao objetivo da pesquisa e que poderão, ou não, serem respondidas por estes:

(...) é importante estar sempre atento à relação existente entre o autor ou os autores e o que eles descrevem. Eles foram testemunhas diretas ou indiretas do que eles relatam? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Eles reportaram as falas de alguma outra pessoa? Eles poderiam estar enganados? Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento? (CELLARD, 2012, p. 301)

As fontes podem ser as mesmas utilizadas em diversas pesquisas, mas o que difere e confere um caráter de autenticidade são as perguntas realizadas pelo pesquisador a elas, a forma de analisar e interpretar o documento para resolver a problemática da pesquisa. Tal questionamento deve ser feito tendo como base todo o conhecimento prévio do tema; há uma construção em torno do objeto de estudo que guiará a análise, envolvendo não só o contexto histórico como o aporte teórico-metodológico da pesquisa. No texto de Jacques Le Goff, "Documento/Monumento", o autor faz menção a Michel Foucault, quando "declara que os problemas da história podem se resumir numa só palavra: "o questionar o documento" (FOUCAULT,1969, p.13 apud LE GOFF,1990, p. 545). Assim, o cuidado que o historiador deve ter ao questionar o documento é o que determina a relevância da pesquisa realizada.

Avançando a presente discussão com relação ao que se constitui enquanto fonte para a pesquisa em história, durante muito tempo o uso dos materiais produzidos pela imprensa, mais especificamente os jornais, foram deixados de lado pelos historiadores tradicionais, por não considerarem os jornais como fontes fidedignas, mas sim como expressão dos interesses do grupo que os produziu. Sobre esse assunto, Luca (2010) demonstra esse entendimento:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do

passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2010, p. 112).

Durante muito tempo era essa a visão que os pesquisadores em história tinham com relação aos jornais. Hoje a utilização dos jornais como fonte e também como objeto de análise em história está cada vez mais se consolidando, mas ainda há uma certa suspeita com relação a essa utilização. Pode-se citar Martins (2009):

Inicialmente, devemos considerar que os trabalhos que seguem essa linha tendem a considerar a imprensa prioritariamente como portadora de discursos ou defensora de interesses sociais externos à área de produção dos jornais. Por ela, a representação que o jornal faz da realidade é vista como parcial e objetivando atender a determinados fins e/ou interesses específicos. Em consequência, o trabalho do pesquisador consiste em: a) analisar o discurso do jornal, demonstrando sua parcialidade e, depois, b) associar a visão/versão parcial identificada no primeiro momento aos interesses que possa vir a atender (MARTINS, 2009, p. 362).

Não se questiona aqui o fato de que os jornais apresentam determinado ponto de vista resultante das concepções de quem o produz. Mas, mesmo sob esta influência, os jornais se constituem em importante fonte e/ou objeto para o pesquisador em história. Com base no já discutido anteriormente, o historiador dispõe de um aparato teórico-metodológico que o auxilia a inquirir a fonte de forma crítica identificando, inclusive na omissão de alguma informação, o que pode ser utilizado na pesquisa. Sobre a aceitação do uso dos jornais, Luca (2010) apresenta o seguinte:

(...) já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade – atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar -, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. (LUCA, 2010, p. 116)

De fato, deve-se admitir que qualquer fonte que seja utilizada na pesquisa não está isenta da influência de quem a produziu. Este é um caráter essencial para o pesquisador, ter consciência que tal influência vai além de concepção pessoal e que muitas vezes expressa uma concepção de grupo,

arraigada em um contexto social, político, econômico e cultural que estava presente naquele momento.

Com relação ao que era produzido pela imprensa em determinados períodos da História do Brasil, principalmente em períodos em que esteve presente a censura, os jornais foram utilizados tanto para legitimar os governos quanto como espaço para manifestação de resistência, mesmo que de forma discreta. Sobre isso, Luca (2010) discorre que:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2010, p. 129).

Ainda citando Luca (2010), é levantada toda uma gama de informações que podem ser encontradas nos jornais:

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíram em instrumento essencial de politização e arregimentação (LUCA, 2010, p. 119).

Além da imprensa dita como “oficial”, havia também a produção de jornais, panfletos, boletins, ligados às associações, sindicatos e outras entidades. Assim, uma das fontes escolhidas para ser analisada na presente pesquisa é o Jornal *Magister* e os Boletins Informativos produzidos pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS e que serviram como meio de comunicação entre a direção e os professores na capital e no interior do Estado.

O que se buscou nessas fontes é identificar de que forma ocorreram as manifestações de resistência e/ou contrárias à ditadura civil-militar, que mesmo

em processo de “abertura” ainda se mantinha no poder. Quais as formas de questionamento, as estratégias discursivas, as manifestações veladas, entre outros aspectos que dizem respeito sobre a atuação da entidade neste período.

3.2 Impressos de divulgação da atuação do CPERS: articulação e resistência

Para iniciar a análise, faz-se importante conhecer os detalhes com relação às fontes escolhidas para o trabalho, refere-se aqui à produção do jornal *Magister*, bem como dos Boletins Informativos. Conforme Luca (2010):

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos (LUCA, 2010, p. 132).

O *Magister* era considerado Órgão Oficial do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, a redação e a administração do referido jornal eram feitas pelo Departamento de Comunicação Social do CPERS, localizado na sede da entidade. Conforme indicação na edição nº 61 de abril de 1979, o jornal possuía editores, repórteres, planejamento gráfico e execução gráfica de empresa externa. Nesse período, a execução gráfica era realizado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (cooJORNAL)⁴⁰. Esses dados podem ser observados nas páginas de abertura do jornal, conforme a imagem que segue:

⁴⁰ Conforme Ellwanger e Mello (2011, p.1-13), foi fundada por jornalistas portoalegrenses em 1974. Primeiramente prestava serviços de edição, diagramação e jornalísticos para terceiros, mas em 1976 passou a ter uma publicação própria, chamada CooJORNAL. Esta perdurou durante a ditadura até o seu fechamento em 1983.



Imagem 10 – Informações de Edição do jornal *Magister*.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº61, p. 02, abril de 1979. Acervo: CPERS/Sindicato.

Dirigido aos professores, o *Magister* tinha circulação entre os núcleos do interior e da capital. Na edição de nº 65 de julho de 1983 consta uma tiragem de 63.000 exemplares. Na grande maioria das vezes sua produção era a cada dois meses, podendo ser editado mensalmente quando havia necessidade de dar visibilidade a alguma matéria urgente, como por exemplo a Greve de 1979.

Havia certo padrão seguido no número de páginas do jornal, girando em torno de 12 páginas. A capa apresentava manchetes com destaque para a luta da categoria naquele momento, reportagens abrangendo escolas da capital e interior, as negociações entre o CPERS e o Governo do Estado, prestações de contas e textos de autoria de professores pertencentes aos Núcleos da entidade sobre assuntos que giravam em torno da preocupação com o ensino, a questão salarial, a necessidade de união da categoria, entre outros.

Anteriormente ao *Magister*, eram produzidos Boletins Informativos também em formato de jornal, até o ano de 1976, quando o *Magister* passou a ser editado. Durante a consulta ao acervo para coleta das fontes, teve-se acesso a esses Boletins; os mesmos não foram analisados na presente pesquisa, mas não se pode deixar de registrar, mesmo que brevemente, a grande diferença existente com relação às matérias e às notícias publicadas por eles e, posteriormente, pelo *Magister*. Anteriormente, nos Boletins, havia diversas colunas destinadas à parte social e assistencial da entidade, principalmente ao Clube do Professor Gaúcho⁴¹, já no *Magister* se percebe um destaque maior para as lutas da categoria.

⁴¹ O Clube do Professor Gaúcho possui sede em Porto Alegre e é destinado ao lazer dos professores associados e suas famílias.

Na consulta ao acervo pode-se constatar que os Boletins continuaram a ser produzidos e, a partir de 1979, em formato gráfico diferente, não mais em formato de jornal, mas em forma de livretos reproduzidos em folhas de papel sulfite. Tal fato pode estar associado à diminuição do custo de produção gráfica do material, bem como à celeridade no processo de reprodução e distribuição desse material. Com relação ao *Magister*, teve circulação entre os anos de 1976 e 2001, com uma interrupção entre agosto de 1980 e julho de 1983⁴².

Houve concomitância na produção do *Magister* e dos Boletins, levando ao entendimento de que pela celeridade e o custo de produção dos Boletins, esses se tornaram um meio de comunicação mais rápido e abrangente, facilitando o acesso a mais membros da categoria.

Os Boletins caracterizavam-se, tanto na capa como nas demais páginas, como sendo Órgão de Informação Interna do CPERS. Denominada a publicação: Boletim informativo, outros dados ainda indicavam a vinculação e dados do impresso, como: o número da edição e o ano, logo abaixo do nome da entidade.

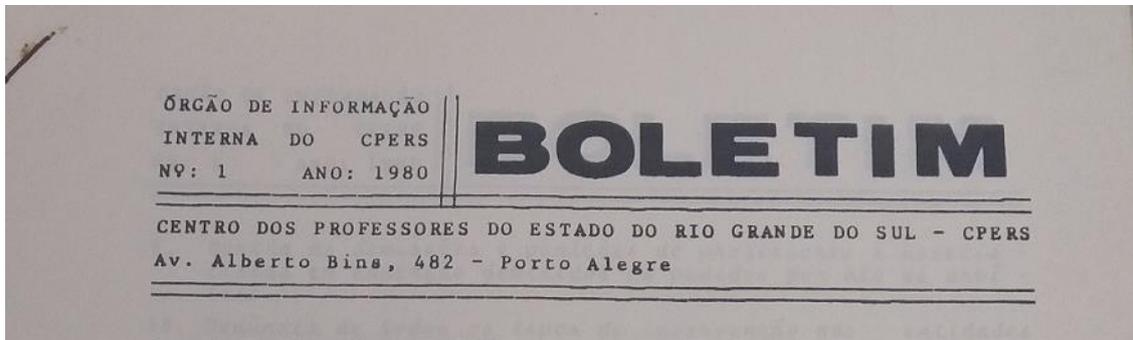


Imagem 11 – Capa do Boletim nº1 de 1980.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº1, Capa, 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

O Boletim, primeiramente, apresentava notícias e pautas relacionadas à direção da entidade, podendo ser considerado como um meio de comunicação e divulgação do trabalho da diretoria. A primeira página, constantemente, era destinada a assuntos da diretoria, apelos para a participação dos professores nas assembleias, seguida da apresentação das decisões tomadas em

⁴² Durante a pesquisa não encontramos as causas para essa interrupção na publicação do Jornal *Magister*, mas pode estar atribuída ao custo de elaboração e impressão de jornais, tendo em vista o momento financeiro vivido na época e o fato do *Magister* sem ser impresso em gráfica externa.

assembleia, das correspondências encaminhadas tanto ao Governo Estadual como ao Governo Federal, propostas e contrapostas resultantes das negociações entre CPERS e Governo do Estado, entre outros assuntos pertinentes à categoria dos professores.

A partir de 1981 verifica-se uma mudança na composição do Boletim, ele passa a apresentar editorial, abre espaço para a divulgação de Cursos e Congressos, e o mais interessante, também passa a dar espaço para a publicação de textos enviados por professores tanto do interior como da capital. O que pode ser considerado como um grande apoio ao trabalho da direção, tendo em vista que são colegas no exercício da profissão escrevendo para outros colegas.

Portanto, esses impressos produzidos e distribuídos pelo CPERS tornaram-se, à época, principal veículo de comunicação da categoria, fonte de informação e articulação da entidade, bem como uma das práticas de manifestação de resistência da categoria.

A edição de número 61 do *Magister*, referente ao mês de abril de 1979, foi amplamente dedicada à cobertura da Greve dos professores pertencentes ao Magistério Gaúcho. A edição é composta de 12 páginas e traz em sua capa “A história de uma greve” seguida de uma foto da Assembleia Geral realizada no Gigantinho⁴³ com a seguinte frase: “QUEM SABE FAZ NA HORA NÃO ESPERA ACONTECER”. É importante destacar que a frase citada é uma alusão à canção de Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei de flores”, que se tornou símbolo de resistência e contestação à ditadura civil-militar. Essa citação de capa pode levar ao entendimento de que era uma das formas de expressar a resistência dessa categoria e de chamar a atenção para o fato de que a luta dos professores gaúchos não está dissociada de uma luta maior que envolvia diferentes setores sociais que naquele momento lutavam por direitos civis, pelo fim da censura, pela redemocratização e contra a ditadura civil-militar. Abaixo, a imagem da Capa do *Magister* nº 61 de abril de 1979:

⁴³ Ginásio de Esportes do Sport Club Internacional de Porto Alegre.



Imagem 12 – Quem sabe faz na hora não espera acontecer.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº61, Capa, abril de 1979. Acervo: CPERS/Sindicato.

A foto da capa, que registra o Ginásio Gigantinho lotado de professores, remete a pensar na força da categoria reunida em torno da luta por seus direitos. Naquele momento, o CPERS despontava como uma das maiores entidades de classe do país e ganhava visibilidade no cenário estadual e nacional, tendo em vista ser a primeira no Rio Grande do Sul a decretar greve em 1979, logo após os metalúrgicos do ABC paulista.

Ainda na capa do referido jornal, consta a seguinte frase: “Com a mudança de Governo, mudaram também as regras do jogo. Se, antes, a greve era proibida e a proibição, respeitada, agora, a greve continua proibida, mas é feita, aceita e não menos respeitada” (*MAGISTER*, 1979, capa).

A frase acima representa uma alusão ao fato de no final de 1978 ter sido celebrado um acordo entre o CPERS e o então Governador do estado Sivaldo Guazelli, a partir do qual seriam atendidas algumas das reivindicações do magistério no próximo ano. Esse acordo deveria ser cumprido na próxima gestão, quando assumiria o cargo de Governador o então Vice-Governador José Augusto Amaral de Souza, mas na prática o acordo não foi cumprido e se tornou uma das motivações para a greve de 1979.

Com relação ao fato de que “a greve continua proibida, mas é feita, aceita e não menos respeitada” (*MAGISTER*, 1979, capa), encontra-se na

página 4 do periódico o texto: “Quem sabe faz a hora...” (*MAGISTER*, 1979, p. 4) em que são citados dois trechos de uma afirmação do então Ministro da Justiça Petrônio Portella: “chega um tempo em que afloram as reivindicações represadas” e, continuando, “se governar é dirigir com pressões, é preciso saber conviver com as greves” (*MAGISTER*, 1979, p. 4). A utilização dessas afirmações do Ministro da Justiça no momento em que ainda vigora a lei antigreve, sendo publicadas no Jornal do CPERS, dirigido à categoria dos professores que ha pouco tempo havia realizado um movimento grevista, com ampla adesão, podem indicar que o CPERS utilizou essa fala como uma legitimação para o movimento, considerando que a declaração é de um membro de alto escalão do governo que deveria coibir as greves.

Na página 2 desta mesma edição, a de 61 de abril de 1979, contata-se que à esquerda consta uma coluna intitulada Cartas, na qual foram publicadas diversas manifestações de apoio à greve do magistério gaúcho enviadas por Grupos Escolares, Círculos de Pais e Mestres, Associação de Professores Municipais, Instituição de Ensino Superior privada e Colégios Estaduais. Também está publicado na página um texto intitulado: “Mesmo em Greve, Professor Ensina e Aprende”. Não há menção de autoria, mas o texto faz uma rápida reflexão sobre a força do movimento dos professores e a importância da união da categoria propondo debate e avaliação do significado desta greve.

Nas páginas de 4 a 9 está publicada uma espécie de linha do tempo dos fatos ocorridos antes e durante a greve, na página 10 chama atenção uma notícia que pode indicar que, mesmo sofrendo ameaças e perseguições, os professores não se deixam intimidar e denunciam: “Helicóptero e Demissão, na Repressão aos Professores do Interior” (*MAGISTER*, 1979, p. 10), contendo denúncias de demissões de diretores, punições e ameaças, como no caso ocorrido na cidade de Bento Gonçalves, em que foi feita a denúncia da contratação de um helicóptero, por uma professora da coordenaria de ensino, para sobrevoar à baixa altitude as escolas como forma de intimidar os professores que aderiram à greve. Ainda, logo abaixo do título, consta uma notícia publicada no jornal *Zero Hora* no dia 10 de abril, de autoria de Carlos Nobre, com a seguinte frase:

“Governo garante que não punirá professores grevistas. Agora, vou te contar hem: se punisse, seria puro sadismo. O que o Governo já vem punindo professores com esse ordenado que paga preles, vou te...” (NOBRE, Carlos. Helicóptero e Demissão, na Repressão aos Professores do Interior (ZERO HORA; 10/04/1979, apud *MAGISTER*, 1979, p. 10).

Na página 11, ao lado de uma matéria com o título “O Fim da Greve Marca o Início de uma Longa Jornada”, foram publicadas diversas declarações como a do presidente do CPERS e presidente do Comando de Greve, professor Hermes Zaneti, do Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Ricardo Leônidas Ribas, das professoras integrantes do CPERS Maria Augusta Feldsmann e Nair Tesser, da representante da Confederação dos Professores do Brasil – CPB, professora Tereza Noronha de Carvalho, como também do então Governador do Estado, José Augusto Amaral de Souza. Essas declarações indicam o reconhecimento da união da categoria, a força e o respeito à mobilização dos professores. De acordo com a declaração do Governador do Estado, Amaral de Souza: “O governo procurará garantir um ambiente de respeito à liberdade do cidadão, de tranquilidade, de harmonia e de respeito”.

Ainda nessa edição, são compiladas e publicadas seis charges de outros jornais⁴⁴ de circulação estadual; uma das charges escolhidas para a edição do *Magister* foi a do chargista Sampaulo no jornal *Folha da Tarde*, na qual o presidente do CPERS e do Comando de Greve é representado em alusão a um super-herói⁴⁵ dos quadrinhos e o Governador Amaral de Souza, como o antagonista que planeja acabar com os poderes do personagem. Conforme imagem que segue:

⁴⁴ Foram publicadas as charges de Marco Aurélio no jornal Zero Hora dos dias 12/04/79 e 16/04/79; Sampaulo no jornal Folha da Tarde de 04/04/79 e 18/04/79; Ronaldo no Jornal Folha da Manhã de 10/04/79 e Santiago no Jornal Folha da Tarde de 09/04/79.

⁴⁵ Na charge Hermes Zaneti é representado como o Super-Homem, personagem de quadrinhos da DC Comics que perde seus poderes quando na presença de um mineral chamado Kryptonita.

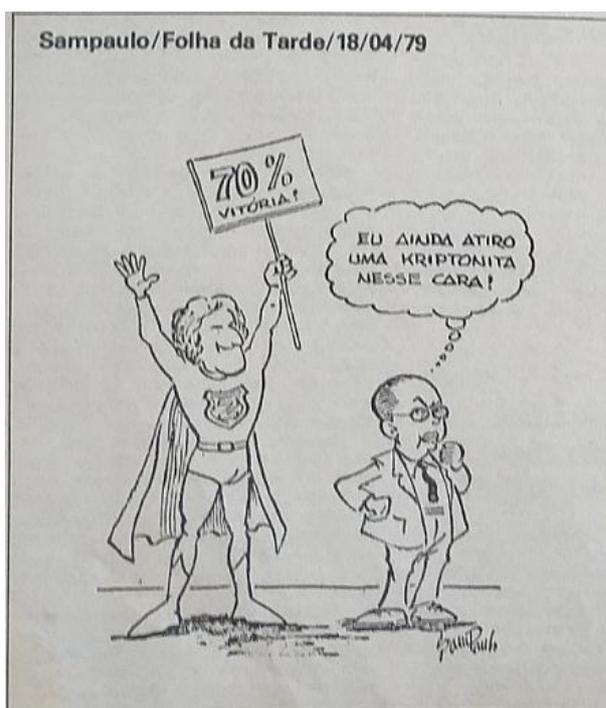


Imagem 13 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº61, p.12, abril de 1979. Acervo: CPERS/Sindicato.

É uma imagem que remete à seguinte reflexão: essa era a percepção que os membros da entidade tinham da gestão de seu presidente? Ao que tudo indica, essa era a visão que foi transmitida à sociedade gaúcha, por meio de um jornal de grande circulação, sobre a postura adotada pelo líder do movimento grevista.

A vitória dos professores a que a charge nos remete e a derrota do governo, se deram através dos 30% de aumento reivindicados, além dos 40% já aprovados pela Assembleia Legislativa, totalizando 70% de aumento parcelado, conforme Bulhões e Abreu (1992, p. 28): “A greve de 1979 (...), conquistou o reajuste de 30% em duas parcelas nos meses de junho e dezembro(...)”, a serem concedidos ainda em 1979.

Após essa primeira greve, percebe-se que houve um esforço para manter o movimento e a categoria unificados de forma contínua. Para que os professores permanecessem em constante mobilização é criada uma Comissão de Mobilização, bem como, há um forte apelo por meio do *Magister* e do Boletim. Também se percebe, no *Magister* e no Boletim, uma conotação de ordem política, o que se pode entender como uma forma de resistência, mesmo que essa se manifeste de forma indireta. Cabe salientar que por vezes

há referência no próprio *Magister* como este jornal sendo órgão de mobilização da categoria. Abaixo, apresenta-se algumas imagens do Jornal *Magister*, do ano de 1980, que demonstram esta articulação para manter a categoria mobilizada:

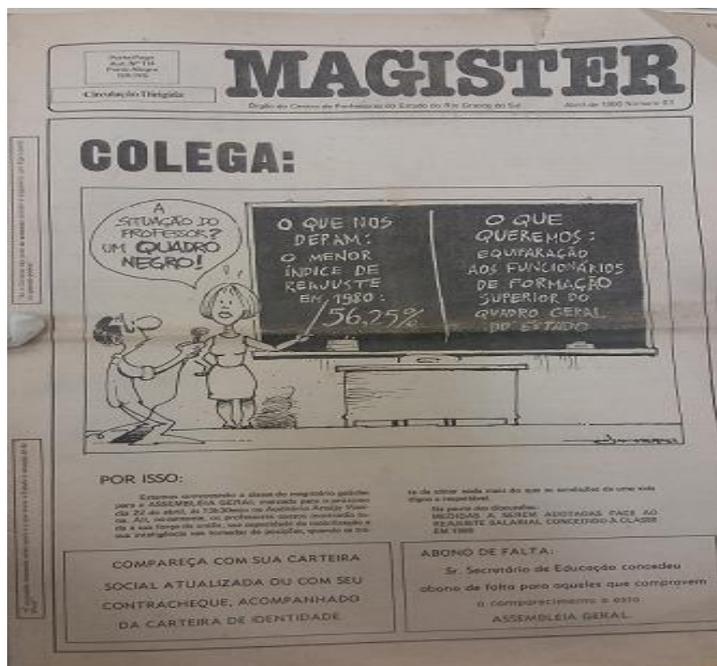


Imagem 14 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº63, Capa, abril de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

A capa da edição nº 63 do *Magister* demonstra uma das reivindicações que passam a compor a pauta do magistério gaúcho: a equiparação salarial com os demais servidores técnicos de nível superior do estado. O destaque dado a essa nova reivindicação pode ser considerado como uma estratégia para manter a categoria mobilizada. As demais reivindicações continuam tendo espaço no jornal, mas essa se torna mais visível, também, tendo em vista o aumento concedido, no ano de 1980, aos servidores técnicos de nível superior, que foi de 78,25%, enquanto o magistério, no mesmo ano, obteve 56,25%.



Imagem 15 – A luta não vai parar.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº64, Capa, agosto de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.



Imagem 16 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº63, p.3, abril de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

O apelo da frase na capa do jornal, em que compara a situação do professor a um quadro negro, aliada à charge acima publicada na página 3 da mesma edição do periódico, leva ao entendimento de que a situação é grave e

sem perspectivas de mudança caso os professores não permaneçam em luta constante. Ao mesmo tempo, pode-se atribuir ironia ao fato de haver um discurso de que o magistério seria exercido como um sacerdócio, por isso seria pago com esmolas, ao contrário das outras categorias de profissionais.

Ao longo da edição nº 63 do *Magister* foram publicadas diversas frases, conforme exemplo abaixo, voltadas para conscientização da necessidade dos professores se manterem mobilizados. Analisando-as percebe-se, também, que objetivam uma pressão contra o Governo do estado, em um período em que a repressão ainda era vigente, remetendo assim a mais uma forma de resistência utilizada pelos professores neste momento.

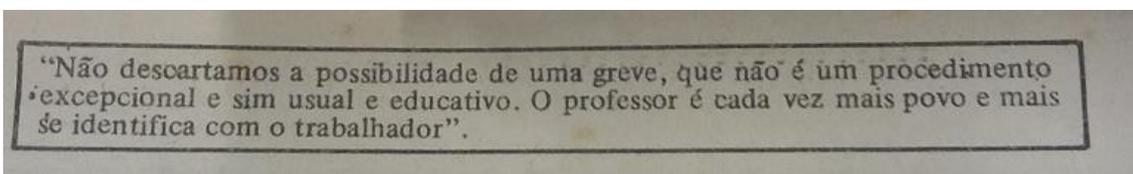


Imagem 17 – Frases.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº63, p.3, abril de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

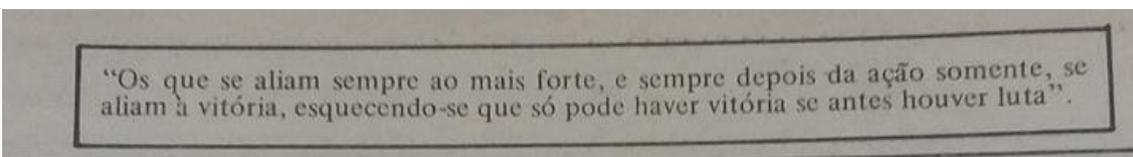


Imagem 18 – Frases

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº63, p.4, abril de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

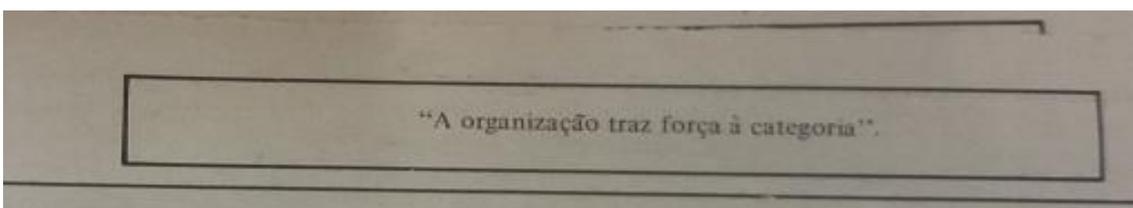


Imagem 19 – Frases

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº63, p.5, abril de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

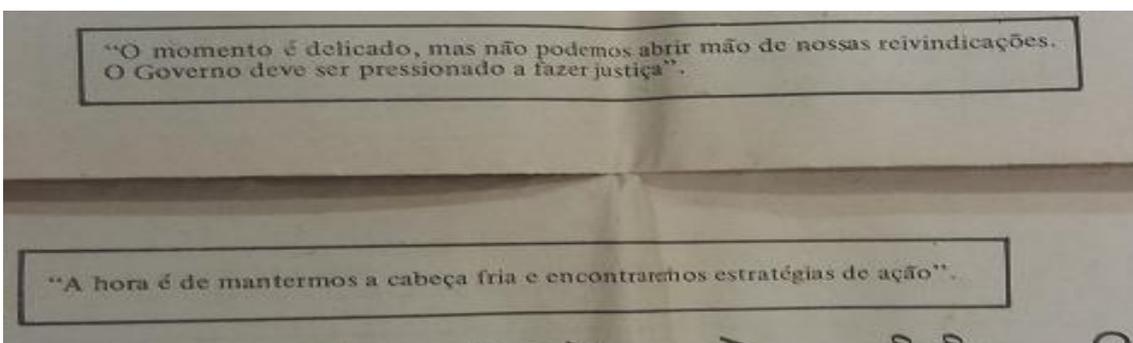


Imagem 20 – Frases

em assembleia da categoria que ela se manteria mobilizada e, naquele momento, havia a possibilidade de os professores paralisarem e não iniciarem o ano letivo.

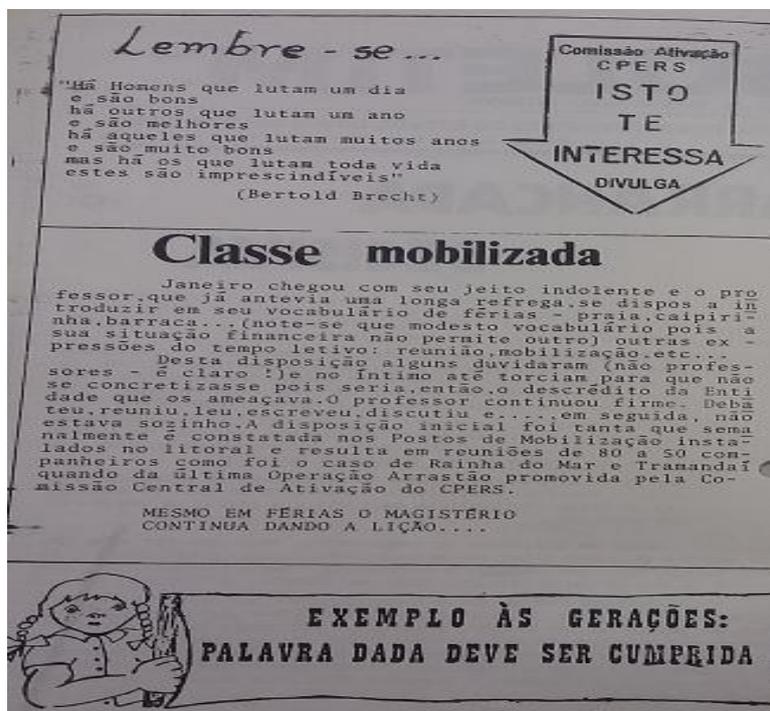


Imagem 22 – Classe Mobilizada.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº1, p.2, 1982. Acervo: CPERS/Sindicato.

Atenta-se, também, para a imagem publicada no *Magister* nº 78 de setembro de 1984 e para a Capa do *Magister* nº 79. A primeira faz uma convocação dos professores para saírem às ruas em protesto no dia 15 de outubro, data marcada pela comemoração do Dia do Professor.



Imagem 23 - Professor vamos à luta.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº78, Contracapa, setembro de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.



Imagem 24 – Educação protesta nas ruas.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº79, Capa, outubro de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.

Ao invés de uma comemoração os professores optam por um protesto, o que se pode compreender como uma forma de resistência e pressão ao Governo, devido à visibilidade de um ato de protesto nas ruas. A Capa da edição nº 79 mostra uma fotografia dessa mobilização com a frase: “Educação protesta nas ruas” (*MAGISTER*, 1984, capa).

Estar mobilizado, mesmo no período de férias, atentos às negociações da entidade com o Governo, sair às ruas em protesto e manter a categoria unida buscando garantir seus direitos, não estando alheios e inertes, demonstra também que havia articulação e meio de resistência por parte da entidade. No presente trabalho, levando em consideração o que aqui se entende por resistência, lutar contra o Governo do Estado seria lutar contra todo o sistema político vigente.

Tendo em vista o contexto político vivido no período estudado, contata-se que o CPERS e a categoria também estavam mobilizados e articulados com outros segmentos da sociedade na luta pela democratização e o fim da ditadura civil-militar, fato perceptível por meio do jornal *Magister* e pelo Boletim, publicados pela entidade. Assim exemplificam as imagens que seguem:

Imagem 27 – CONCLAT - CPERS enviou 22 delegados ao encontro de São Bernardo.
 Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº67, p. 8, setembro de 1983. Acervo: CPERS/Sindicato.



Imagem 28 – As classes trabalhadoras devem se unir.
 Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº72, p. 5, fevereiro de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.

Em 1980, no XIV Congresso Nacional de Professores realizado em Fortaleza - CE, reuniram-se 22 entidades de vários estados, representantes do magistério, para debater sobre o tema “Educação e Democracia” (*MAGISTER*, 1980, p.13), realizando uma importante reflexão em que associavam a crise da democracia à crise do ensino, tendo em vista que as diretrizes e normas do ensino eram ditadas pela política, sem a participação dos professores, como forma de manutenção do “*status quo*”. Os professores passam a reivindicar a possibilidade de participação na escolha de conteúdos e nas decisões referentes à educação como um todo. Com relação ao exposto, pode-se citar Maria da Graça Bulhões (1983) quando esta apresenta um trecho do relatório de gestão 78/81 da direção do CPERS:

(...) após abril de 1979, quando o magistério gaúcho realizou um movimento reivindicatório que resultou em uma greve, obtendo, como resultado, conquistas salariais e o despertar de uma consciência profissional, entenderam os professores que a partir de suas experiências a nível escolar, era necessário e importante a transformação da política educacional vigente e que uma posição neste sentido deveria ser assumida.

A Diretoria do CPERS, analisando o momento de intensa mobilização em que vivia o magistério e entendendo o anseio dos professores em querer ser realmente agentes de educação, participante e transformador da Política Educacional, promoveu o Encontro Estadual de Professores. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 78/81 *apud* BULHÕES, 1983, p. 149-150)

Essa articulação entre as entidades representativas do magistério a nível nacional, os debates sobre educação e democracia, as reivindicações, enfim, essa mudança de postura, pode ser interpretada como uma forma de resistência, bem como o fortalecimento da categoria de professores como um todo demonstrando uma maior conscientização da necessidade de unificação desses profissionais.

Nos anos vindouros essa articulação ultrapassou o âmbito da categoria e o CPERS se une às demais categorias de trabalhadores e sindicatos, integrando, em 1983, a Intersindical⁴⁷ de Porto Alegre (*MAGISTER*, 1983, p.8). Fato pertinente tendo em vista que o mesmo não era um sindicato e os professores enquanto funcionários públicos eram proibidos de sindicalizar-se. O CPERS, nesse mesmo período, também integrava o Comitê Contra a Lei de Segurança Nacional⁴⁸ (LSN) (*MAGISTER*, 1983, p.8). Na edição n.67, p. 8, do *Magister*, conforme imagem 27 (acima), é apontada a participação de 22 delegados representantes do CPERS na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, realizada em São Bernardo do Campo - SP, momento em que foi criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Essa aproximação do magistério com as demais categorias de trabalhadores leva ao entendimento de que a maioria dos professores, então, se percebe como trabalhador e que a busca e reivindicação por direitos e melhores condições de trabalho, participação nas decisões sobre a educação, em muito convergiam com a luta das demais categorias de trabalhadores. Pode-se apontar que se torna perceptível que a antiga visão do magistério enquanto sacerdócio e do não pertencimento à classe trabalhadora não está mais tão presente no imaginário dos professores e, essa aproximação com as demais categorias de trabalhadores também pode ter contribuído para a resistência dos professores, expressa através da sua organização e do debate sobre a situação do país na época.

⁴⁷ Composta por sindicatos e associações de diversas categorias de trabalhadores com o objetivo de fortalecer a Luta e Organização da Classe Trabalhadora.

⁴⁸ Comitê formado por entidades de classe, partidos políticos e organizações da sociedade civil.

Ao longo dos primeiros anos da década de 1980 percebe-se que as manifestações de resistência vão se intensificando, são promovidos debates e atividades com enfoque na Democracia, como fica demonstrado no convite abaixo:

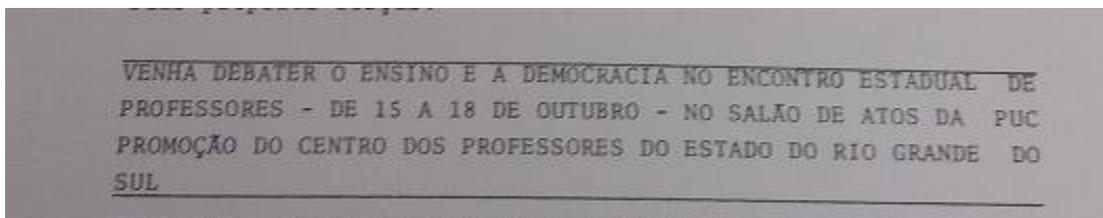


Imagem 29 – Convite para debater o ensino e a democracia.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº12, Capa, 1980. Acervo: CPERS/Sindicato

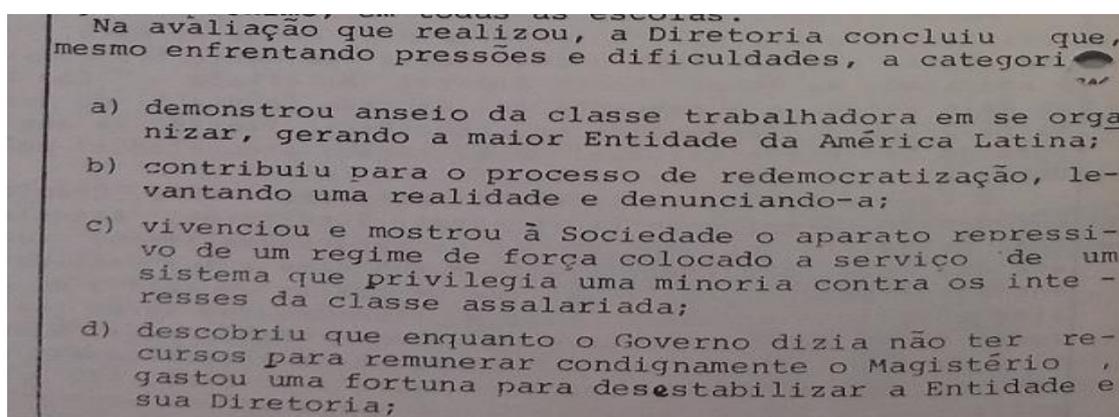


Imagem 30 – Avaliação do movimento e luta dos professores.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº2, p.2, 1981. Acervo: CPERS/Sindicato

Tendo em vista a avaliação sobre o movimento e a luta dos professores gaúchos, realizada pelo CPERS em julho de 1981 e publicada no Boletim n.2 de 1981 com base em documentos enviados pelos Núcleos do interior e da Capital, foram apontados como pontos fortes decorrentes desse movimento, conforme o trecho acima do Boletim, a contribuição do movimento dos professores para o processo de redemocratização, demonstrando a realidade do “aparato repressivo de um regime de força colocado a serviço de um sistema que privilegia uma minoria contra os interesses da classe assalariada.” (BOLETIM, 1981, p. 2).

Abaixo, apresenta-se um trecho do documento final do XVI Congresso Nacional de Professores que trata da definição das linhas de atuação do movimento dos professores, a nível nacional, para o ano de 1983, demonstrando que a categoria reunida definiu pela sua participação nas lutas da sociedade naquele momento.

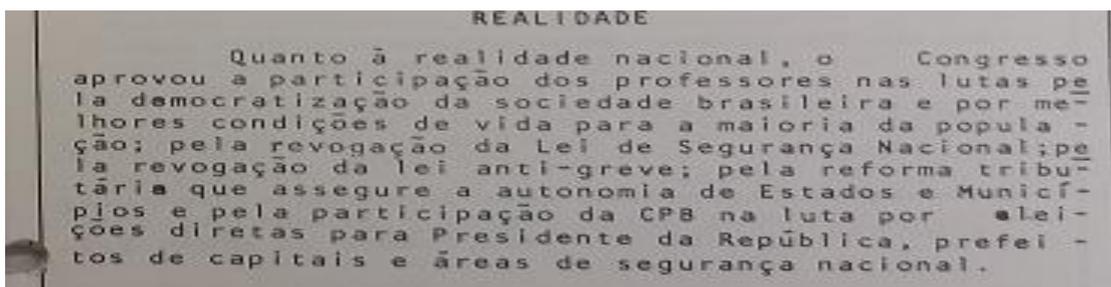


Imagem 31 – Realidade.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº2, p.5, 1983. Acervo: CPERS/Sindicato

É necessário se ter presente que no ano de 1983 se intensificam as mobilizações por eleições diretas para escolha do Presidente e Vice-Presidente da República. Em nível nacional foi articulado o Movimento das *Diretas Já*, responsável pela realização de passeatas e comícios com a presença de políticos ligados a partidos de oposição ao Governo Federal, líderes sindicalistas e de diversas categorias a fim de mobilizar a sociedade como um todo nesta luta. Havia a possibilidade de que a próxima eleição fosse direta, caso fosse aprovada a Emenda Constitucional (PEC) nº05/1983, que ficou conhecida como a Emenda Dante de Oliveira, pois fora proposta pelo Deputado Federal, eleito pelo Mato Grosso, Dante de Oliveira (PMDB), o que não se confirmou; a PEC nº05/1983 foi votada em 25 de abril de 1984 e derrotada.

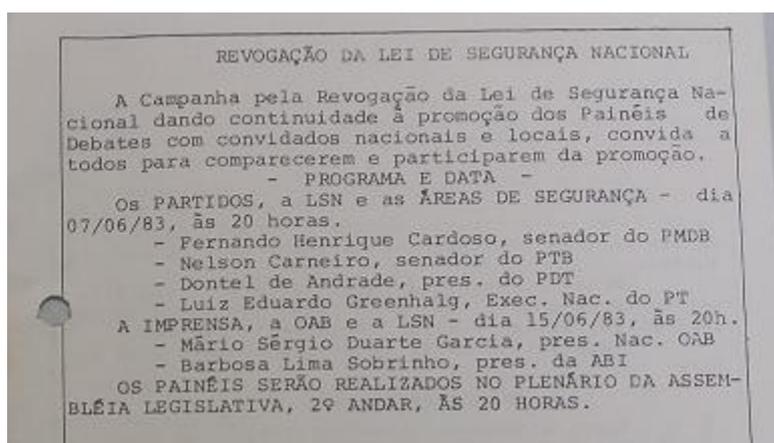


Imagem 32 – Revogação da Lei de Segurança Nacional.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº6, p.3, 1983. Acervo: CPERS/Sindicato

Outro debate importante que ocorreu no âmbito da entidade foi com relação à revogação da Lei de Segurança Nacional - LSN, que ocorreu por meio de eventos promovidos pelo CPERS com a presença de lideranças

políticas. Destaca-se aqui, conforme imagem acima do Boletim nº 06, p.3, 1983, o painel para debater a LSN promovido pela entidade, tendo como local de realização o plenário da Assembleia Legislativa do estado.

Continuando os apontamentos sobre as formas de manifestação de resistência pela entidade, mais dois extratos chamam a atenção. Um deles publicado na Contracapa do Boletim n.6, de 1983, que pode ser considerado como uma denúncia sobre a forte repressão exercida pela ditadura civil-militar. O texto de J. V. Balestro aponta para o fato de haver 90.000 desaparecidos por conta dos regimes ditatoriais na América Latina, dentre esses crianças e adolescentes que foram declarados mortos. Continuando abaixo, um texto das Madres Argentinas, que buscavam justiça para seus filhos desaparecidos.

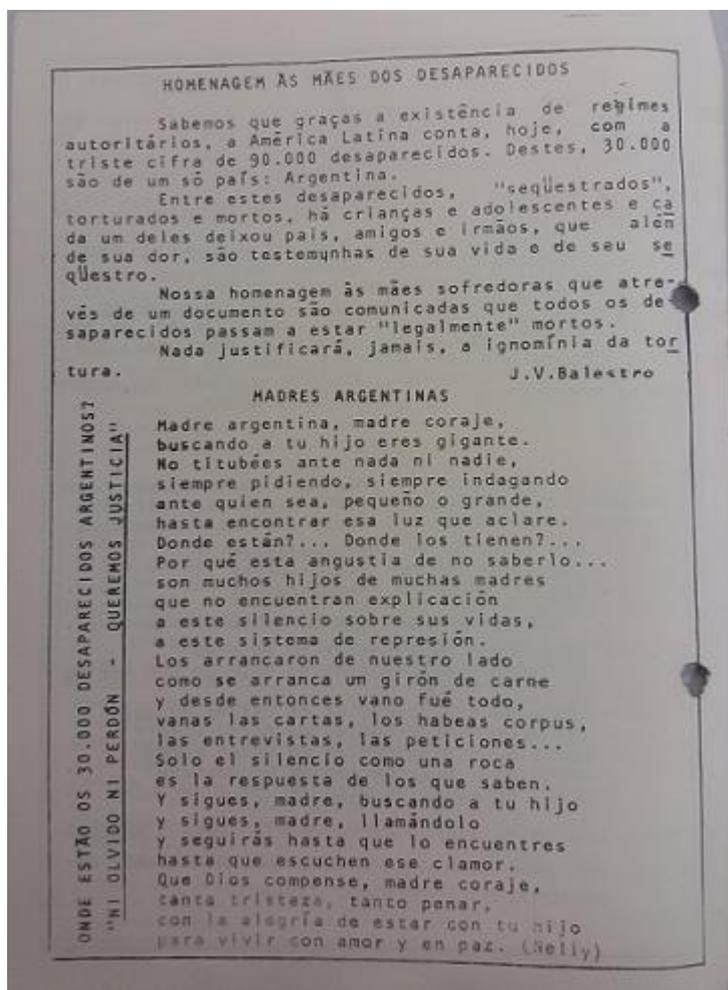


Imagem 33 – Madres Argentinas.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº6, Contracapa, 1983. Acervo: CPERS/Sindicato

A imagem abaixo trata de uma charge publicada na página 2 do jornal *Magister* de outubro de 1983, na coluna Sem Legenda, que mostra um militar

quase escondido atrás de armas apontadas em direção a quem defende Direitos Humanos, Respeito, Dignidade, Educação Crítica, Liberdade. Entende-se que essa charge faz forte alusão à repressão da ditadura civil-militar, a quem pensava contrariamente a ela, e que os militares se escondiam atrás das armas e dessa repressão para poder impor sua força e seu sistema de governo.



Imagem 34 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº68, p. 2, outubro de 1983. Acervo: CPERS/Sindicato.

Uma das formas de manifestação da resistência, conforme o presente entendimento, e que se pode verificar no Jornal *Magister* e no Boletim, se dá por meio da escolha das notícias, reportagens, textos, imagens e charges publicadas, onde se destaca o debate e o alerta sobre o momento político que a sociedade vivia.

Percebe-se que em 1981 já estava expressa no Boletim da entidade a preocupação com o sistema vigente e o anseio pela democratização do país, que já estava sendo debatido entre a categoria, não só nos encontros promovidos pela direção da entidade, como também pela sua base por meio dos Núcleos do CPERS. Assim, entende-se que só o fato de pensar sobre a situação, debater com o maior número possível de associados da entidade, pode se caracterizar como um ato de resistência contra o sistema político vigente no período.

No ano de 1984, em que foi votada a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, verifica-se a publicação de textos que apontam para o engajamento do magistério na luta pela democratização. No decorrer das edições do Boletim entre os anos de 1980 a 1984, e do *Magister* entre 1983 e 1984, observa-se que era recorrente esse debate sobre a democratização e sobre o contexto vivido pela sociedade como um todo, não somente pelos professores. Por vezes essa manifestação de resistência se dava pela publicação de textos e frases de professores pertencentes à entidade, bem como de educadores renomados no cenário brasileiro e internacional, podendo citar como exemplo Paulo Freire e Anísio Teixeira, como fica evidenciado na reprodução da fala deste último sobre liberdade, publicada no Boletim nº 1, 1983, p. 5.

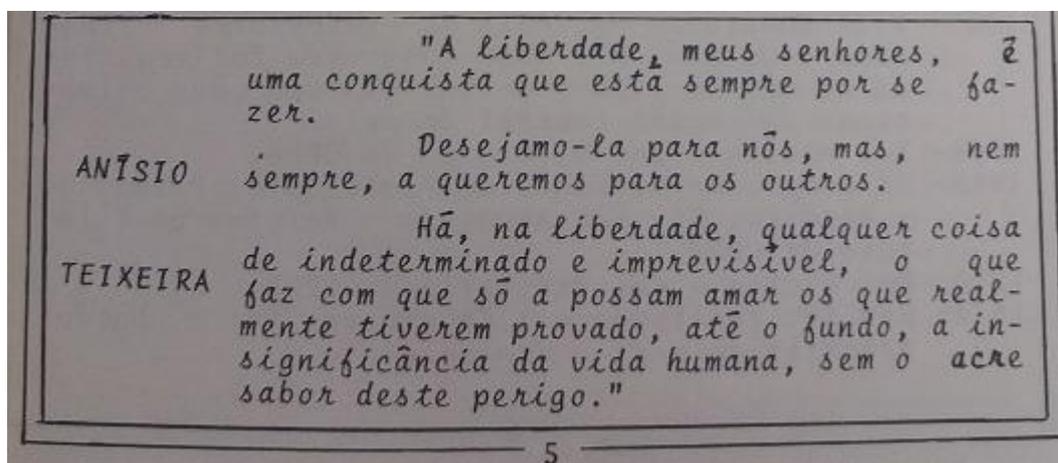


Imagem 35 – Frase do educador Anísio Teixeira.

Fonte: Boletim, Porto Alegre, nº1, p.5, 1983. Acervo: CPERS/Sindicato

Considera-se a escolha por esse conteúdo como uma forma de chamar atenção para a realidade e de manifestar a resistência de forma diferenciada, através de uma breve citação sobre algo que não se fazia presente, na prática, no cotidiano da sociedade.

As 4 Imagens que seguem ilustram a forma como o tema era tratado nas páginas do *Magister*, através de diferentes formatos de textos, como se observa:



Figura 36 – Magistério defende eleições diretas.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº71, p. 3, janeiro de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.



Imagem 37 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº71, p. 2, janeiro de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.



Imagem 38 – Texto-base sobre eleições diretas.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº72, p. 6, fevereiro de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.

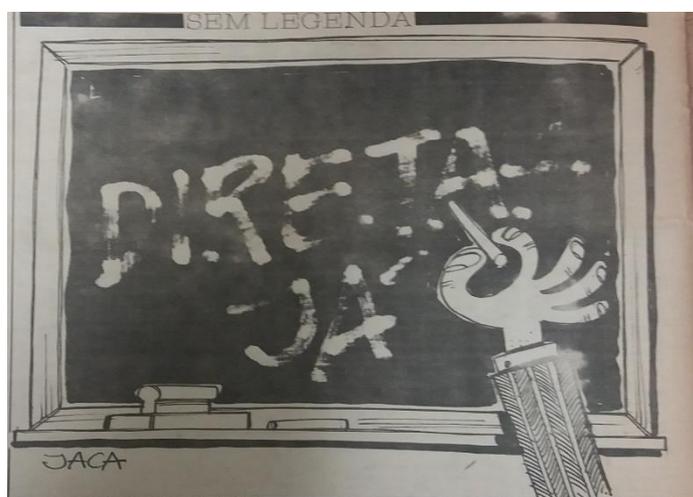


Imagem 39 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº73, p. 2, março de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.

Aliada a esta luta da sociedade pelas eleições diretas, o CPERS reivindicava junto ao Governo do estado, desde 1980, a eleição direta para escolha de diretores de escola, por meio de lista tríplice, com a participação da comunidade escolar. A partir de 1983 e 1984, intensificou-se a pressão para que esta reivindicação fosse atendida e ambas passaram a estar associadas, como se verifica nas charges e em alguns textos publicados no Jornal *Magister* e no Boletim. No Jornal *Magister* de junho de 1984, p. 2, é publicada uma charge, reproduzida na imagem 40, abaixo, que representa a frustração com a derrota da Emenda Constitucional e o não reestabelecimento das eleições

diretas para Presidente e Vice-Presidente, mesmo depois da forte campanha promovida pelo Movimento das *Diretas Já*⁴⁹.



Imagem 40 – Charge.

Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº75, p. 2, junho de 1984. Acervo: CPERS/Sindicato.

Como já apontado anteriormente na introdução do Capítulo II, onde se discute o conceito de resistência e aponta-se o entendimento que baseia a presente pesquisa, compreende-se que os professores não estavam alheios à realidade vivenciada pela sociedade brasileira e que a resistência da entidade se fez presente de diversas formas, como revelam as publicações do *Magister* e do Boletim. Pôde-se constatar durante a análise desses impressos os debates realizados a nível de escolas promovidos pelos Núcleos do CPERS, a nível estadual e a nível nacional, promovido pela CPB, a articulação com as demais categorias de trabalhadores, inclusive adotando práticas que ainda não haviam sido adotadas pelos professores como é o caso da greve de 1979 e das paralisações de 1980 e 1982 e a constante mobilização da categoria.

3.3 A luta através das greves de 1979 a 1982

Como visto no decorrer desta pesquisa, o contexto final da década de 1970 e do início da década de 1980 foi assinalado por uma inflação acelerada e uma grave crise econômica, levando à mobilização diversos setores da

⁴⁹ Sobre o movimento Diretas Já consultar: LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

sociedade, principalmente o movimento sindical, que passam a buscar a recuperação das perdas salariais. Aliado a este quadro, diferentes setores da sociedade iniciam uma pressão pela democratização e pela volta das eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República. No ano de 1979, então, assume a presidência do país o militar João Batista Figueiredo que “responde com uma política de distensão (Anistia, Reforma Partidária)⁵⁰ e com uma política salarial que introduz a semestralidade⁵¹” (PACHECO, 1993, p.93).

Neste ponto das considerações convergem as análises de Eliezer Pacheco e Maria da Graça Bulhões sobre o contexto vivido e a atuação do Governo Federal, mas a autora acrescenta ainda que essa reforma partidária teria um outro objetivo, “visava, dividindo, enfraquecer a oposição” (BULHÕES, 1983, p. 129). No decorrer da década de 1980 a oposição, agora não mais representada somente pelo MDB, mas também por outros partidos, se uniu em torno da luta pela eleição direta para presidente exigindo o fim do regime implantado em 1964 e a volta de direitos que foram retirados da sociedade durante a ditadura civil-militar.

Como forma de conter essa pressão que crescia a partir de 1980, o Governo definiu eleições diretas para Governadores dos Estados em 1982, quando também foram escolhidos os representantes para compor o Congresso Nacional. Em todo território nacional o que se percebeu foi a ampla vitória de candidatos dos partidos de oposição, evidenciando o descontentamento de grande parte da sociedade com a política em vigor e acentuando ainda mais o seu desgaste.

Traçada de forma breve a conjuntura política do período, retorna-se ao que estava acontecendo com as classes trabalhadoras. Em 1978, o movimento sindical passa a ganhar força e visibilidade, inicialmente com as greves dos

⁵⁰ Foi durante o Governo de Figueiredo que a Lei da Anistia foi sancionada, restringindo a liberdade apenas a alguns presos políticos e a volta ao país dos exilados, pois os condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal não seriam beneficiados, bem como “assegurou que não haveria *revanchismos* – uma das principais preocupações das Forças Armadas –, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas” (SILVA, 2012, p. 270). Também acontece a Reforma Partidária, que acabou com o bipartidarismo (ARENA e MDB), possibilitando a criação de novos partidos políticos.

⁵¹ “Mudança da política salarial, com a introdução da semestralidade dos reajustes (além de um esquema de reajustes diferenciados de forma a beneficiar as faixas salariais mais baixas)” (MACARINI, 2008, p. 17)

metalúrgicos do ABC paulista, logo após disseminando-se para outras categorias e chamando atenção delas para a importância da luta conjunta e a necessidade de rearticulação e remodelação de suas entidades, bem como da revisão das práticas adotadas até o momento.

Em meio a essas mudanças, Maria da Graça P. Bulhões (1983) assinala o ano de 1977 como marco inicial das lutas do magistério gaúcho pela valorização profissional. Conforme evidenciado pelas fontes, como nas Atas das Assembleias da categoria, que apontam o crescente número de associados presentes, e as reportagens do Jornal *Magister*, que apontam para a conscientização da categoria, o ano marcou, também, o início de um período de maior expansão da entidade representativa dos professores estaduais do Rio Grande do Sul, o CPERS.

Ainda sobre a expansão da entidade, no Jornal *Magister* nº 64 de agosto de 1980, na página 3, foi publicada a entrevista intitulada “CPERS cresce com o magistério consciente” (*MAGISTER*, 1980, p. 3), realizada com a presidente do CPERS, gestão 1979-1981, professora Glacy Iolanda Rolim Corrêa, que em sua declaração aponta: “O professor está mais amadurecido. Vivencia mais os problemas comuns da classe, fortalecendo a entidade” (*MAGISTER*, 1980, p. 3).

Contudo, a análise das fontes possibilita considerar que esse não seria o marco inicial das lutas do magistério, mas sim de retomada das lutas, pois se entende que no período anterior ao golpe de 1964 a entidade, que mais tarde transforma-se no CPERS, já demonstrava empenho e combatividade em torno de suas lutas, inclusive com a possibilidade de paralisação dos professores primários no ano de 1956.

Percebe-se, também, através das fontes analisadas, que no ano de 1977 a questão salarial contribuiu para unificar a categoria, mas no decorrer dos anos seguintes outros pontos em comum passam a dividir espaço na luta dos professores. São essas questões voltadas para democratização do ensino, a participação nas decisões que orientam a prática profissional, refletidas no processo de ensino aprendizagem, bem como a busca por uma sociedade democrática.

Neste ano, de retomada das lutas da categoria, 1977, o CPERS realizou um estudo para expor a disparidade existente entre o reajuste salarial do magistério e o custo de vida, tendo como ponto inicial os salários da categoria dos professores e o poder aquisitivo da mesma em um período de 20 anos. O estudo concluiu que as perdas salariais, devido ao elevado custo de vida, desencadearam outros problemas que se refletem nas práticas educativas, no cotidiano e nas escolhas profissionais do professor. Os problemas apontados foram: as múltiplas tarefas que sobrecarregam os professores ocasionando o rebaixamento no nível de ensino e a alegação de um tratamento discriminatório dos professores em vista dos demais funcionários públicos, devido ao não cumprimento da legislação que favorecia ao professor e a crescente evasão de professores da função pública (ALBANO, 1983). Ainda sobre o referido estudo realizado em 1977, Alzira Fortini Albano indica que:

O estudo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) feito em 1977 significa que a partir deste ano a categoria começa a refletir mais sistematicamente sobre si mesma e a dar-se conta de sua determinação e posição social e exercer uma ação no sentido de modificar seu próprio comportamento, isto é, sua forma de pensar e agir (ALBANO, 1983, p. 48-49)

A mesma autora afirma ainda que essa mudança tornar-se-ia nítida quando se desencadearam as greves de 1979, 1980 e 1982, que são marcadas pelas mudanças no comportamento e na consciência deste grupo, o dos professores. Converge, também, para este entendimento, o trabalho de Luís Guilherme R. Duque (1998), indicando que as entidades representativas dos professores em vários estados passam por uma transformação. Deixando de lado o perfil assistencialista para adotar uma prática mais reivindicativa.

No Rio Grande do Sul, o Governo do Estado fixa em 40% o aumento destinado ao funcionalismo público. No momento o CPERS reivindicava 70% de aumento juntamente com os adicionais de 15% e 25%. Esse fato aliado aos demais fatores já citados é considerado o estopim para o desencadeamento da greve de 1979.

Conforme levantado nas fontes, e já referido no Capítulo 2, a primeira Assembleia Geral da categoria teve a presença de 11 entidades e associações representantes de vários segmentos do magistério, que formaram o comando

de greve. Esse comando foi presidido pelo professor Hermes Zaneti, então presidente do CPERS. Nessa assembleia, Albano (1983) indica a presença de aproximadamente 4.000 professores.

Com base na ata⁵² dessa assembleia, alguns fatos chamam atenção. É relatado em vários pontos dessa ata que os ânimos no plenário estavam alterados, havia desentendimento e muita agitação. Apesar de todas as proposições apresentadas convergirem para a greve, destaca-se que ela foi aprovada pela maioria e não por unanimidade, o que leva a entender que haviam divergências neste processo.

Para esse fato podem ter contribuído diversos fatores como: ainda havia uma forte repressão por parte do Estado aos movimentos grevistas; a greve surge como uma nova prática adotada pelos professores, baseada no movimento sindical de outras categorias, e que para alguns docentes poderia gerar certo receio; a lei antigreve ainda estava em vigor, portanto, a greve ainda era considerada ilegal; a preocupação por parte dos professores contratados com a ameaça de demissões; bem como a possível represália que poderiam sofrer dentro das escolas, tendo em vista que, nesse período, os diretores eram indicados pelo Governo.

Mesmo com todos os apontamentos acima, que poderiam restringir a adesão dos professores à greve, essa pode ser considerada como uma das mais visíveis formas de manifestação da resistência adotada pela categoria na ditadura civil-militar.

Decorrido o prazo de 48h, foi realizada a segunda assembleia da categoria, no dia 05 de abril de 1979, contando com a participação de mais de 8.000⁵³ professores. Alzira F. Albano, com relação a essa assembleia, afirma a seguinte situação:

A segunda assembléia geral que ocorreu dois dias após a primeira não contava mais com 10 das 11 entidades que contou a primeira, pois com a ameaça de greve real, estas renunciaram à mesa, ficando esta constituída por professores eleitos na própria assembléia (ALBANO, 1983, p. 97).

⁵² Ata nº 02, de 02/04/1979.

⁵³ Ata nº 03 de 05/04/1979.

A autora faz essa afirmação, mas não aponta os motivos que teriam levado à ausência dessas entidades na segunda assembleia. Quando se comparou a situação relatada pela autora com as informações obtidas na ata dessa assembleia, constatou-se uma divergência, uma vez que está consignado na mesma que “Com a presença de todos os membros do Comando foi instalada a Assembléia e iniciado os trabalhos (...)” (Ata nº 03, de 05/04/79, p.81). Nas atas das duas assembleias posteriores⁵⁴ também não há relato de que algum membro do Comando de Greve tenha se retirado ou tenha sido substituído.

A repressão a essa forma de resistência ocorreu através das manobras realizadas pelo Governo na tentativa de desestabilizar a greve e diminuir o crescente apoio dado aos professores pela comunidade. No dia 11 de abril, o Governador do Estado, José Amaral de Souza (1979-1983), faz uma declaração, através da televisão, acusando os professores de ampliarem suas reivindicações ao longo do movimento (BULHÕES, 1983). O Governo opta então por não negociar mais com o Comando de Greve, levando-o a procurar o Cardeal de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, convidando-o para que intermediasse as negociações entre o Comando de Greve e o Governo, para chegarem a um consenso e o fim dela.

Em abril de 1979, a edição nº 61 do Jornal *Magister* apresenta uma ampla cobertura da greve da categoria, publicando notícias e reportagens sobre os diversos momentos da greve, como se verifica, na página 9, o exposto acima:

⁵⁴ Ata nº 04, de 09/04/1979 e Ata nº 05, de 17/04/1979.



Imagem 41 – A história de uma greve. Fonte: Jornal *Magister*, Porto Alegre, nº61, p. 9, abril de 1980. Acervo: CPERS/Sindicato.

Dessa forma, percebe-se que o CPERS, naquele momento, começa a despontar no Rio Grande do Sul como uma entidade com grande capacidade de mobilização e organização, capaz de articular a categoria dos professores. Em 1979 a greve protagonizada pelo CPERS teve a duração de 13 dias, as reivindicações dos professores eram por um aumento de 70%, fixação de “um piso de 3 salários mínimos e a nomeação de professores concursados desde 1976” (BULHÕES; ABREU, 1992), entre outras. Essa greve encerrou-se com um aumento de 30%, parcelado em duas vezes, mais os 40% de aumento já concedidos, totalizando os 70%, bem como, com o compromisso assumido pelo Governo de nomear os professores concursados.

Outro ponto importante que se constata através das fontes e que pode demonstrar a resistência dessa categoria, segundo consta nas atas⁵⁵ das assembleias, trata do número de participantes nessas movimentações, que vinha em uma crescente adesão de professores. As referidas atas indicam que

⁵⁵ Ata nº 03, de 05/04/1979; Ata nº 04, de 09/04/1979 e Ata nº 05, de 17/04/1979.

na segunda assembleia, dia 05/04/79, foram aproximadamente 8.000 participantes; na terceira, dia 09/04/79, foram em torno de 11.000 participantes, e na última, dia 17/04/79, quando do encerramento da greve, se fizeram presentes mais de 15.000 professores.

O aumento significativo verificado no número de professores presentes nas assembleias pode ser interpretado como uma tomada de consciência da importância da união da categoria, quando mais e mais representantes dela passam a se fazer presentes nas tomadas de decisões. Bem como, pode-se inferir também, que se faz presente um reconhecimento do CPERS enquanto entidade representativa desta categoria e a legitimação das ações do Comando de Greve.

Pode-se concluir que o saldo da greve de 1979 para o CPERS foi muito positivo para além do alcance das reivindicações, tendo em vista que desencadeou um processo de revisão da própria estrutura organizativa da entidade, modificada com o objetivo de ampliar a proporcionalidade de representação dos sócios.

A organização do CPERS previa, antes da greve de 1979, que o Conselho de Representantes fosse formado por representantes indicados pelas escolas de Porto Alegre. Um dos motivos era que os diretores de Núcleos, tanto do interior como da capital, só se reuniam anualmente nas Jornadas Administrativas. Após a greve, foi estendida aos diretores de Núcleos do interior a participação no Conselho de Representantes do Centro, mas sem direito a voto. Na década de 1980 2/3 dos sócios do CPERS eram do interior e a representatividade desses foi garantida com a reforma do estatuto da entidade em 1983, quando os diretores passaram a ter direito a voto no Conselho (BULHÕES; ABREU, 1992).

Para a categoria significava que, conforme Maria da Graça P. Bulhões, “a imagem do magistério mudava para ele próprio e para a comunidade. O professor não era mais o sacerdote, mas sim o profissional em luta por melhores condições de trabalho e vida” (BULHÕES, 1983, p. 117).

Analisando o fato de haver greve apesar da proibição, retorna-se ao movimento sindical e às greves de diversas categorias que eclodiram em todo país neste período. Essas manifestações de resistência deixam de ficar

restritas aos locais de trabalho e ganham as ruas e outros espaços públicos, dando visibilidade às lutas dos trabalhadores. Com relação à greve do magistério gaúcho, de certa forma, pode-se inferir que essa surpreendeu a sociedade gaúcha e o próprio Governo do estado, fato que possivelmente influenciou a postura do Governo em decidir negociar com o Comando de Greve por intermédio de um representante da Igreja Católica. Os professores mantiveram a greve durante treze dias, negociaram as propostas enviadas pelo governo e conseguiram um acordo que atendesse grande parte das reivindicações.

Com base na análise das fontes, atenta-se para o fato de que a palavra “greve” somente aparece associada ao movimento de 1979. Com relação ao movimento reivindicatório de 1980 e 1982, a categoria e a entidade referem-se como sendo “paralisação”, o que pode indicar uma maneira de contornar a proibição imposta pela legislação e dificultar as punições e a repressão que poderiam vir a sofrer decorrentes do ato.

Apesar de toda essa aparente coesão dentro da entidade, considera-se importante trazer, novamente, para a análise, a existência dos três grupos dissidentes dentro da entidade: “MUTE (Movimento de União dos Trabalhadores da Educação), Pó de Giz e CEDE (Centro de Estudos e Debates Educacionais) que discordavam da política que até então vinha sendo adotada pelo CPERS” (ALBANO, 1983, p. 80). Sobre a criação desses três grupos, Alzira F. Albano, com base em depoimentos⁵⁶ de representantes dos referidos grupos, os descreve:

O grupo MUTE, o primeiro a existir como alternativa de cunho marcadamente ideológico surgiu em 1977 como uma consequência de uma reunião ocorrida no SINPRO⁵⁷ (ALBANO, 1983, p. 80).

Depois de sua criação em abril de 1977, em outubro deste mesmo ano surge a necessidade de se criar uma frente única de atuação do movimento dos professores que não fosse constituída só por professores pertencente e fiéis a uma mesma linha ideológica e política. Surge então a chamada Oposição Sindical que terá aproximadamente uma duração de

⁵⁶ Na pesquisa realizada pela autora, não há identificação de quem são estes representantes.

⁵⁷ Sindicato dos Professores do Ensino Privado.

um ano e meio, isto é, de outubro de 1977 até abril de 1979. Coincide sua dissolução com o término da primeira greve dos professores em 1979. Com esta dissolução aparece o grupo Pó de Giz que surgiu justamente como uma necessidade de coordenar a atuação dos professores que estavam vinculados à Oposição Sindical. Esta necessidade de desvinculamento, segundo um de seus representantes, a necessidade de separação surge após divergências de opiniões em relação às estratégias de atuação das propostas feitas pela Oposição Sindical, e dentro dela, principalmente o MUTE, desenvolvidas durante a greve de 1979 (ALBANO, 1983, p. 81).

Este grupo CEDE, surgiu, segundo afirma seu representante, como uma decorrência do Movimento Estudantil e uma tentativa de pensar as questões da educação e do professor, portanto um grupo que se define desde seu início por uma proposta mais teórica e de discussão do que ação (ALBANO, 1983, p. 81).

Também se faz pertinente salientar que no mesmo período passou a existir, também no CPERS, um Núcleo de professores ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que ficou conhecido como Núcleo do PT.

Estes três grupos, MUTE, Pó de Giz e CEDE, apesar de ideologicamente defenderem pontos de vista diversos, com relação à Greve de 1979 foram unânimes ao afirmar que “os comandos grevistas⁵⁸ não corresponderam às expectativas da categoria” (ALBANO, 1983, p.86). Ainda utilizando como referência a autora, esses grupos afirmam que não havia uma aproximação dos Comandos com as bases, chegando a não repassar informações, deixando as bases desorganizadas, descaracterizando as regionais. Utilizando como aporte as entrevistas feitas com os representantes dos grupos dissidentes, a autora descreve a atuação dos Comandos de Greve, conforme abaixo:

Desta maneira, sob o ponto de vista destes grupos, o relacionamento dos comandos com as bases grevistas não era democrático, e sim autocrático e impositivo, onde o poder decisório e de negociações era concentrado nas mãos do próprio comando o que impede que seja afirmado que os dois comandos atuavam ou tinham uma prática voltada para a elevação do nível ideológico da categoria como um todo (...) o representante do grupo Pó de Giz diz que esta postura autocrática dos comandos de não abrir mão das decisões

⁵⁸ A autora afirma que havia dois Comandos de Greve em 1979. Buscando informações que corroborassem com esta informação, tanto em pesquisas acadêmicas sobre o tema como nas atas das assembleias, não localizamos nenhuma referência sobre a existência de dois Comandos de Greve.

estaria justificada pela própria condição de origem e procedência dos membros dele participantes. Muitos deles, diz o entrevistado, provinham de “altos cargos da burocracia e da administração da Secretaria de Educação⁵⁹ em um período em que esta atuou conivente ao regime de exceção em seu período mais agudo” (ALBANO, 1983, p. 87).

Conforme analisado nas atas, houve crescente participação dos professores nas assembleias, bem como, por meio do Jornal *Magister* e do Boletim, pôde-se compreender que houve aproximação com as bases por meio dos núcleos do interior do estado. Ainda, é possível apontar o crescimento no número de associados na entidade, principalmente após a greve de 1979, o que pode estar relacionado com a própria conjuntura do período.

Ainda com base na citação acima, pode-se refletir sobre as práticas adotadas pelo “Novo Sindicalismo”, que se caracterizavam pela “autonomia frente aos partidos políticos e ao Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores” (SANTANA, 1998, p. 19). Assim, percebe-se que esse foi um dos pontos de divergência entre os grupos dissidentes do CPERS e o Comando de Greve, uma vez que esses grupos, ligados à oposição sindical, tinham a visão de que poderia haver atrelamento ao estado, tendo em vista os cargos ocupados no governo por alguns membros do Comando e da direção do CPERS em anos anteriores.

No ano seguinte, 1980, os professores protagonizaram uma paralisação durante 21 dias, com reivindicações que iam além da questão salarial, tais como: destinação de mais verbas para educação, eleição direta para diretores de escola e “retirada da folha de pagamento da Secretaria de Educação os professores que não atuassem diretamente no sistema estadual de ensino”, entre outras (BULHÕES; ABREU, 1992).

Nesse período, também, o CPERS começa a debater a questão educacional no estado, sendo criada uma Comissão de Educação no âmbito da entidade. O fim da paralisação ocorreu mediante acordo entre o CPERS e o Governo do estado que previu, além de uma gratificação de regência de

⁵⁹ Referindo-se, principalmente, ao presidente do CPERS à época da greve Professor Hermes Zaneti, que ocupara anteriormente um cargo na Secretaria de Educação do Estado.

classe⁶⁰, reajustes salariais para o ano de 1981 e a fixação de um vencimento básico de 2,5 salários mínimos a partir de 1982. Conforme descrevem Maria da Graça P. Bulhões e Mariza Abreu:

No acordo de greve de 1980, foram incluídas também cláusulas educacionais como: verbas para a educação (25% do orçamento global do Estado); retirada da folha de pagamento da Secretaria de Educação de quem não atuava no sistema estadual de ensino; admissão de professores ao Magistério por concurso; revisão dos critérios de avaliação para as promoções; criação do Quadro de Pessoal por Escola; representação no Conselho Estadual de Educação; participação dos professores nas decisões do processo ensino-aprendizagem e definição de critérios para a escolha de diretores. O “Acordo de 1980” constituiu-se num marco da luta reivindicatória da categoria, na medida em que apontou suas principais questões funcionais e as mais importantes questões educacionais” (BULHÕES; ABREU, 1992, p. 30-31).

Cabe salientar que constatou-se, por meio das fontes analisadas, que uma das lutas do CPERS nos anos posteriores ao acordo que pôs fim à greve de 1980, foi exatamente pelo cumprimento dos pontos fixados no acordo, alguns desses nunca cumpridos pelo Governo Estadual. Um exemplo é a retirada da folha de pagamento da Secretaria de Educação de quem não atuava no sistema estadual de ensino.

No mês de fevereiro de 1982, a capa do Boletim nº 01 do CPERS apresenta um texto intitulado “Arrancada Decisiva”, que finalizava com o seguinte parágrafo:

Afirmam também que as conseqüências advindas do não cumprimento do Acordo e, a possível intranqüilidade que poderá ser gerada no início do ano letivo, associadas às conseqüências decorrentes do não atendimento das reivindicações dos servidores serão de inteira responsabilidade do Governo do Estado. Para tanto chamam como testemunha a própria comunidade rio-grandense que tão sabiamente tem apoiado os professores e servidores em seus justos movimentos reivindicatórios. (BOLETIM nº 01, CPERS, 1982).

A possível intranqüilidade referida acima se tratava da possibilidade dos professores paralisarem as atividades e não iniciarem o ano letivo. Para tanto, é feito o chamamento da comunidade em geral, mais precisamente os alunos e pais de alunos, buscando o apoio deles.

⁶⁰ É uma gratificação concedida aos professores em exercício, em sala de aula, atuando na educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries).

Verifica-se que em consequência do não cumprimento do acordo o CPERS deflagra nova paralisação em março de 1982, dessa vez com uma adesão bem menor que nos anos anteriores. Um dos motivos que pode ser atribuído à baixa adesão é a sucessão da greve e das paralisações, somando três entre 1979 e 1982, bem como, a quantidade de dias parados que gera impacto na rotina escolar e a necessidade de recuperação desses dias, ocasionando um desgaste. Outro motivo que também pode-se atribuir era o fato de ser um ano eleitoral e o Governo do Estado, nesse período regido por José Augusto Amaral de Souza (1979 – 1983), passa a apontar a ideia de que tais paralisações tinham um cunho político eleitoral, conforme MARQUES (2012):

Naquela altura, a luta pelos 2,5 salários mínimos como básico salarial já estava como base das pautas de reivindicações, assim como a paridade com os demais servidores de nível superior. Por esta pauta de reivindicações, mais de 18 mil professores definiram por cinco dias de greve na Assembléia de 18/3. No mesmo dia, nota oficial do governo do Estado na capa dos jornais afirmava que a greve a partir da assembléia seria um ‘boato’ e que “o motivo da pretendida greve não é a obtenção de melhores salários para o magistério. Uma classe inteira está sendo manipulada para que uns poucos obtenham notoriedade e benefícios eleitoreiros” (MARQUES, 2012, p. 97)

Faz-se importante elucidar que, tudo indica, essa declaração feita pelo Governador do Estado José Amaral de Souza referiu-se diretamente à candidatura pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), no ano de 1982, do professor Hermes Zaneti para uma vaga na Câmara dos Deputados, tendo sido eleito como Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Tal declaração baseia-se no fato do professor Hermes Zaneti ter sido presidente do CPERS entre 1975 – 1979, e da Confederação de Professores do Brasil – CPB, e possuir grande prestígio junto aos membros da referida entidade.

Inicialmente a paralisação havia sido programada para durar 5 dias, mas precisou ser encerrada no segundo dia tendo em vista que “o CPERS sofre a ameaça de intervenção, repressão e punições pelo Governo Estadual” (CORREA, 2006). Ainda sobre o posicionamento do Governo do Estado com relação à greve:

O elemento político ficou bem mais claro na greve de 1982, a qual foi severamente reprimida pelo governo estadual, ao contrário das duas greves anteriores. Para o governo, a greve teria penas uma origem emotiva e passional. Era um ano eleitoral e a adesão da greve foi menor que as anteriores (MARQUES, 2012).

Aponta-se como uma das formas de repressão adotada pelo Governo do Estado, após a paralisação de 1982 foi de, no mês de agosto, suspender o desconto em folha das mensalidades dos sócios do CPERS com a justificativa de que “isso é um trabalho que compete à tesouraria da entidade e, ainda, porque “milhares de professores” ter-se-iam manifestado descontentes com esse desconto compulsório” (Boletim nº 09 – CPERS, 1982). Ainda no mesmo ano, o CPERS impetra mandado de segurança e reestabelece o referido desconto em folha. Essa ação por parte do governo pode ser interpretada como uma maneira de tentar conter o avanço do movimento e diminuir a força do CPERS, tendo em vista que a mensalidade dos sócios era a principal fonte de renda da entidade.

Toda esta luta por melhores salários e melhores condições para o exercício da profissão estava ao lado de questões mais amplas relacionadas ao contexto geral de reivindicações. Deste modo, “[...] as formas de luta – conflito e resistência - dos trabalhadores docentes, ao mesmo tempo em que apresentam reivindicações de melhores condições de trabalho e remuneração, expressam interesses sociais mais amplos [...]” (OLIVEIRA E MELO, 2006, p. 129).

Alzira Albano (1983) ao falar sobre “O professor e sua posição na esfera política e ideológica”, apresenta uma análise de Miguel Arroyo sobre as greves dos professores:

Ao analisar os movimentos grevistas da categoria, diz o referido autor que esses não possuem apenas um caráter reivindicatório (considerando como reivindicatório apenas o aspecto econômico ou salarial dos movimentos), mas suas características dão à pressão dos trabalhadores do ensino uma novidade e uma dimensão relevante na configuração do contexto educacional brasileiro (ARROYO, 1980 apud ALBANO, 1983, p. 49).

Pode-se considerar um resultado importante das greves o fato de que o CPERS e seus membros continuaram mobilizados em torno das discussões

sobre as questões educacionais. Tal mobilização se deu por meio de encontros e seminários realizados em diversas regiões do estado. Conforme Bulhões e Abreu:

A luta pela democratização da educação era encaminhada articuladamente com o debate educacional desenvolvido pelo CPERS. No período 1981/1984, este debate voltou-se para: a análise dos principais problemas da educação de 1º e 2º graus no estado e no Brasil; a análise do modelo de desenvolvimento implantado no país; a reconstituição da história da educação brasileira e da luta pela escola pública; a avaliação de experiências de políticas educacionais democráticas, principalmente municipais, anteriores a 1964 e do início da década de 1980; a discussão e a troca de experiências sobre ensino crítico por áreas de conhecimento e disciplinas (BULHÕES; ABREU, 1992, p. 46).

Deve-se destacar que mesmo não sendo um sindicato constituído juridicamente, o CPERS agia, através de sua liderança, como um sindicato de fato. Naquele momento havia o impeditivo legal, instituído desde 1943, pelo Decreto – Lei nº 5452, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e estabelece, no Art. 566, proibição ao funcionalismo público de se organizar em sindicatos. Apesar dessa proibição legal, o CPERS mobilizou e articulou ações entre seus membros através de seus Núcleos existentes no interior do estado. Tais ações são evidenciadas, além das greves, no protagonismo da o sindicato no movimento das *Diretas Já*.

Sobre a atuação do CPERS nas décadas de 1980 e 1990, Marcia O.V. Ferreira (2004) apresenta a seguinte análise:

Nas últimas décadas essa entidade tem ativamente participado, tal como outras ligadas à organização do professorado brasileiro, das lutas dos movimentos sociais pela democratização da sociedade e melhoria de condições vida. A própria reivindicação da extensão do direito à sindicalização aos funcionários públicos fez parte destas lutas, assim como o direito a realizar eleições diretas para cargos dirigentes de escolas e universidades. Aliás, cabe lembrar que, nestes movimentos, o que se percebeu foi a consolidação de uma concepção sindical que identificava os docentes aos demais trabalhadores, elemento que pode ser visualizado, inclusive, na própria incorporação de outros “trabalhadores da educação” na base da categoria (FERREIRA, 2004, p. 399).

Um ponto chave para a crescente mobilização dos professores e adesão dos mesmos às ações promovidas pelo CPERS é o trabalho de desconstrução

da ideia de magistério como sacerdócio, que contribuía para que os professores não se reconhecessem enquanto categoria de trabalhadores e conseqüentemente, gerava afastamento dos demais movimentos de trabalhadores. Com relação à mudança da percepção dos próprios professores acerca do magistério enquanto sacerdócio, pode-se destacar duas reflexões da autora Guacira Louro:

Creio que na denominação que as (os) próprias (os) professoras (es) têm se atribuído nas últimas décadas no Brasil há um indicador destas mudanças. A "professorinha normalista" foi substituída pelo termo amplo de "educadora", depois (nos anos 70) pelos "profissionais do ensino", e mais recentemente (anos 80) pelos "trabalhadores da educação" (LOURO, 1989, p. 36).

A doação e o sacerdócio cederam lugar à reivindicação por melhores condições de trabalho e salários. A imagem de mãe substituta (ou tia?) está sendo substituída pela de trabalhadora assalariada e sindicalizada (LOURO, 1989, p. 37).

Assim, pode-se apontar que havia um trabalho contínuo do CPERS na conscientização da importância de estarem unidos em torno de um objetivo que não caracterizava-se somente como uma busca por melhores salários, mas também como uma necessidade de unir a luta de toda classe trabalhadora e da sociedade por direitos e pela democratização. Assim, pode-se dizer que a manifestação da resistência ocorreu tanto através da greve de 1979 e das paralisações de 1980 e 1982, quanto por meio dos encontros e assembleias voltados para discussão da realidade, bem como, pela utilização dos meios de comunicação interna com os associados, que se dava através dos Boletins mensais e do jornal *Magister*, que em muito contribuíram para manter a categoria mobilizada em suas diferentes expressões de resistência.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa foram demonstradas as diferentes práticas de resistência do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, com base no entendimento de que a resistência acontece de diversas formas, de acordo com o contexto vivido, não somente por meio de uma luta armada, mas por meio de articulação, união e práticas que buscam alterar o *status quo*, seja da sociedade, de um grupo específico ou de uma categoria de trabalhadores.

O histórico da constituição e das lutas dos professores estaduais gaúchos por meio da entidade que os representa, o CPERS, demonstra como ocorreu a construção da percepção de si mesmos enquanto categoria, o que levou às práticas de resistência adotadas pela entidade, no final da década de 1970 e início de 1980.

Conforme o que se constatou durante a pesquisa, pode-se apontar que a política econômica adotada pelo Governo Federal, que impactou nas condições de vida dos professores do magistério público do Rio Grande do Sul, a luta pela questão salarial e valorização profissional, configuraram-se como fator importante para que os professores passassem a se perceber como profissionais, não mais entendendo o exercício do magistério como sacerdócio, doação. Também o trabalho de atuação política e de chamamento dos professores realizado pelo CPERS, por meio do Jornal *Magister* e do Boletim, para que juntos buscassem seus direitos e a realização de assembleias com a presença e participação dos associados, contribuíram para o processo de unificação da categoria.

Essa unificação da categoria fica mais evidente a partir de 1979, com a greve dos professores, com o aumento no número de participantes durante as assembleias realizadas e o aumento no número de sócios da entidade. Dessa

forma, compreende-se que o CPERS se consolida como representante da categoria e assim, com apoio de grande parte do magistério, a entidade inclui novas pautas que se aproximam das demais categorias de trabalhadores, bem como da sociedade. Essa união da categoria em torno da luta por suas reivindicações pode ser entendida como uma das práticas de resistência que possibilitaram a manifestação de outras formas de resistência, inclusive mais visíveis e diretas, como é o caso da greve de 1979 e das paralizações de 1980 e 1982.

Não se pode deixar de apontar a grande influência do “Novo Sindicalismo” na adoção da greve e das paralizações como alternativa para pressionar o Governo estadual em atender as reivindicações, mesmo essa prática sendo vedada a funcionários públicos. Com a categoria unida a coibição por parte dos mecanismos de repressão tornou-se mais difícil, o que levou o Governo a adotar outras formas para fazê-lo, como foi o caso das demissões de diretores de escola e nomeação de novos e da suspensão do desconto em folha das mensalidades dos associados do CPERS. Essas reações também levam a outras práticas de resistência, que se expressam por meio de denúncias feitas no *Magister* e no Boletim, bem como a utilização da via judicial para o retorno do desconto em folha das mensalidades.

Como foi apontado na pesquisa, o Jornal *Magister* e o Boletim foram importantes meios de manifestação da resistência, sendo utilizados para mobilização dos professores, informação das negociações e denúncias de situações que ocorriam no interior do estado, bem como de conscientização da situação que o país estava vivendo e das reivindicações da sociedade como um todo. Independente de vinculação político-partidária, essas publicações tinham um cunho político no geral, fazendo uma aproximação aos debates que interessavam no âmbito maior da sociedade, pois muitas vezes percebe-se que a entidade se posicionava sobre questões de anseio popular por meio dessas publicações. Considera-se essa também uma das práticas de resistência, tendo em vista que, durante a pesquisa, não se constatou repressão a esses impressos.

Ainda tendo em vista a unificação da categoria, pode-se citar a aproximação com entidades representativas dos professores de outros

estados, tanto por meio de moções de apoio às reivindicações de outras entidades como por meio dos Congressos realizados pela Confederação de Professores do Brasil – CPB. Diversas lutas que constaram na pauta dos professores gaúchos foram definidas nesses congressos e também se tornaram pautas em outros estados. Elas não diziam respeito somente às questões ligadas ao magistério, mas também à sociedade, como é o caso dos debates sobre a revogação da lei de Segurança Nacional e sobre a democratização do País.

Conforme o desenrolar da pesquisa, quando se fez a análise das fontes, não se constatou de forma expressa uma oposição explícita e direta à ditadura civil-militar. As fontes apontam, basicamente, para a luta por direitos trabalhistas e indicam que os embates se davam contra o Governo do Estado. Entretanto, entende-se que lutar contra o Governo do Estado seria lutar contra todo o sistema político vigente, no qual este está inserido.

Outro ponto a se destacar é a percepção que se teve da atuação do CPERS no período estudado ao longo da pesquisa. Apesar de não ser constituído legalmente com um sindicato, suas ações se aproximavam e o caracterizavam como um sindicato, ao unificar a categoria e manter constante mobilização dos professores, resultando em uma instituição ativa e combativa no final da ditadura civil-militar.

Com relação às reivindicações dos professores naquele período, muitas não foram atendidas e algumas ainda fazem parte da luta dos professores do Rio Grande do Sul atualmente, como o caso do piso salarial para a categoria e a nomeação de professores concursados. Ao longo deste estudo, não se pôde deixar de lado a comparação com a atual conjuntura, tanto dos professores como do estado do Rio Grande do Sul. Os argumentos do Governo permanecem praticamente os mesmos e a defasagem dos salários e das condições de vida dos professores também não tiveram grandes modificações, mesmo o país tendo saído da ditadura civil-militar e estabelecendo a democracia. Mesmo o estado tendo sido governado por políticos de diversos partidos, a situação do magistério permanece. Esses são elementos que poderão ser abordados e analisados em uma pesquisa futura.

Lista de Fontes

Atas da Diretoria e Assembleias do CPPE/CPERS

Ata nº 01 de, 21/04/1945.

Ata nº 02 de, 05/05/1945.

Ata nº 03 de, 05/07/1945.

Ata nº 35 de, 02/12/1954.

Ata nº 40 de, 13/10/1956.

Ata nº 41 de, 15/10/1956.

Ata nº 59 de, 07/11/1960.

Ata nº 61 de, 25/03/1961.

Ata nº 03 de, 31/10/1969.

Ata nº 02 de, 04/09/1978.

Ata nº 04 de, 27/10/1978.

Ata nº 02 de, 02/04/1979.

Ata nº 03 de, 05/04/1979.

Ata nº 04 de, 09/04/1979.

Ata nº 05 de, 17/04/1979.

Ata nº 06 de, 27/04/1979.

Ata nº 08 de, 19/11/1979.

Ata nº 02 de, 26/05/1980.

Ata nº 05 de, 01/11/1980.

Ata nº 07 de, 18/11/1980.

Ata nº 04 de, 21/12/1981.

Ata nº 01 de, 18/03/1982.

Ata nº 02 de, 23/03/1982.

Jornais

Magister, Porto Alegre, nº 55; fevereiro de 1978.

Magister, Porto Alegre, nº 56; junho de 1978.

Magister, Porto Alegre, nº 59; outubro de 1978.

Magister, Porto Alegre, nº 61; abril de 1979.

Magister, Porto Alegre, nº 63; abril de 1980.

Magister, Porto Alegre, nº 64; agosto de 1980.

Magister, Porto Alegre, nº 65; julho de 1983.

Magister, Porto Alegre, nº 67; setembro de 1983.

Magister, Porto Alegre, nº 68; outubro de 1983.

Magister, Porto Alegre, nº 70; dezembro de 1983.

Magister, Porto Alegre, nº 71; janeiro de 1984.

Magister, Porto Alegre, nº 72; fevereiro de 1984.

Magister, Porto Alegre, nº 73; março de 1984.

Magister, Porto Alegre, nº 75; junho de 1984.

Magister, Porto Alegre, nº 76; julho de 1984.

Magister, Porto Alegre, nº 78; setembro de 1984.

Magister, Porto Alegre, nº 79; outubro de 1984.

Magister, Porto Alegre, nº 84; setembro de 1985.

Boletins

Boletim nº 01, 1980

Boletim nº 08, 1980.

Boletim nº 12, 1980.

Boletim nº 02, 1981.

Boletim nº 1, 1982.

Boletim nº 9, 1982.

Boletim nº 01, 1983.

Boletim nº 02, 1983.

Boletim nº 03, 1983.

Boletim nº 06, 1983.

Referências Bibliográficas

ALBANO, A.F. **A Ideologia do Professor Estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980**. 1983. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

APPLE, M. W. **Trabalho Docente e Textos: Economia Política das Relações de Classe e de Gênero em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.

ARAUJO, R.C. **Associativismo e Movimento de professores no Ensino Secundário no Piauí entre os anos de 1950 e 1970**. Disponível em: leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/.../GT_10_05_2010. Acesso em: 30/01/2019.

BACELLAR, C. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos *in* PINSKY, C. B (org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BARROS, C. L. S. **Professor, Profissão? Representações sociais de professores acerca do trabalho docente**. 2007. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1986.

BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (org.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. – (O Brasil Republicano; v.4)

BRASIL. CF 88

BULHÕES, M.G.P. **O Movimento do magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul de 1977 a 1982**. 1983. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BULHÕES, M.G.P.; ABREU, M. **A luta dos professores gaúchos – 1979/1991**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CAPELATO, M. H. A Imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. **História das Américas: Fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. 1.356 Kb; PDF.

CELLARD, André. A análise documental. In POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes; 2012.

CHAUI, Marilena. **CONFORMISMO E RESISTÊNCIA aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COELHO, E. **Dois Golpes, Duas Ditaduras**. In: SILVA, C. L.; CALIL, G. G.; SILVA, M. A. B. da. (Org.). Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

CORREA, J. J. A História do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais. In: NASCIMENTO, M. I. M.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.) **Anais VII Seminário Nacional do HISTEDBR**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

CPERS. **CPERS Sindicato – 50 anos – Compromisso com a cidadania plena**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1995.

DUQUE, G. R. **Hei de vencer, mesmo sendo professor: O CPERS e o Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul, 1972-1979**. 1998. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ELLWANGER, R.; MELLO, V.P. de. Coojornal: o alternativo dos pampas. In: VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Anais eletrônicos. Guarapuava, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/Coojornal%20o%20alternativo%20dos%20pampas%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/Coojornal%20o%20alternativo%20dos%20pampas%20(2).pdf). Acesso em: 21 de março de 2020.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Revista Educação e Sociedade** [online]. 2006, vol.27, n.97, pp.1159-1179. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>, acesso em 04/01/2018.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. – (O Brasil Republicano; v.4).

FERREIRA, M.O.V. Mulheres e Homens em sindicato Docente: Um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 391-410, maio/ago. 2004

_____ **somos todos trabalhadores em Educação?** Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento – Revista de História do Tempo Presente**, Florianópolis, v. 9, n.20, p. 05 – 74, 2017.

FRIDERICHS, L. E. **Saindo dos Trilhos: Os Ferroviários Riograndinos durante a Ditadura Civil – Militar (1960 – 1970)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GADOTTI, M. Estado e Sindicalismo Docente: 20 anos de Conflitos. **Revista Adusp**, dezembro de 1996.

GROPPO, B. O Mito da Sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise(Org.). **História e Memória das Ditaduras do Século XX**. V.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

HEBLING, M. C. **MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

HIRO, C. D. Educação, trabalho e proletarização: o professor enquanto trabalhador docente. **Revista Espaço Acadêmico** – nº 144 – Maio de 2013 – Mensal – Ano XIII – ISSN: 1519-6186.

HORN C. H.; CALAZANS, R. B. Porque os sinos dobram? Conflitos trabalhistas e salários do magistério público do Rio Grande do Sul. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, n. 18, setembro 1992.

HYPOLITO, A. L. M. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

KREUTZ, L. Magistério: vocação ou profissão? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.3, p.12-16, jun. 1986.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOURO, G. L. Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. **Revista Educação & Realidade** Porto Alegre, v. 14, n. 2, jul./dez. 1989.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. in PINSKY, Carla B (org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MACARINI, J.P. **Crise e Política Econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984)**. Campinas: UNICAMP, 2008.

MAIA, T. de A. Os intelectuais e a Ditadura Civil-Militar: a experiência do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). In: QUADRAT, Samantha Viz;

ROLLEMBERG, Denise(Org.). **História e Memória das Ditaduras do Século XX**. V.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MARQUES, M. L. B. **O difícil parto das mobilizações: As greves dos educadores estaduais no Rio Grande do Sul e os editoriais da imprensa entre 1979 e 1982**. In: XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio. Anais eletrônicos. Rio Grande, 2012. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>, acesso em 25/11/2018.

MARTINS, L. C. dos P. Ideologia, imprensa e história: apontamentos para o uso do conceito de ideologia pela historiografia. In SILVEIRA, H. G.; ABREU, L. A. de; MANSAN, J. V. (Org). **HISTÓRIA E IDEOLOGIA: perspectivas e debates**. Passo Fundo: UPF Editora, 2009.

MATTOS, M. B.; Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.241-70 – 2004.

_____. Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

NAPOLITANO, M. Os Historiadores na “Batalha da Memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise(Org.). **História e Memória das Ditaduras do Século XX**. V.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

OLIVEIRA, C. Uma breve história do CPERS. In BAUER, C.; OLIVEIRA, C. B. de; PAIVA, L. R. B. de; DINIZ, C.; MORAES, C.; LANÇA, H.; MIGUEL, M. M. B. (Orgs). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil: Com escritos sobre a Argentina, Colômbia, Inglaterra, Japão e Peru** (Vol. 3). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

OLIVEIRA, D.; MELO, S. Conflito docente no brasil e manifestações sindicais: natureza e significados. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 8, n. 8, July 2009. ISSN 1646-401X. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/695>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PACHECO, E. M. Sindicato e Projeto Pedagógico: **A organização e as Lutas dos Professores Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991**. 1993. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PADRÓS, E.S. **Ditaduras de Segurança nacional em Regiões de Fronteira: O Rio Grande do Sul e a Rede de Direitos Humanos**. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Anais eletrônicos. Natal, 2013. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364702100_ARQUIVO_EnriqueSerraPadros.pdf. Acesso em: 06 de abril de 2020.

PADRÓS, E. S.; GASPAROTTO, A. Gente de menos– nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In: PADÓS, E. S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, A. S. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1974-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. Introdução, p.35-45.

PAULINO, A.F.B., PEREIRA, W. **A educação no Estado Militar (1964- 1985)**. Anais do VI Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação Matemática. Uberlândia- MG. 17 a 20 Abr/2006.

PESSANHA, E. C. **Ascensão e Queda do Professor**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 1997.

PESSANHA, E.G.F.; MOREL, R.L. Classe Trabalhadora e Populismo: Reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.273-317.

PETERSEN, A.; PEDROSO, E. Movimentos Sociais Urbanos (1930-85). In: GOLIN, T. (Coord.); BOEIRA, N. (Coord.); GERTZ, R. (Dir.). . In: GOLIN, T. (Coord.); BOEIRA, N. (Coord.); GERTZ, R. (Dir.). **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007 – v. 4.

PETERSEN, S. R. F.; LOVATO, B. H. **Introdução ao Estudo da História**. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PRADO, C.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973) In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N.(org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Pág. 207–241.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012.

ROLLEMBERG, D. Definir o Conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise(Org.). **História e Memória das Ditaduras do Século XX**. V.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em casa: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) –

Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTANA, M.A. “O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate”. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, UFPR, 10(11):p.19-35, 1998.

_____. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 – 1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N.(org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Pág. 283–313.

SILVA, F. C. T. da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N.(org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. – (O Brasil Republicano; v.4)

WASSERMAN, C. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “Celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, E. S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, A. S. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1974-1985): história e memória**. v.1, Porto Alegre: Corag, 2010, p.51-70.

THOMPSON, Edward P. **A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.



TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Lisiane Beltrão Pereira, matrícula nº 18104360 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da ditadura civil – militar (1979 a 1984), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 29 de abril de 2020


ASSINATURA